



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



LUCAS DE ANDRADE LIRA MIRANDA CAVALCANTE

DE CAMPONÊS A “EMPRESÁRIO RURAL”: O ASSENTAMENTO JACARÉ- CURITUBA



São Cristóvão/SE
2019

LUCAS DE ANDRADE LIRA MIRANDA CAVALCANTE

**DE CAMPONÊS A “EMPRESÁRIO RURAL”: O ASSENTAMENTO JACARÉ-
CURITUBA**

Dissertação apresentada ao Programa De Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional

Orientadora: Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

C376d Cavalcante, Lucas de Andrade Lira Miranda
De camponês a “empresário rural” : o assentamento Jacaré-
Curituba / Lucas de Andrade Lira Miranda Cavalcante ; orientadora
Alexandrina Luz Conceição. – São Cristóvão, SE, 2019.
172 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de
Sergipe, 2019.

1. Geografia agrícola. 2. Capital (Economia). 3. Agricultura e
Estado. 4. Economia agrícola. 5. Empreendedorismo. 6.
Camponeses – Produtividade do trabalho – Sergipe. I. Conceição,
Alexandrina Luz, orient. II. Título.

CDU 911.3:63(813.7)

LUCAS DE ANDRADE LIRA MIRANDA CAVALCANTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia – área de concentração Produção do Agrário e Dinâmicas Territoriais, linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento

Orientadora: Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição – UFS
(Orientadora)

Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos — UFS

Prof. Dr. Lucas Gama Lima — UFAL

São Cristóvão/SE
2019

Dedico esta pesquisa a todos os que lutam por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Também dedico esta pesquisa aos sujeitos históricos que me inspiram ao longo da vida: Paulo Freire e Carlos Marighella.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, especialmente à minha mãe Flávia e ao meu pai Luiz, por todo amor, compreensão e incentivo. Duas pessoas muito importantes na minha formação, que estiveram presentes durante toda a minha vida. Agradeço aos meus irmãos Luizinho e Rafa, por todo carinho e apoio na vida. Vocês são incríveis! Amo vocês!

Agradeço à profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição, minha orientadora e amiga. Agradeço por sua amizade, pela paciência e pelo rigor com o conhecimento científico compartilhado comigo através da orientação, da indicação das leituras e nas reuniões do GPECT, além de ter tirado dúvidas nos momentos necessários.

À Vanessa, graças ao seu apoio primordial, trilhei com muita dedicação e estudo a graduação e o mestrado em Geografia, possibilitando alcançar essa etapa da minha formação.

Aos meus amigos do GPECT que estiveram comigo durante o período do mestrado, compartilhando conhecimentos, experiências, inquietações, sonhos e fortalecendo as amizades, muito preciosas para o dia a dia. Agradeço a Michelle, Danilo Cavalcanti, Morgana, Eliany, Ricardo, Vanessa, Maria José, Márcio, Leandro, Ronilson, Pedro Paulo, Shauane, Danilo Santana, Marcelo, Júnior, Karla, Luiz André, Ana Consuelo e Jordana.

Agradeço à profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos e ao professor doutor Lucas Gama Lima por participarem da minha Banca de Qualificação e aceitarem o convite para a defesa, por dedicarem tempo à leitura da minha pesquisa, pelas contribuições indispensáveis.

Agradeço especialmente a Danilo Cavalcanti e a Cecília, amigos/irmãos desde a época da graduação. A cada dia nossa amizade se sedimenta cada vez mais. Obrigado por serem prestativos, compreensivos e assertivos nos momentos certos. Compartilhar os melhores e mais importantes momentos da vida com vocês torna a vida mais leve e me dá força a seguir em frente.

A Michelle, pela amizade, pelos conselhos nas horas difíceis e pelos momentos de confraternização repletos de alegria e leveza.

A Maria José, minha amiga e companheira nos diversos trajetos geográficos que trilhei com você. Contigo aprendi a ter mais empatia, solidariedade, além de ser um exemplo de força e luta contra as injustiças sociais. Muito obrigado!

A Ricardo, que me auxiliou de maneira decisiva na pesquisa de campo, nas anotações e revisão da minha dissertação. Muito obrigado pelas conversas divertidas e sinceras que tive contigo.

A Márcio, pela amizade e pelo apoio durante meu estágio na SUPES.

Aos meus amigos e amigas do mestrado e doutorado: Adriana Lisboa, Bruna Santana, Bruno, Cícero, Cleane, Daniela Feitoza, Débora, Eduina, Givaldo, Jucileide, Lucas Silva, Luciana, Mário Arthur, Murilo, Rafaela, Sandra Estroges, Sheyla, Tamires, Tereza Carvalho, Zé Augusto e Zé Carlos, pela contribuição e pelo apoio durante essa caminhada.

Aos meus amigos da UFS: Adannyl, Carlão, Fransuel, José Bruno, Eric, Jorge Edson, Alexandre, cada um de vocês teve sua contribuição nessa pesquisa.

Aos meus amigos de colégio: Silas, Uriel, Diogo, Carol, Henrique, Cynthia, Leoni, Saulo Lordão. Muito obrigado pela amizade sincera durante todo esse período e pelo apoio. Com vocês dividi momentos de angústia e alegria que me ajudaram a me tornar mais fortalecido nesse processo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia, em especial a Alexandrina Luz, Ana Rocha, Sócrates, Wagnervalter Sônia Mendonça, Shiziele, Marleide, Christiane Campos, Josefa Lisboa, Acácia Souza, José Eloízio, Antônio Carlos, Neise Alves e Christian Boudou. Vocês foram fundamentais para minha formação!

Aos companheiros da AGB-Aracaju: Yure e Nathaly.

Aos funcionários do Programa de Pós Graduação em Geografia, por todo apoio. Muito obrigado, Jobson!

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pelo apoio financeiro.

A Bruno, pela correção e formatação da minha pesquisa de forma primorosa.

A Conceição, Kléber, Márcio, Raíssa, João e Bruna, por me ajudarem a estar com saúde.

Aos colegas da Base Territorial do IBGE, em especial à Christiane e a Nelson.

Aos funcionários do INCRA, em especial Marcelo, que contribuiu bastante para a elaboração do projeto de pesquisa e da minha pesquisa de dissertação.

Aos funcionários da CODEVASF, pela paciência e disponibilidade para me auxiliar na pesquisa.

Aos camponeses assentados no P.A. Jacaré-Curituba que seguem resistindo, em especial à Jaqueline e a João Gomes. Muito obrigado pela possibilidade de conhecer parte da realidade que vocês vivenciam, foi uma experiência única e bastante enriquecedora para a minha formação.

Liberdade

*Não ficarei tão só no campo da arte,
e, ânimo firme, sobranceiro e forte,
tudo farei por ti para exaltar-te,
serenamente, alheio à própria sorte.
Para que eu possa um dia contemplar-te
dominadora, em férvido transporte,
direi que és bela e pura em toda parte,
por maior risco em que essa audácia importe.
Queira-te eu tanto, e de tal modo em suma,
que não exista força humana alguma
que esta paixão embriagadora dome.
E que eu por ti, se torturado for,
possa feliz, indiferente à dor,
morrer sorrindo a murmurar teu nome.*

(MARIGHELLA, 1994)

RESUMO

A presente dissertação de mestrado objetivou analisar o modelo do empreendedorismo rural como estratégia de subordinação da terra e do trabalho camponês ao capital, no Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba/SE. Nossa pesquisa foi sustentada no método do materialismo histórico-dialético, que permitiu compreender as contradições do processo de expansão do capital, sob o discurso do modelo de modernização desenvolvimentista, no movimento da diferenciação e de igualização do espaço agrário. Nossos estudos identificaram a importância do processo de formação territorial do Assentamento Jacaré-Curituba, para a consolidação dos movimentos sociais no campo, particularmente o MST, na luta pela terra de Reforma Agrária, no Alto Sertão Sergipano. A referida pesquisa foi desenvolvida a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa documental; estudo dos Relatórios da CODEVASF, da EMDAGRO, do INCRA e do IBGE; levantamento bibliográfico; pesquisa de campo, via observações locais; anotações em diário de pesquisa; e aplicação de questionários semiestruturados com os assentados residentes. Constatou-se que o modelo do empreendedorismo rural no Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba contradiz a lógica da pequena produção camponesa, de base familiar, da terra como condição autônoma de vida, passando a considerá-la como mercadoria. Conclui-se que: o modelo do empreendedorismo rural não tem atendido à demanda necessária para a permanência da família camponesa, resultando inclusive na mobilidade dos jovens para outras localidades. O discurso da inclusão como camponês, via o empreendedorismo rural, é ideológico e se estabelece para a sua subordinação ao capital, pela apropriação da renda da terra camponesa, e a subordinação do trabalho por meio do processo da subsunção da terra ao capital.

Palavras-chave: Capital; renda da terra; renda de trabalho; empreendedorismo rural; unidade de produção camponesa.

RESUMEN

La presente tesis de maestri objetivo analizar el modelo del emprendedorismo rural como estrategia de subordinación de la tierra y del trabajo campesinos al capital, en el Proyecto de Asentamiento Jacaré-Curituba/SE. Nuestra investigación fue basada en el método del materialismo histórico dialéctico que nos permitió comprender las contradicciones del proceso de expansión del capital, bajo el discurso del modelo de modernización desarrollista, en el movimiento de diferenciación y igualdad del espacio agrario. Nuestros estudios han identificado la importancia del proceso de formación territorial del Asentamiento Jacaré-Curituba, para la consolidación de los movimientos sociales del campo, particularmente el MST, en la lucha por tierra de Reforma Agraria, en el Alto Sertón Sergipano. La referida investigación se desarrolló a partir de los siguientes procedimientos metodológicos: investigación documental, estudio de los informes de: CODEVASF, EMDAGRO, INCRA, IBGE; búsqueda bibliográfica, investigación de campo, por medio de anotaciones en diario de investigación, y aplicación de cuestionarios semiestructurados con los asentados residentes. Se constató que el modelo del emprendedorismo rural en el Proyecto de Asentamiento Jacaré Curituba contradice la lógica de la pequeña producción campesina, de base familiar, de la tierra como condición autónoma de vida, pasando a considerarla como mercancía. Se concluyó que: el modelo del emprendedorismo rural no ha atendido la demanda necesaria para la permanencia de la familia campesina resultando incluso en la movilidad de los jóvenes hacia otras localidades. El discurso de la inclusión como campesino, a través del emprendedorismo rural, es ideológico y se establece para su subordinación al capital, a través de la apropiación de la renta de la tierra campesina, y la subordinación del trabajo por medio del proceso de la subsunción de la tierra al capital.

Palabras-clave: Capital; renta de la tierra; renta de trabajo; emprendedorismo rural; unidad de producción campesina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Complexo Jacaré-Curituba e o território do Alto Sertão Sergipano	25
Figura 2 - Localização do Complexo Jacaré-Curituba	25
Figura 3 - Mapa da “área reformada” construída pelos movimentos socioterritoriais no Alto Sertão Sergipano nas três fases da luta pela terra e redistribuição fundiária pela Funai, FCP e INCRA – 1979-2014.....	41
Figura 4 - Mapa dos assentamentos de rurais – Alto Sertão Sergipano – 2018	46
Figura 5 - A caminhada do povo que sofre	49
Figura 6 - Donos de fazenda em Sergipe anunciam um novo massacre	50
Figura 7 - A luta pela terra: os ícones da vitória.....	52
Figura 8 - Etapas de Implementação e Distribuição dos Lotes no Projeto Original .	85
Figura 9 - Etapas de Implementação e Distribuição dos Lotes no Projeto Reformulado	86
Figura 10 - Mapa de Localização das Agrovilas do Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba	90
Figura 11 - Agrovila Che Guevara I	91
Figura 12 - Tomada de água na Barragem da UHE Xingó	92
Figura 13 - Moto-Bombas da Estação EB-100.....	92
Figura 14 - Imagem de Satélite do Reservatório (R-1) e dos Canais de Irrigação...	93
Figura 15 - Canal Trapezoidal de Irrigação CS-106.....	94
Figura 16 - Canal Trapezoidal de Irrigação CP-300.....	95
Figura 17 - Reservatório de Compensação R-1.....	95
Figura 18 - Irrigação por microaspersão	97
Figura 19 - Irrigação por gotejamento	98
Figura 20 - Plantação de quiabo irrigado por microaspersão – Agrovila Canudos	120
Figura 21 - Plantação de macaxeira irrigada por microaspersão – Agrovila Canudos	121
Figura 22 - Localização de países com proibição ou uso restrito do glifosato – 2019	125
Figura 23 - Locais de revenda de quiabo pelo atravessador	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação de Imóveis Rurais – Brasil – 1993	87
Quadro 2 - Fórmula trinitária da produção social	100
Quadro 3 - Ciclo de circulação do dinheiro como capital	110
Quadro 4 - Ciclo de circulação simples de mercadorias	110
Quadro 5 - Ingredientes ativos mais vendidos no Brasil	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de famílias em ocupações e assentadas por ano – Sergipe – 1988-2013.....	35
Gráfico 2 - Número de assentamentos criados no Alto Sertão Sergipano por ano – 1986 a 2017.....	37
Gráfico 3 - Lucro excedente transformado em renda da terra na agricultura na presença de propriedades fundiárias.....	Erro! Indicador não definido.
Gráfico 4 - Cultivos plantados pelos camponeses entrevistados.....	120
Gráfico 5 - Cultivos plantados pelos camponeses entrevistados.....	122
Gráfico 6 - Destinação principal dos cultivos plantados pelos camponeses.....	123
Gráfico 7 - Utilização de agrotóxicos entre os entrevistados	124
Gráfico 8 - Evolução de consumo de ingredientes ativos no Brasil de 2010 a 2017 – em mil toneladas.....	128
Gráfico 9 - Principais consumidores de agrotóxicos no mundo - 2016 (em US\$ bilhões)	129
Gráfico 10 - Vendas de agrotóxicos e afins em Sergipe de 2009 a 2017	130
Gráfico 11 - Forma de utilização de trator entre os entrevistados	132
Gráfico 12 - Destinação da venda dos produtos entre os entrevistados.....	134
Gráfico 13 - Rendas complementares dos camponeses	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estabelecimentos e área no Alto Sertão Sergipano – 1985-1995/96.....	33
Tabela 2 - Estrutura fundiária no Alto Sertão Sergipano - INCRA – 2013.....	45
Tabela 3 - Resumo do Parcelamento da Área do Projeto Jacaré-Curituba.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM - Banco Mundial

BHAG - Baum Hedlund Aristei Goldman

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CAR - Cadastramento Ambiental Rural

CEASA - Central de Abastecimento

CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

COHIDRO - Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

COPES - Coordenação de Pesquisa

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CVSF - Comissão do Vale do São Francisco

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra

EMDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

FAOSTAT - Food and Agriculture Organization of the United Nations Statistical Database

FCP - Fundação Cultural Palmares

FMI - Fundo Monetário Internacional

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GBM - Grupo Banco Mundial

GPECT - Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais

IARC - Agência Internacional de Pesquisas do Câncer

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIN - Ministério da Integração Nacional

MF - Módulo Fiscal

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

ONU - Organização das Nações Unidas

PA - Projeto de Assentamento

PAC - Programa de Consolidação e Emancipação dos Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PCA - Plano de Consolidação do Assentamento

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RAM - Reforma Agrária de Mercado

SAPPP - Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEINFRA - Secretaria de Estado da Infraestrutura do Estado de Sergipe

SEMARH - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SR-23 - Superintendência Regional do Incra em Sergipe

SRH - Secretaria de Recursos Hídricos

STR's - Sindicatos de Trabalhadores Rurais

SUVALE - Superintendência do Vale do São Francisco

UDR - União Democrática Ruralista

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UHE - Usina Hidrelétrica

UNITUBA - União das Associações de Cooperação Agrícola do Perímetro Irrigado Jacaré-Curituba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. A LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO	27
2.1 CONTEXTO NACIONAL DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA	27
2.2 CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO	31
2.3 TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS (MST) NO ALTO SERTÃO SERGIPANO	38
2.4 O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO PA JACARÉ-CURITUBA	47
3. A POLÍTICA DO EMPREENDEDORISMO RURAL, A MEDIAÇÃO DO ESTADO E SUA FUNCIONALIDADE AO CAPITAL	54
3.1 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDEDORISMO NO PA JACARÉ-CURITUBA	54
3.2 A MEDIAÇÃO DO ESTADO NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	59
3.3 O EMPREENDEDORISMO COMO DISCURSO IDEOLÓGICO	73
3.4 DE CAMPONÊS A “EMPRESÁRIO RURAL”	79
3.5 O PERÍMETRO IRRIGADO DO P.A. JACARÉ-CURITUBA	83
4. SUBORDINAÇÃO DA RENDA DA TERRA E DO TRABALHO CAMPONÊS AO CAPITAL	99
4.1 A RENDA DA TERRA E A MISTIFICAÇÃO DA FÓRMULA TRINITÁRIA	99
4.2 AS FORMAS DE RENDA DA TERRA	104
4.3 A LÓGICA DA PRODUÇÃO CAMPONESA COMO FUNDAMENTO DA RENDA PRÉ-CAPITALISTA	108
4.4 SUBORDINAÇÃO DA RENDA DA TERRA E DO TRABALHO CAMPONÊS AO CAPITAL	114
4.4.1 A renda da terra no P.A. Jacaré-Curituba	116
4.4.2 A produção camponesa no P.A. Jacaré-Curituba	119
4.4.3 Resistir para existir: a mobilidade dos jovens camponeses	137
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICE	158
ANEXO	159

1. INTRODUÇÃO

A temática do empreendedorismo rural tem sido pouco analisada na ciência geográfica. A maior parte dos estudos concentra-se em sociologia rural, economia, administração e engenharia agrônômica, e principalmente no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe, no qual não há registro de pesquisas na mesma temática realizadas anteriormente. Há em andamento uma tese de doutorado, realizada por Ramon Oliveira Vasconcelos (2017), denominada “A questão da multifuncionalidade da agricultura familiar no espaço rural sergipano”, que destaca a multifuncionalidade do agricultor familiar e como este deve inovar constantemente e possuir diversas variáveis pelas quais transformaria um agricultor familiar em um empreendedor rural. Diferentemente da proposta de Vasconcelos (2017), nós realizamos uma análise do empreendedorismo rural como parte funcional do sistema de capital, que possibilita a subordinação da renda da terra e do trabalho camponês ao capital, levando também à superexploração do trabalho familiar camponês.

A motivação inicial para realizarmos esta dissertação surgiu numa pesquisa de campo no P.A. Jacaré-Curituba, em 2015, e em conversa informal com o presidente da UNITUBA, João Gomes. Ele havia afirmado que se considerava um “empresário rural”, entretanto, como um líder do maior conjunto, em hectares, de assentamentos de Sergipe, Gomes se consideraria um empresário, entrando em contradição com o histórico de luta pela terra e pela reforma agrária dos camponeses. Somando a isso as experiências com o diálogo com camponeses assentados na pesquisa de PIBIC/CNPq/COPES denominada “Ideologias e fetiches tecidos nos discursos da mídia impressa em Sergipe sobre a relação agronegócio e produção familiar camponesa e suas implicações na política de reforma agrária”, fundamentada nos estudos de Mikhail Bakhtin (2010), com orientação da profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição, objetivamos analisar a contradição do discurso do “empresário rural” com as suas condições materiais de reprodução social da unidade de produção camponesa organizada no trabalho familiar e garantindo a reprodução da vida.

Essa contradição entre a realidade material e o discurso do empreendedorismo por parte dos trabalhadores pode ser analisada a partir da assertiva de Tavares (2004, p. 22):

As ideias capitalistas devem ser dominantes, e os trabalhadores devem assumir como se fossem suas. [...] No entanto, essa suposta autonomia, além de mascarar as reais dimensões do desemprego, fragmenta a classe trabalhadora, opera o culto ao individualismo, desqualifica as organizações representativas do trabalho, fomenta a ordem ideológica dominante e distancia o horizonte revolucionário.

O capital opera de diversas formas para extrair mais-valor do trabalho. No espaço agrário, o capital opera no campo seu processo de desenvolvimento de forma desigual e combinada. Atua promovendo simultaneamente o trabalho assalariado, ao tempo que engendra, de forma articulada e contraditória, a produção camponesa (OLIVEIRA, 2001). O capital articula vários mecanismos para extrair renda e trabalho do campesinato. Nessa direção, destaca-se o discurso do empreendedorismo rural, o qual tenta subordinar o camponês à lógica da racionalização e controle dos custos para serem administradas como “empresas rurais”.

Para ser um “empreendedor rural”, são requeridas competências empresariais, realizar um conjunto de atividades não agrícolas, bem como a racionalização do processo produtivo, entretanto, isso contraria a lógica camponesa de reprodução social.

Nesse contexto, Fabrini e Roos (2014) destacam como principais aspectos da lógica de reprodução social camponesa a produção de autoconsumo, a autonomia e as relações comunitárias. Além disso, essas relações fortalecem a condição ontológica do trabalho e a sua relação metabólica com a natureza. Para Lukács (2012, p. 215),

Antes de tudo, aparece no valor, enquanto categoria social, a base elementar do ser social: o trabalho. A ligação deste com as funções sociais do valor revelam os princípios estruturadores fundamentais do ser social, que derivam do ser natural do homem e, ao mesmo tempo, de seu metabolismo com a natureza [...].

A autonomia camponesa não se dá conforme a sua integração com o mercado e a mudança da sua organização produtiva, de maneira a potencializar o lucro, mas sim enquanto sujeitos históricos, a partir do trabalho, estabelecendo uma relação dialética com a natureza, organizando o trabalho de base familiar para a reprodução da vida e comercialização do excedente.

O trabalho camponês é necessário à acumulação capitalista. Na leitura de Martins (2013, p. 36-37),

o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações subordinadas à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. [...] A produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada das contradições do capitalismo — o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas no capital, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas.

O capitalismo gera contradições no seu processo de expansão, não só redefinindo antigas relações, como engendrando relações não capitalistas, pois, ao tempo em que ocorre a monopolização da terra pelo capital, ocorrem também a reprodução e a recriação camponesa. O capital, após superar barreiras que impediam o seu processo de acumulação, “se transforma no mais dinâmico e mais competente extrator do trabalho excedente em toda a história” (MESZÁROS, 2011, p. 102).

A presente pesquisa teve como fundamento o materialismo histórico-dialético, que apresenta como principais elementos: a compreensão da história de forma processual e não linear; o processo contraditório de reprodução do espaço pelo capital; e a materialidade do mundo.

Fundamentado nos estudos de Karl Marx, o materialismo histórico-dialético analisa o mundo dos homens por meio da síntese da construção prévia com a realidade material. Não se deve partir dos discursos, das ideias que os homens têm de si, para depois chegar à base para Marx e Engels (1998, p. 19). As análises devem partir dos “homens em sua atividade real, é a partir do seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital”.

Marx propõe que a aproximação em relação ao objeto seja feita perguntando ao objeto o que é que o mantém de pé, quais são os elementos que explicam o seu movimento. Marx não chega com um conceito ou uma categoria *a priori*, que ele tenta inocular no objeto. Na verdade ele dirige perguntas ao objeto: em que bases se dá **seu** movimento? **Seu** movimento pode ser explicado por que determinações, que regularidades? (DANTAS, 2016, p. 12, destaques do autor).

Com base no materialismo histórico-dialético, os questionamentos quanto ao objeto são fundamentais para a pesquisa. E, nesse sentido, buscamos propriamente apreender os elementos que explicam o movimento do real, principalmente pelas

reconfigurações do espaço agrário, no contexto da mundialização do capital e da hegemonia do capital financeiro, adentrando cada vez mais no espaço agrário.

O materialismo histórico-dialético é imprescindível na compreensão do empreendedorismo rural como estratégia de subordinação da terra e do trabalho camponês ao capital, no Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba, pois somente esse método permite a análise das contradições da base material das relações sociais de produção — ou seja, apenas ele possibilita a compreensão da essência do movimento do real e a lógica desigual, contraditória e combinada do sistema do capital.

Nesse contexto, esta dissertação busca analisar as estratégias utilizadas pelo capital sob o discurso do empreendedorismo rural, para subordinar a unidade de produção camponesa ao processo de acumulação capitalista.

Objetivo geral

Analisar o empreendedorismo rural como estratégia de subordinação da terra e do trabalho camponês ao capital e suas contradições no Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba.

Objetivos específicos

- Contextualizar o processo de luta e implantação dos assentamentos rurais no Alto Sertão Sergipano.
- Situar e caracterizar o Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba e as relações de produção e de mercado.
- Assinalar as políticas públicas presentes no Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba.
- Analisar a estratégia do empreendedorismo rural no contexto geográfico nos âmbitos local/regional/nacional.
- Estabelecer a relação entre o capital e a funcionalidade do empreendedorismo rural.
- Identificar as formas de subsunção da terra e do trabalho ao capital.

O trabalho de campo é o procedimento metodológico essencial à ciência geográfica, que, quando bem utilizado pelo pesquisador, proporciona grandes contribuições, visto que o pesquisador não deve reduzi-lo somente ao empírico, mas articular teoria-prática no momento do trabalho de campo (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006).

A pesquisa de campo, nesse sentido, constitui

para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos.

Para contribuir com a construção do conhecimento científico e desvelar a essência dos fenômenos geográficos nos trabalhos de campo, é necessário estabelecer uma relação dialética entre o teórico/empírico para a produção de conhecimento científico. Em relação à compreensão da essência dos fenômenos geográficos, é notável a contribuição de Horieste Gomes (1991, p. 21) ao afirmar que,

para penetrar a fundo na essência das coisas, isto é nas características fundamentais dos objetos e fenômenos, o processo do conhecimento utiliza-se de um instrumental cognoscitivo superior — o pensamento teórico — que se vale do emprego da abstração e da generalização.

Para conseguirmos analisar a essência dos fenômenos sociais, faz-se fundamental o constante diálogo com a base material para conseguirmos abstrair e generalizar. Além disso, é necessário que possamos analisar tanto dados qualitativos quanto dados quantitativos, enriquecendo a análise da pesquisa. Nesse sentido, Silveira e Córdova (2009, p. 32) afirmam que a “pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Assim, prima pela compreensão das relações sociais, bem como por aspectos não quantitativos.

Na presente pesquisa, inicialmente foram realizadas **leituras e produção de resenhas** através do **levantamento bibliográfico**. Segundo Gilberto Martins e Carlos Theóphilo (2009, p. 54), este procedimento metodológico “procura explicar e discutir

um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, *sítes*, CDs, anais de congressos”, dentre outros.

Foram realizados **levantamentos bibliográficos em fontes primárias e secundárias**, tendo como objetivo central o estudo reflexivo das categorias: espaço e território, assim como sobre a questão agrária em diversos estudos, utilizando como principais autores: Alexander Chayanov, Alexandrina Luz Conceição, Ariovaldo Umbelino Oliveira, Eliani Tomiasi Paulino, João Edmilson Fabrini, José de Souza Martins, Teodor Shanin, Abomovay, Graziano da Silva, Sauer, Theresa Tanezini, dentre outros. Além disso, analisamos os conceitos marxianos de: ideologia, alienação, Estado, renda da terra, trabalho e capital. Demos também ênfase aos conceitos de empreendedorismo rural e terra, como categorias analíticas.

O aprofundamento teórico foi favorecido pelas contínuas **interloquções coloquiais** com a orientadora, que permitiu o melhor domínio do método e da análise da questão agrária na pesquisa. Foi realizada, em seguida, a **sistematização das leituras**, para melhor análise ao decorrer da pesquisa.

Em seguida, ocorreu a **pesquisa documental**, caracterizada “pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação” (OLIVEIRA, 2007, p. 69). Sendo assim, foram analisados principalmente relatórios, projetos sobre a realidade em estudo, e documentos do INCRA, da CODEVASF e da COHIDRO.

Foram aplicados 34 questionários com assentados do Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba e realizou-se pesquisa de campo nas instituições públicas responsáveis pelo assentamento, como INCRA e CODEVASF, direcionando nossos questionamentos para verificarmos a intencionalidade do discurso ideológico do “empreendedor rural”. O registro de tais informações se deu por meio de anotações e transcrições dos discursos dos entrevistados. Posteriormente, foi realizada a análise das respostas, ocorrendo a tabulação dos dados.

Dentre os tipos de entrevistas, optamos pelas **entrevistas semiestruturadas**, as quais, segundo Triviños (2009, p. 146), partem “de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa, e, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante”. A entrevista semiestruturada

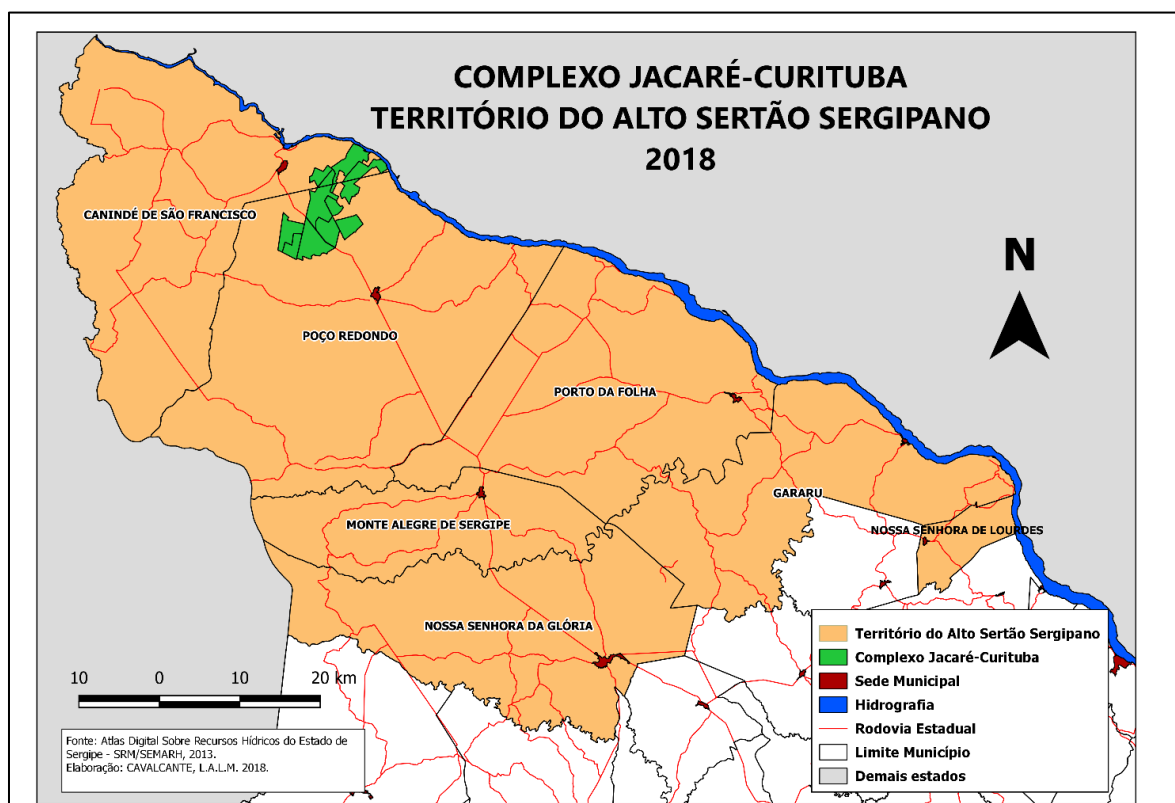
“oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 2009, p. 146).

Concomitantemente às leituras, realizamos levantamentos de dados secundários de dados quantitativos e qualitativos no Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), assim como em órgãos públicos Federais (INCRA, MDA, MIN, CODEVASF) e estaduais (COHIDRO, EMDAGRO) para correlacionarmos com a pesquisa empírica no assentamento em estudo. Foram elaborados **fichamentos de leituras**, a partir de discussões coloquiais com a orientadora e com o Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territoriais da UFS/CNPq, para o aprofundamento epistemológico das categorias e temas relacionados à pesquisa.

Denominado pelo INCRA como Complexo Jacaré-Curituba, este é constituído por um total de 10 assentamentos implementados pelo INCRA entre os anos de 1997 e 2002, possui área total de 15.683 hectares, sendo localizado parcialmente nos municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, no Território do Alto Sertão Sergipano, no semiárido de Sergipe, conforme pode ser observado nas Figuras 1 e 2. O Complexo Jacaré-Curituba possui muita relevância na luta pela reforma agrária no Alto Sertão Sergipano. Segundo dados do INCRA (2016), constitui-se como o maior assentamento de reforma agrária irrigado da América Latina, possuindo parte de seus lotes irrigados por microaspersão e gotejamento, assim como lotes de agricultura de “sequeiro”, ou seja, sem irrigação, dependendo do regime pluviométrico anual.

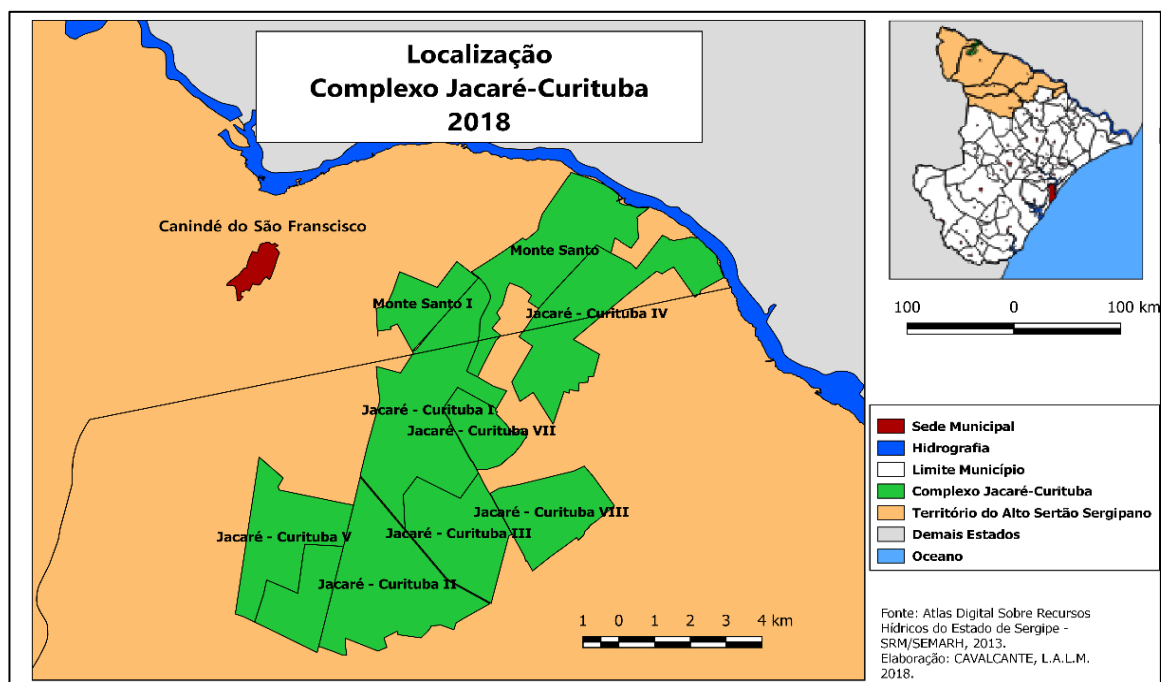
Foram realizadas visitas aos órgãos públicos como a Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, a Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS) e o acervo bibliográfico do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais (GPECT/CNPq/UFS).

Figura 1 - Localização do Complexo Jacaré-Curituba e o território do Alto Sertão Sergipano



Fonte: SRH/SEMARH, 2013.

Figura 2 - Localização do Complexo Jacaré-Curituba



Fonte: SRH/SEMARH, 2013.

A presente dissertação foi estruturada em três capítulos, além desta **INTRODUÇÃO** e das **CONSIDERAÇÕES FINAIS**. O primeiro capítulo, intitulado **A LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO**, busca refletir o contexto de luta camponesa pela terra através da luta pela reforma agrária, destacando a trajetória do MST na territorialização dos movimentos sociais no Alto Sertão Sergipano.

O capítulo seguinte, intitulado **A POLÍTICA DO EMPREENDEDORISMO RURAL, A MEDIAÇÃO DO ESTADO E SUA FUNCIONALIDADE AO CAPITAL**, analisa como o empreendedorismo rural é veiculado como única alternativa de inserção dos camponeses na lógica do mercado, tendo em consideração as três dimensões do sistema do capital: Estado, capital e trabalho.

O próximo capítulo, intitulado **SUBORDINAÇÃO DA RENDA DA TERRA E DO TRABALHO CAMPONÊS E A RESISTÊNCIA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO CAMPONESA**, reflete sobre o conceito de renda da terra e a subordinação da renda da terra e do trabalho camponês ao capital, resistência da unidade de produção camponesa.

Nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, concluímos que o discurso do empreendedorismo rural no Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba contradiz a lógica da pequena produção camponesa, de base familiar, da terra como condição autônoma de vida, passando a considerá-la como mercadoria.

2. A LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

A luta camponesa constitui-se como fator primordial na compreensão da reprodução do espaço agrário na atualidade. Pois, seu processo histórico de luta pela terra e reforma agrária no Brasil, por meio dos movimentos sociais do campo, têm combatido a grande exclusão social e concentração fundiária presente no espaço agrário brasileiro. Nessa direção, o presente capítulo busca refletir o contexto de luta camponesa pela terra através da luta pela reforma agrária, destacando a trajetória do MST na territorialização dos movimentos sociais no Alto Sertão Sergipano.

2.1 CONTEXTO NACIONAL DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

Em 1850, com a promulgação da Lei nº 601/1850, mais conhecida como Lei de Terras, institui-se a propriedade privada da terra no Brasil, proibindo-se a aquisição de terras que não fossem realizadas mediante compra (BRASIL, 1850). Com a Lei de Terras decorre um processo altamente excludente, visto que grande parte da população, constituída por posseiros, sitiantes, agregados de fazendas, não tinha condições de comprar as terras nas quais produziam. Dessa maneira, os camponeses são caracterizados por Martins (1995) como duplamente excluídos, tanto pela instituição da propriedade privada da terra quanto pela condição de escravo, já que somente em 1888 acabaria o regime de escravidão.

Após a abolição da escravidão, em 1888, ocorre a transição da força de trabalho escrava para a de trabalho assalariado. Nesse período, a renda, que até então estava investida nos escravos, passa a ser uma renda territorial capitalizada. Enquanto no regime das sesmarias a terra era livre e o trabalho, cativo, no regime de trabalho livre a terra passa a ser cativa (MARTINS, 2013). Ao se tornar cativa, a força de trabalho passa a sobreviver exclusivamente da venda da sua força de trabalho para outrem, por meio do trabalho assalariado.

Conforme Martins (2013), a institucionalização da propriedade privada da terra e a promulgação da Lei Áurea têm papel fundamental na expansão do capitalismo no espaço agrário. Pois, com a liberação do grande contingente de trabalhadores, passa

a haver grande oferta de força de trabalho livre e barato para ser explorado nas grandes propriedades.

Nesse contexto, marcado pela grande exclusão social e pela grande concentração fundiária, ocorrem, entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX, inúmeras revoltas populares, em sua maior parte relacionada com conflitos de terra entre latifundiários e camponeses. Durante esse período histórico, existiam várias denominações regionais para identificar o que atualmente denominamos *camponês*, sempre carregadas de sentido depreciativo.

No Brasil os camponeses, nas suas mais diversas formas, têm papel fundamental na formação social do Brasil. O camponês esteve presente nesse processo de luta pela terra nos principais acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil, como a Guerra de Canudos ou a Revolta do Contestado, mas somente na segunda metade do século XX o conceito de camponês passou a ser utilizada de forma mais ampla (MARTINS, 1995).

Embora a luta pela terra venha se desenvolvendo desde a época da colonização [...] ela vem se exacerbando nos séculos XX e XXI, quando os trabalhadores passaram a se organizar de forma mais aguerrida e a exteriorizar, através da mídia, as suas reivindicações, ora pleiteando direitos e maior difusão de políticas públicas, ora reivindicando uma reforma agrária. (ANDRADE, 2011, p. 272).

Ocorreram inúmeras revoltas camponesas, como a Guerra de Canudos, Revolta do Contestado, Revolta de Porecatu e Sudoeste do Paraná, Revolta de Trombas e Formoso, que em diferentes momentos históricos marcaram profundamente a questão agrária no Brasil, demonstrando a recriação do campesinato, na forma de posseiros, pequenos agricultores, parceiros na luta contra a ação do Estado Republicano.

Após um período de intensa repressão pela ditadura do Estado Novo, em 1946, vinculado à crise do modelo agroexportador que afetou também os engenhos na Região Nordeste, teve início a mobilização de camponeses pela luta por melhores condições de vida, sendo retomada em 1954 pelas Ligas Camponesas.

No início da década de 1950, ganha força a mobilização contra a expulsão de foreiros, em especial nas terras do Engenho Galileia, localizado no município de Vitória de Santo Antão - PE. O foro (aluguel por uso da terra) na Região da Mata

localizada no Nordeste constituía a alternativa para os engenhos de “fogo morto”¹. Por meio das Ligas Camponesas, os trabalhadores associados lutavam por assistências jurídicas e médicas.

O movimento que se tornou nacionalmente conhecido como Ligas Camponesas iniciou-se, de fato, no engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco. A propriedade congregava 140 famílias de foreiros nos quinhentos hectares de terra do engenho que estava de “fogo morto”. O movimento foi criado no dia 1º de janeiro de 1955 e autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP) (MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS, 2018).

Influenciadas pela vitória das revoluções chinesa, em 1949, e cubana, em 1959, as Ligas Camponesas refletiam as contradições da reprodução capitalista no campo, reivindicando a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos rurais, assim como a luta pela reforma agrária.

A ação das Ligas Camponesas chamou a atenção do imperialismo estadunidense, que temia a formação de guerrilhas rurais no Nordeste brasileiro, semelhantes às cubanas, e passou a financiar campanhas por meio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), de US\$ 1 milhão para candidatos contrários à esquerda e favoráveis aos EUA (SANTIAGO, 2012).

Nesse contexto, fundamentalmente marcado pela miséria e fome no Nordeste brasileiro, camponeses revoltados, foreiros em vias de expulsão dos engenhos decadentes e moradores de usina se reúnem por meio das Ligas Camponesas, tendo como principal liderança Francisco Julião.

Com o início do Governo João Goulart, em 1961 houve um aguçamento da luta de classes, e com a previsão da implementação das Reformas de Base, especialmente a Reforma Agrária, potencializou-se a mobilização popular. O movimento teve seu apogeu no início de 1964 (MORAIS, 2002), em 22 estados, com cerca de 60 mil participantes. Para frear a intensa mobilização camponesa e dos trabalhadores rurais e urbanos na luta pelas reformas de base, o império estadunidense realizou, em aliança com a burguesia nacional e internacional, e com apoio dos militares, o financiamento e instalação do Golpe Militar de 1964, para impedir a reforma agrária e garantir a acumulação capitalista.

¹ “Fogo morto” é uma expressão utilizada para se referir aos engenhos em processo de decadência devido à crise do modelo agroexportador brasileiro.

Tentando suprimir o debate da reforma agrária com a repressão militar, foi criado o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504/64 (BRASIL, 1964), primeira lei a possibilitar a implantação da reforma agrária no Brasil; entretanto, tanto a redação do texto como a sua aplicação tinham como objetivo inibir as Políticas de Reforma Agrária.

Em 1964, o golpe militar tentou golpear também a resistência dos trabalhadores, caçando, matando e “sumindo” com as lideranças em uma tentativa de destruir qualquer movimento que questionasse o regime. Os latifundiários que apoiaram a ditadura militar desde o nascedouro se fortaleceram legalmente, legitimados pelo Estatuto da Terra. (MESQUITA, 2008, p. 137).

No processo de luta pela democratização do Brasil, na década de 1980, ocorreu a retomada dos movimentos sociais no campo e, conseqüentemente, o aumento da conflitualidade no espaço agrário brasileiro, demandando a reforma agrária, a regularização das terras de posseiros e o cumprimento do Estatuto da Terra. Simultaneamente, processa-se a organização da burguesia agrária em defesa da propriedade privada e da manutenção da estrutura fundiária por meio da União Democrática Ruralista (UDR).

Nesse contexto é promulgada a Constituição Federal de 1988, nela é introduzido o conceito de “função social da propriedade privada da terra”. Caso a propriedade privada não cumpra a sua função social, essa encontra-se suscetível a desapropriação para fins de reforma agrária. Para cumprir essa função, a propriedade privada deve cumprir, simultaneamente, os seguintes critérios e graus segundo o Artigo 186:

- I – Aproveitamento racional e adequado;
- II – Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores; (BRASIL, 1988, n.p.)

Em 2017, ocorre a promulgação da Lei 13.465/2017 que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana.

Art. 17:

§ 6º Independentemente da implementação dos requisitos exigidos no inciso V do caput deste artigo, considera-se consolidado o projeto de assentamento que atingir o prazo de quinze anos de sua implantação, salvo por decisão fundamentada do Incra.

§ 7º Os assentamentos que, em 1º de junho de 2017, contarem com quinze anos ou mais de criação, deverão ser consolidados em até três anos. (BRASIL, 2017, n.p.)

Desse modo, objetiva-se o retorno de assentamento não estruturados e consolidados retornem imediatamente ao mercado de terras após o recebimento do título definitivo da terra. Essa política de aligeiramento da emancipação de assentamentos coaduna com os interesses do capital, pois, permite a maior inserção de propriedades no mercado de terras.

2.2 CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

Os avanços e retrocessos na execução da Política de Reforma Agrária no Brasil ocorrem devido à conflitualidade inerente à reprodução do capital no espaço agrário, sendo caracterizada pela sua execução de forma descontínua, pontual e principalmente em áreas com maiores conflitos por terra, possuindo geralmente uma estrutura fundiária altamente concentrada, como pode ser observado no Alto Sertão Sergipano.

Sua paisagem agrária é marcada, desde o período colonial, por uma elevada concentração fundiária e pelo controle da água e das melhores terras por parte das oligarquias rurais, que detêm poder econômico e político e decidem sobre a vida de milhares de camponeses e trabalhadores rurais sergipanos. Nem mesmo as iniciativas dos governos federal e estadual, pressionados ou não pelos trabalhadores rurais e camponeses, e levadas a efeito ao longo dos últimos 20 anos, foram capazes de alterar significativamente a injusta distribuição de terras e as desigualdades sociais dela decorrentes. (LOPES *et al.*, 1999, p. 162).

A partir da análise da estrutura fundiária, na Tabela 1, podemos observar que em 1985, segundo informações do IBGE (1985, 1995/96), apenas 6,6% do número total de estabelecimentos detinham quase 60% da área total; enquanto isso, mais da metade dos estabelecimentos constituía-se de minifúndios, possuindo área abaixo do

mínimo necessário para aproveitamento agropecuário (área, definida pelo INCRA, de 70 hectares).

É justamente nesse contexto de concentração fundiária, no fim da Ditadura Militar e com a retomada dos movimentos sociais do campo, que se retoma a luta pela terra e a reforma agrária em Sergipe, após uma conjuntura de efervescência política entre as décadas de 1970 e 1980 (CINTRA, 1999).

Tabela 1 - Número de estabelecimentos e área no Alto Sertão Sergipano – 1985-1995/96

Classe de Área (Ha)	1985				1995/1996			
	Imóveis	Área (Ha)	% Imóveis	% Área	Imóveis	Área (Ha)	% Imóveis	% Área
Menos de 10	7.401	22.708	58,70%	5,29%	6.814	20.201	56,90%	5,11%
10 a menos de 100	4.376	147.328	34,71%	34,30%	4.466	144.551	37,29%	36,55%
Menos de 100	11.777	170.036	93,40%	39,59%	11.280	164.752	94,19%	41,65%
100 a menos de 1000	798	192.920	6,33%	44,92%	668	173.005	5,58%	43,74%
1000 e mais	34	66.511	0,27%	15,49%	28	57.777	0,23%	14,61%
TOTAL	12.609	429.467	100%	100%	11.976	395.534	100%	100%

Fonte: Censos Agropecuários de 1985, 1995/96.

Conforme os Censos Agropecuários de 1985 e de 1995/96, nesse período tiveram início diversas ocupações em Sergipe, com a participação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da Diocese de Propriá, principalmente no Alto Sertão, onde a estrutura fundiária encontrava-se historicamente concentrada (IBGE, 1985, 1995/96).

Entre os Censos Agropecuários de 1985 e de 1995/96 houve a redução de 633 imóveis no número total, assim como houve a redução da área total em 33.933 hectares. Assim, observamos a redução em 34% do número de estabelecimentos com mais de 100 ha, tal como de sua área, em 23%, indicando a fragmentação desses estabelecimentos. Entretanto, a concentração de terras não foi alterada significativamente, havendo pouca alteração no Índice de Gini, segundo Lopes *et al.* (2015), modificando de 0,745, em 1985, para 0,727 em 1995/96, devido a redução de área total em todas as classes de área.

A reforma agrária deve incluir, para além da redistribuição das terras, uma alteração no regime de controle das águas em favor dos seus beneficiários para que o campesinato tenha mais condições de construção de sua autonomia. Outra dimensão fundamental da reforma agrária é a democrática, ou seja, ela deve buscar o atendimento das reivindicações dos trabalhadores sem terra e suas organizações, bem como contemplar os minifundiários e suas entidades, permitindo que todos os segmentos do campesinato, envolvidos na reforma agrária, possam participar de todas as etapas do processo, desde sua elaboração, seu planejamento e sua execução. (RAMOS FILHO, 2012, p. 5).

Apesar das políticas de reforma agrária implementadas, no Alto Sertão vem ocorrendo o processo de minifundiarização da terra. A partir de dados do INCRA (2017), foi possível observar que a área média por família assentada é de aproximadamente 32 ha, sendo inferior à metade do módulo fiscal da região, instituído como 70 ha. Vale destacar que, em 1995, 28 imóveis grandes propriedades concentram, aproximadamente, a área três vezes superior à área de 6.814 minifúndios.

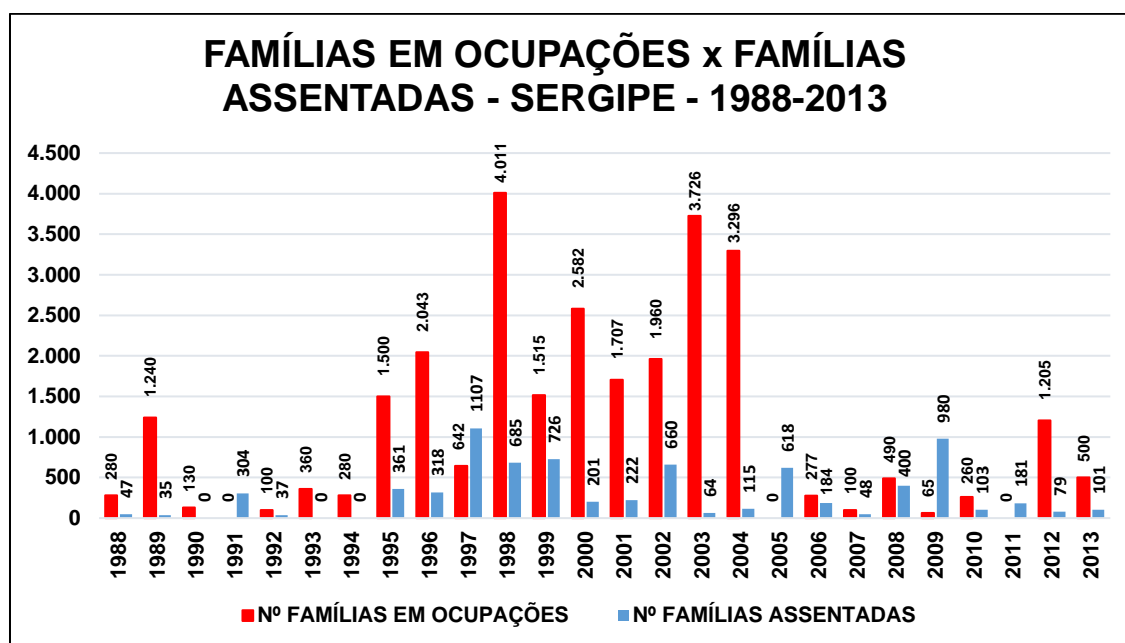
Além da insuficiência de terras, nesse período, a pressão pela reforma agrária por parte dos movimentos sociais era grande em comparação ao ritmo de criação de assentamentos, como pode ser demonstrado pelos Gráficos 1 e 2, com dados do DATALUTA (NERA, 2016) e INCRA (2017), que apontam um número crescente de camponeses sem-terra entre a década de 1980 e 1990. Entre 1986 e 1996, apenas

seis assentamentos foram criados, como resultado da luta dos trabalhadores rurais sem-terra, organizados principalmente pela Diocese de Propriá, em articulação com os STRs, CUT e MST (SANTOS, 2000).

O Estado, na defesa da propriedade privada da terra, base da acumulação do capital no campo pela extração da renda da terra, realizou a implantação de assentamentos nas décadas de 1980 e 1990, em Sergipe, num ritmo bastante inferior à demanda da reforma agrária pelos movimentos sociais. Dos 42 assentamentos criados entre 1982 e 1997, apenas 10 foram realizados por iniciativa do INCRA; os demais foram resultados da luta dos trabalhadores rurais sem-terra, demonstrando o descaso do governo com a reforma agrária (CINTRA, 1999).

De acordo com dados do Gráfico 1, os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, foram o período com maior número de famílias assentadas no estado de Sergipe, 4.281, bem como aquele com o maior número de famílias em ocupações, 16.233.

Gráfico 1 - Número de famílias em ocupações e assentadas por ano – Sergipe – 1988-2013



Fonte: NERA, 2016; INCRA, 2017.

Outra possível explicação para o maior número de assentamentos no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso é que foi produzido um gigantesco passivo externo, em virtude do “ajuste ultraliberal”, baseado no câmbio sobrevalorizado e tarifas ultramitigadas e desregulamentação no campo do fomento agrícola e industrial, o que levou à desvalorização do preço da terra, facilitando, desse modo, a

incorporação de novas terras para a reforma agrária, levando também a uma queda do poder econômico dos latifundiários (DELGADO, 2005).

Isso pode ser analisado tendo em vista que foi justamente nesse período que os movimentos sociais do campo conseguiram maior mobilização, possibilitando maior número de famílias em ocupações e, com isso, tencionar a conflitualidade no espaço agrário. Houve também o aumento da violência no campo, com dois grandes massacres de camponeses sem-terra: o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, no sul do Pará, com o assassinato de 19 sem-terras; e o massacre de Corumbiara, em 1995, no sul de Rondônia, com 12 mortos e dezenas de feridos.

No governo Lula, entre 2003 e 2010, segundo Campos (2011), houve a redução da “pressão popular” pela combinação de três processos: o estreitamento das fronteiras entre o Estado e as entidades de luta popular, pela nomeação de lideranças de movimentos sociais e sindicais nas distintas esferas do governo federal; a ampliação de verbas de serviços anteriormente realizados pelo Estado, dentre elas projetos nas áreas da saúde, da educação e da assistência técnica; e o aumento da quantitativo e qualitativo de programas de alívio da pobreza, que focalizavam na extrema pobreza.

Nesse sentido, concomitantemente a essa cooptação houve o avanço do capital no espaço agrário, tendo como principal característica a financeirização da agricultura, exigindo grandes extensões de terras, acesso a grandes quantias para financiamento de maquinário, agrotóxicos, fertilizantes, no modelo do agronegócio, sendo marcado pela territorialização do capital no campo, expropriando milhares de camponeses. O capital, na busca de auferir lucros na exportação, principalmente de grãos, soja e milho, na forma de *commodities*², comercializa não o produto em si, mas contratos futuros, antes mesmo de o produto chegar ao seu destino final.

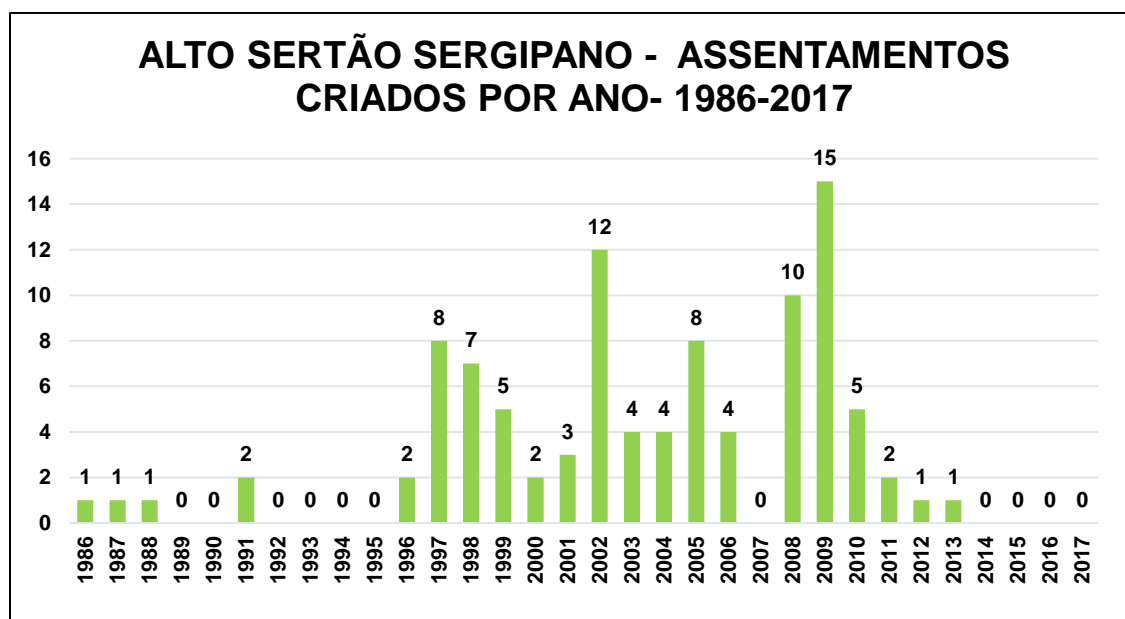
Desde estratégias de cooptação das lideranças de entidades de luta e movimentos sociais, bem como a entrada desses membros no processo eleitoral e em mandatos em cargos eletivos, se constituem como formas de amenizar, desarticular

² “*Commodities* é o termo utilizado para se referir aos produtos de origem primária que são transacionados nas bolsas de mercadorias. São normalmente produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, com qualidade quase uniforme e são produzidos e comercializados em grandes quantidades do ponto de vista global. Também podem ser estocados sem perda significativa em sua qualidade durante determinado período. Podem ser produtos agropecuários, minerais ou até mesmo financeiros.” (BRANCO, 2008, p. 12).

a luta de classes, mediante a inserção na “ordem” burguesa desses movimentos (CAMPOS, 2011).

No Gráfico 2, é possível observar que a criação de assentamentos, no Alto Sertão Sergipano, ocorreu com maior intensidade entre os anos de 1996 e 2002. Apesar das grandes áreas desapropriadas para criação de assentamentos rurais, segundo dados do INCRA (2017) a área média por família durante todo o período de 1986 a 2017, sempre esteve abaixo do módulo fiscal do semiárido sergipano, calculado como 70 hectares, variando durante esse período entre 17,3 hectares em 1997 e 30 hectares em 2000, assim como 7 anos sem criação de assentamentos no mesmo período.

Gráfico 2 - Número de assentamentos criados no Alto Sertão Sergipano por ano – 1986 a 2017



Fonte: INCRA, 2017.

Os lotes dos assentados constituem-se, de maneira geral, em minifúndios, e esse processo ainda se agrava pelo fato de a demanda por novos assentamentos pelos filhos de assentados ser superior à criação de novos assentamentos.

Em Sergipe, em quase três décadas de implantação de assentamentos de reforma agrária, os resultados alcançados são ainda inferiores à demanda por terra existente e a estrutura fundiária permanece concentrada. Não há, pelas características geográficas do Estado, pequeno em sua extensão, grandes áreas de terras a serem desapropriadas, portanto os assentamentos implantados conferem às famílias o acesso a pequenos lotes, ocorrendo o processo de minifundiização. É este mesmo processo que inviabiliza a reprodução simples e ampliada das famílias assentadas, uma vez que elas

não conseguem produzir o suficiente para a comercialização do excedente em seus lotes e nem garantir, através da reforma agrária, a sucessão hereditária na agricultura camponesa, uma vez que as áreas dos assentamentos não são mais compatíveis com a estratégia de construir um “puxadinho” no quintal da casa na agrovila do PA para o filho que casou e constituiu nova família, e muito menos que pais e filhos trabalhem juntos no mesmo lote, uma vez que a renda agrícola não será capaz de garantir a sobrevivência das duas famílias. (SOUSA, 2009, p. 326-327).

O processo de minifundiarização, destacado por Sousa (2009) e Ramos Filho (2013), intensifica-se ainda mais pela lenta e insuficiente criação de assentamentos e pela extensão de seus lotes dos assentamentos. Esses projetos de assentamentos não possibilitaram, dentro de seus projetos, a inserção dos filhos dos assentados em lotes próprios, e todos, por falta de acesso à terra, passam a trabalhar e morar no mesmo lote, fragmentando ainda mais a área de cada família assentada.

2.3 TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS (MST) NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

A luta pela reforma agrária é a disputa pelo território no espaço agrário. Assim, o capital apresenta dois principais processos, que primeiramente podem parecer contraditórios, mas que, de forma contraditória, aumentam o domínio do capital no campo. Oliveira (1995) apresenta esses principais processos como: territorialização do capital no campo e monopolização do território pelo capital.

Enquanto a territorialização é um processo mais violento e exige a expropriação direta dos camponeses e a aquisição de grandes extensões de terra, na monopolização do território pelo capital há a extração da renda da terra dos camponeses mediante a produção, geralmente de monoculturas voltadas a atender à demanda do mercado para venda às agroindústrias, usinas, o que, além de reduzir os gastos com aquisição de terras, reduz também, desse modo, a produção de alimentos para autoconsumo.

Sobre o processo de formação territorial no Alto Sertão Sergipano, Silveira (2006, p. 20) afirma que:

O início da história de ocupação da região do Alto Sertão Sergipano se deu em função dos movimentos populacionais oriundos de dois focos: Salvador e de Olinda, centros açucareiros, que, em razão de suas necessidades por animais de trabalho e por gêneros alimentícios, estimularam o deslocamento de populações para o Sertão em busca de terra para a criação de gado e cultivo de alimentos.

A ocupação do Alto Sertão inicialmente ocorreu para atender à demanda da população de dois grandes focos: Salvador e Olinda, e posteriormente a área do Cotinguiba, que se constituíam de centros açucareiros, de animais para o trabalho nos engenhos e de gêneros alimentícios, favorecendo a migração de populações para o Sertão para criar gado e produzir gêneros alimentícios (SILVEIRA, 2006), alternando também com cultivos que obtiveram alta demanda no mercado mundial, como o algodão, próximo ao período da Guerra de Secessão americana, até o final da década de 1940. Segundo Marleide Santos (1999), com a queda no mercado mundial do preço houve um declínio da produção de algodão, ocorrendo novamente o predomínio da pecuária extensiva.

No Alto Sertão Sergipano, historicamente ocorreu o predomínio da pecuária extensiva, principalmente, na área dos atuais municípios de Porto da Folha, Canindé do São Francisco e Poço Redondo, enquanto que a pequena propriedade camponesa tinha maior força nos municípios de Gararu, Providência (atual município de Itabi), Monte Alegre e Nossa Senhora da Glória, possuindo o município de Gararu o maior número de estabelecimentos camponeses (SILVA, 1981).

Durante décadas, a estrutura fundiária no Alto Sertão Sergipano permaneceu com alto índice de concentração fundiária, sob o domínio dos grandes proprietários com o predomínio da pecuária extensiva. Entretanto, na década de 1990 ocorre a consolidação dos movimentos sociais do campo, sendo justamente entre 1996 e 2003 que há a consolidação do MST em Sergipe. Desde sua criação em Sergipe, em 1985, até o final da década de 1990, o MST possuía atuação muito dependente em relação a outras organizações e movimentos sociais; somente a partir de 1990 que iniciaram ocupações de forma mais autônoma no Centro-Sul do estado, ocorrendo a expansão do movimento (CINTRA, 1999).

O Alto Sertão era uma região controlada basicamente pelo latifúndio e o coronelismo; por outro lado, havia a necessidade de chamar a atenção da sociedade sergipana para a situação de miséria, fome e falta de trabalho que assolava a população sertaneja por conta da conclusão da barragem. Para tanto, as famílias acampadas exigiam a desapropriação das Fazendas Cuiabá e Bela Vista, além da desapropriação de 15 mil hectares nos municípios de Poço Redondo e Porto da Folha, para serem transformadas em projetos de irrigação. (NOBRE, 2008, p. 128).

A ocupação Cuiabá foi primordial para a luta pela terra no Alto Sertão Sergipano, sendo considerada a maior ocupação da história do MST em Sergipe. Apesar da repressão aos acampados, houve resistência, e a mobilização foi fortalecida. Representou um importante marco da luta pela terra e organizada pelo MST, simbolizando uma perda significativa à oligarquia e suas ambições de transformar, com o apoio do Estado, as áreas em disputas em território do capital. Na área em disputa estava sendo implementado o projeto empresarial denominado Jacaré-Curituba, que foi ocupado pelo MST em outubro de 1996. Sendo uma região dominada pelo latifúndio e pelo coronelismo, a ocupação demonstrou a necessidade de chamar atenção para a miséria, a fome e o desemprego dos sertanejos pela conclusão da obra da barragem de Xingó.

Tradicionalmente, a estrutura fundiária concentrada promoveu inúmeros enfrentamentos sangrentos protagonizados pelos jagunços das oligarquias rurais, que buscavam coibir a crescente mobilização social engendrada, sobretudo, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e militantes de alguns grupos da Igreja Católica (LIMA, 2010).

Segundo relato do coordenador do PA Jacaré-Curituba, houve uma marcha com mais de 2 mil trabalhadores sem-terra, durante dez dias, até a sede do INCRA-SR-23, em Aracaju, para pressionar a desapropriação e a criação dos assentamentos, o que culminou na assinatura de um protocolo de intenções, assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que se comprometia com o encaminhamento do processo de desapropriação.

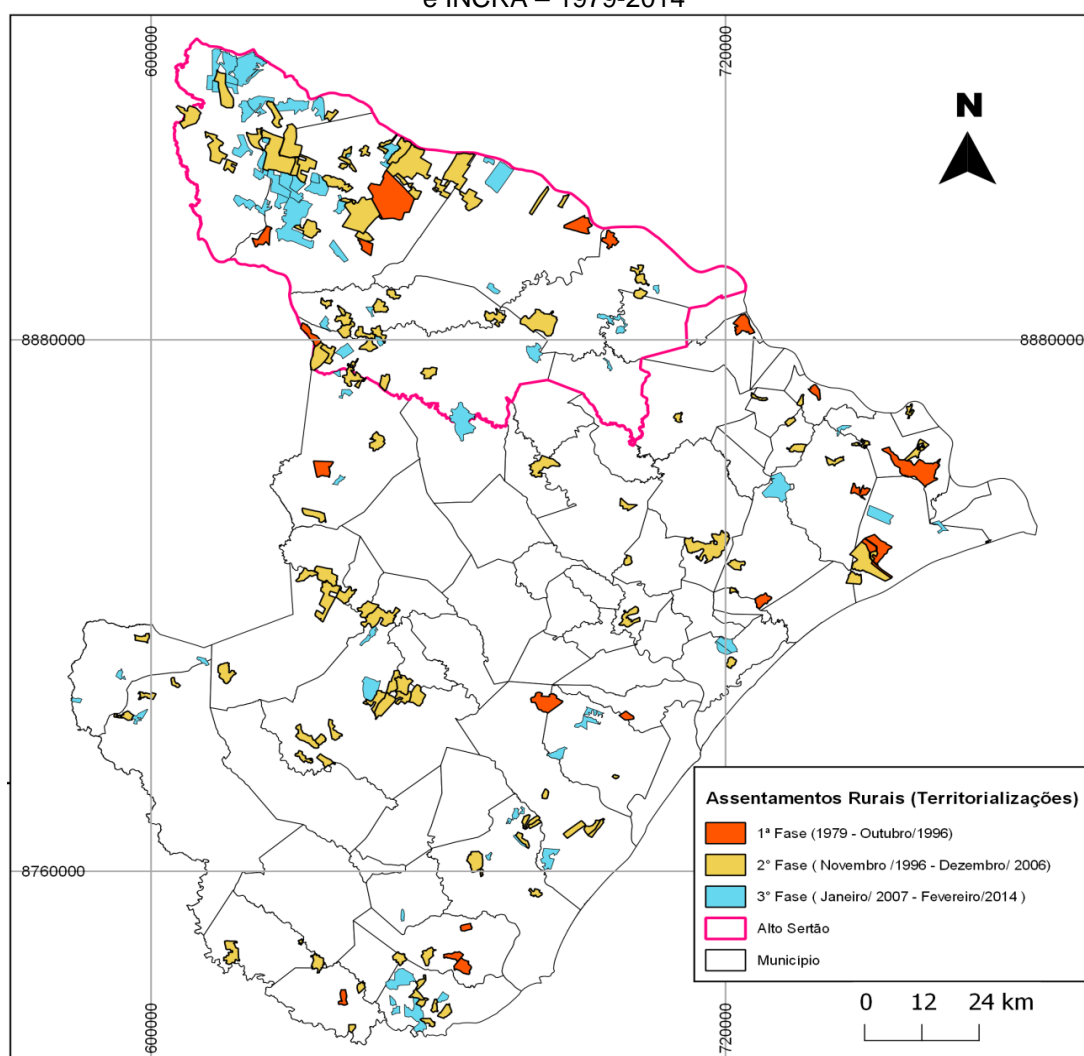
Conforme Nobre (2008, p. 129),

[...] o MST conseguiu reverter o projeto de perímetro irrigado, que era destinado aos empresários, para os trabalhadores sem-terra. A área de aproximadamente quatro mil hectares foi repartida para cerca de 800 famílias e divididas em pequenos lotes para irrigação, onde estão implementados os oito assentamentos que formam o complexo do Jacaré-Curituba. É o maior assentamento do Estado e o primeiro projeto de irrigação em processo de implantação pelo INCRA em 1998/1999.

As distintas fases do processo de luta pela terra em Sergipe estão representadas na Figura 3. Nela é possível observar que a denominada “primeira fase de luta pela terra” (TANEZINI, 2015) ocorreu de 1979 até outubro de 1996, concentrando suas ações, principalmente, no litoral norte de Sergipe e sul de Sergipe (assinalados em cor vermelha no mapa – Figura 3). Durante esse período, o MST

estava iniciando suas ações em Sergipe, e consolidando suas estratégias de luta e suas articulações com outras organizações de luta pela terra. Nessa primeira fase, o MST tinha maior influência em áreas com pouca influência dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e da Pastoral da Terra, inicialmente com forte presença no Alto Sertão Sergipano sendo marcado pela diversidade de movimentos sociais do campo e pelo apoio de outras entidades. Destacava-se nesse período o acampamento Cruiri, localizado no município de Pacatuba, como a primeira ocupação massiva do MST em Sergipe.

Figura 3 - Mapa da “área reformada” construída pelos movimentos socioterritoriais no Alto Sertão Sergipano nas três fases da luta pela terra e redistribuição fundiária pela Funai, FCP e INCRA – 1979-2014



Fonte: INCRA, 2014.
Organização e elaboração: TANEZINI, 2015.

Já a segunda fase da luta pela terra, de novembro de 1996 a dezembro de 2006, representou o período da territorialização do MST, que alcançou o desejado

caráter massivo conquistando inúmeros assentamentos (assinalados em amarelo no mapa - Figura 3). Ainda nessa fase, há o acirramento da luta pela reforma agrária e a estratégia de luta do MST passou a combinar a mobilização em marchas e atos com ocupação de latifúndios improdutivos e de órgãos públicos pelo confronto aberto e, ao mesmo tempo, a habilidade de realizar difíceis processos de negociações com autoridades e latifundiários. As ações do MST passam a estar mais coordenadas e de forma mais autônoma em relação aos demais movimentos sociais do campo, nesse sentido, há o predomínio de ocupações e acampamentos no Alto Sertão Sergipano, sendo conquistados assentados com áreas relativamente maiores do que em outras regiões do estado (TANEZINI, 2015).

A terceira fase, de 2007 a fevereiro de 2014, pode ser comprovada conforme o Gráfico 1, sendo marcada pela diversificação das estratégias de acesso à terra pelo MST, e pela crescente dificuldade de desapropriação de imóveis que descumprem a função social da propriedade privada, conquistando assentamentos e colônias agrícolas do INCRA/Governo do Estado (assinalados em azul no mapa – Figura 3). Além disso, houve o crescimento do número de assentamentos e ocupações nessa fase de forma contínua, entretanto, o tamanho médio das ocupações e dos assentamentos tem diminuído, dado que, com o contexto de menor repressão possibilitou a utilização de estratégias mais pragmáticas diminuindo o número de famílias por ocupação, evitando assim muitas famílias excedentes. Das ocupações iniciadas em 2007, somente uma possui mais de 100 famílias. Na maior parte, possuem menos de 50 famílias, demonstrando essa mudança de estratégia (TANEZINI, 2015).

De acordo com Tanezini (2015), diferentes modalidades de desapropriação por interesse social e seus específicos instrumentos legais: além da desapropriação de **imóveis improdutivos**, “**por interesse social para fins de reforma agrária**” (desapropriação – sanção), por não cumprirem a função social da propriedade da terra. Também foi verificada no Alto Sertão Sergipano a desapropriação de **imóveis produtivos**, por meio de dois mecanismos: a “**desapropriação por interesse social genérico**” em decorrência do reconhecimento dos territórios indígenas e quilombolas e a desapropriação por interesse de Estado, ou seja, a luta social foi capaz de promover em favor dos “sem-terra” a **desapropriação por “utilidade pública**” ao reverter para a reforma agrária decretos do governo estadual diretamente ligados à disputa pelo controle da água, ou seja, inicialmente pensados como investimentos

hídricos para o capital, favorecendo grandes grupos empresariais: no perímetro irrigado Jacaré-Curituba (que forma um complexo de oito assentamentos) e, posteriormente, no megaprojeto “Nova Califórnia”³ em cuja área, ao longo do canal Xingó, foram criados vários assentamentos/colônias estaduais.

Conforme listagem geral de assentamentos do INCRA-SR 23, em agosto de 2017 existiam 243 projetos assentamentos de reforma agrária, nos quais viviam 10.870 famílias, com capacidade para receber 11.880 famílias. No período entre 1979 a agosto de 2017, houve a redistribuição fundiária, que totalizou em 205.899,51 hectares (INCRA, 2017).

Observou-se no mapa (Figura 3) que a maior concentração de assentamentos está nos municípios de Canindé do São Francisco e, sobretudo, em Poço Redondo. Uma explicação para o relativo vazio de assentamentos nos municípios de Porto da Folha, Gararu, Nossa Senhora da Glória e Monte Alegre não é o fato de serem municípios que permanecem com grande concentração de terras, mas por serem municípios com **grande concentração de camponeses tradicionais (pequenos proprietários e posseiros), nessa ordem decrescente de importância.**

A estrutura fundiária territorial, conforme a Tabela 2, apresentada a seguir, tem um universo de **12.728 imóveis, que ocupam 390.716 hectares**, cuja classificação, conforme a Lei Agrária de 1993, tem como unidade mínima de análise o Módulo Fiscal – MF (70 hectares em todos os municípios). Ao se fazer o **corte analítico em 250 hectares** por aproximação (já que a pequena propriedade/posse vai até 4 MF ou 280 hectares), englobando as quatro primeiras classes de área, identificam-se 12.511 desses imóveis (98,25% do total) que ocupam 311.497 hectares (79,7% da área total)!

Nas pequenas propriedades até 100 hectares, nas quais estão as três primeiras classes de área, os camponeses somam 12.069 imóveis (94,78% dos imóveis) em 251.273 hectares (64,3% da área total). Dentre eles, a maioria absoluta dos pequenos imóveis é minifundiária, isto é, tem tamanho abaixo de 70 hectares (por aproximação da classificação legal de 1993, somando-se apenas as duas primeiras classes de área

³ Segundo o site Infonet (2004), esse projeto: “[...] está orçado em US\$ 88 milhões oriundos do BID, com 30% de contrapartida do Estado. Os investimentos consistirão na expansão das áreas irrigadas de Xingó, modernização e revitalização dos projetos de irrigação já existentes na região. [...]o empreendimento abrange 20 mil hectares na primeira etapa, embora disponha de uma área de 40 mil hectares. As áreas estão situadas nos municípios de Porto da Folha, Canindé, Monte Alegre, Poço Redondo e Glória. Ele disse que serão beneficiadas com o investimento, só com a área irrigada, 60 mil famílias. Duas mil serão de trabalhadores rurais recrutados pelos órgãos de assistência técnica”.

do INCRA): 10.990 imóveis (86,3% do total) em 176.166 hectares (45,1% da área total).

Ocorre o predomínio percentual das propriedades entre 10 e menos que 50 hectares de 52,10% em relação ao número total e referente a 39% da área total, englobando, dessa forma, todos os lotes de assentamentos de reforma agrária. Apesar de representar uma abstração estatística que esconde as desigualdades dentro dessa primeira classe de área, na qual inúmeras posses/propriedades são medidas em “tarefas” (3,2 tarefas/1 hectare), a área média dos minifúndios no território é de 5,48 hectares, estando sempre abaixo de 7 hectares em todos os municípios do Alto Sertão, sendo insuficientes para a subsistência nas atividades agrícolas e de pecuária leiteira em “áreas de sequeiro” — com exceção em Canindé do São Francisco e Poço Redondo, devido aos perímetros irrigados que possuem minifúndios situados neles.

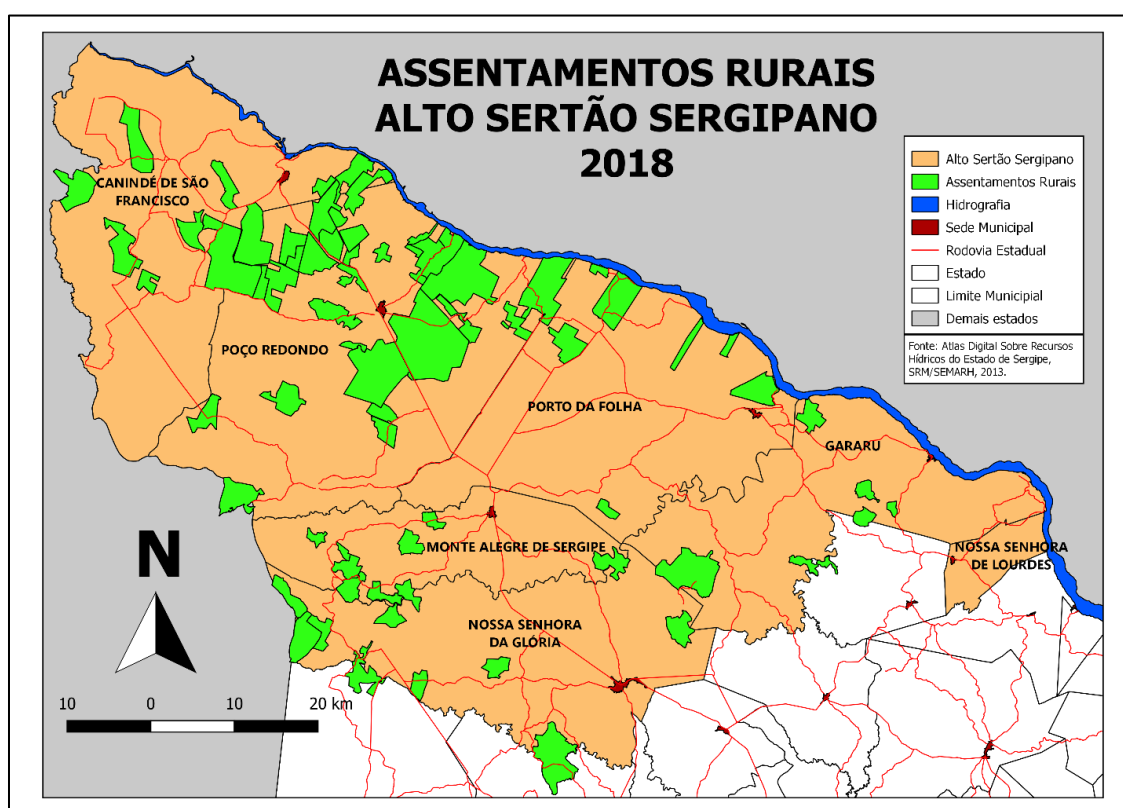
Tabela 2 - Estrutura fundiária no Alto Sertão Sergipano - INCRA – 2013

MUNICÍPIO	CANINDÉ DO SÃO FRANSCISCO		POÇO REDONDO		NOSSA SENHORA DA GLÓRIA		PORTO DA FOLHA		MONTE ALEGRE DE SERGIPE		GARARU		ALTO SERTÃO SERGIPANO		ALTO SERTÃO SERGIPANO		Caracterização de imóveis 1993 (1 MF = 70 ha)
Classe de Área (ha)	Imóveis		Imóveis		Imóveis		Imóveis		Imóveis		Imóveis		Imóveis		Imóveis		
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº %	Área %	
< 10	65	397	485	2.904	1.272	6.728	1.046	5.597	272	1.765	1.212	6.478	4.352	23.869	34,20	6,10	Minifúndio (< 1MF) <70 ha
10 a 50	327	8.652	1.431	34.414	1.418	30.973	1.452	31.943	699	16.350	1.311	29.965	6.638	152.297	52,10	39,00	
50 a 100	103	7.358	229	15.922	178	12.373	223	15.707	109	7.421	237	16.326	1.079	75.107	8,48	19,20	Pequena propr./posse (1-4 MF) 70- 280 ha
100 a 250	59	8.094	78	11.423	85	11.108	90	12.491	40	5.468	90	11.640	442	60.224	3,47	15,40	
< 250	554	24.501	2.223	64.663	2.953	61.182	2.811	65.738	1.120	31.004	2.850	64.409	12.511	311.497	98,25	79,70	Minifúndios e Pequenas prop./posses
250 a 500	40	12.896	36	11.184	31	9.252	33	9.077	14	3.566	33	8.755	187	54.730	1,46	14,00	Média Prop. (4 - 15 MF) 280 - 1050 ha
500 a 1000	13	9.279	1	934	6	4.675	1	556	2	1.387	2	1266	25	18.097	0,20	4,60	
1000 a 2000	2	2.602	1	1.152	0	0	2	2.638	0	0	0	0	5	6.392	0,03	1,60	Grande propriedade /posse (>15MF) >1050 ha
Total Imóveis	594	49.278	2.261	77.933	2.990	75.109	2.847	56.441	1.134	35.957	2.885	74.430	12.728	390.716	100	100	Total de Imóveis

Fonte: SNCR/INCRA, 2013a.

Os assentamentos de reforma agrária no Alto Sertão são apresentados, a seguir, na Figura 4, na qual os assentamentos estão destacados pela cor verde. Fica evidente nesse mapa a grande extensão total dos assentamentos no Alto Sertão, entretanto, não é possível analisar, detalhadamente, por ela, o tamanho médio dos lotes de assentamentos. Desse modo, através da Tabela 2 torna-se possível a análise mais detalhada da estrutura fundiária e do tamanho médio dos lotes.

Figura 4 - Mapa dos assentamentos de rurais – Alto Sertão Sergipano – 2018



Fonte: INCRA, 2018.

A grande quantidade de famílias assentadas demonstra o processo de reterritorialização camponesa, sendo um processo marcante na configuração territorial do Alto Sertão Sergipano; no entanto, esse processo é limitado pelas condições de reprodução social e condições edafoclimáticas desfavoráveis e pela quantidade de terras exíguas como possibilidade de autonomia na produção.

O PA Jacaré-Curituba foi resultado da luta dos movimentos sociais do campo, no Alto Sertão sergipano, que, através de inúmeras ações, desde ocupações,

marchas e fechamento de rodovias, buscaram visibilidade para a necessidade da reforma agrária.

2.4 O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO PA JACARÉ-CURITUBA

O Assentamento Jacaré-Curituba está localizado no Semiárido de Sergipe, no noroeste do estado, situado no território do Alto Sertão Sergipano, nas margens direita do Rio São Francisco, nos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo. Dista 189 km de Aracaju, 12 km de Poço Redondo e 10 km de Canindé do São Francisco, tendo como principal acesso a rodovia SE-230. Ocupando uma área de 8.261,33 hectares. Inicialmente, foi concebido como um Perímetro Irrigado voltado a empresários e à exploração hidroagrícola, com modelo semelhante ao implantado no Platô de Neópolis, tendo sido dividido em 79 lotes.

Por definição do INCRA, é denominado de Complexo Jacaré-Curituba, sendo composto por um total de dez assentamentos. Segundo dados do INCRA (2017), as datas de criação dos assentamentos ocorreram entre 1997 e 2002, ocupando a área total de 15.683 hectares, correspondente a 7,62% da área destinada a assentamentos de reforma agrária pela SR-23⁴.

A construção da UHE de Xingó tem papel muito importante na formação territorial do PA Jacaré-Curituba. Em pesquisa realizada por Luciene Santos (2004), 50,4% dos migrantes entrevistados afirmaram que a construção da UHE de Xingó interferiu na sua posição de migrar para Canindé do São Francisco.

Com o início das obras da Barragem de Xingó e da Usina Hidrelétrica de Xingó, em março de 1987, ocorreu um aumento populacional devido à oferta de empregos na economia local. Com a finalização dessas obras, em 1994, os trabalhadores ficaram desempregados. Desse contexto, a luta pela terra se intensificou e, conseqüentemente, a consolidação dos movimentos sociais em Sergipe, especialmente o MST.

Entretanto, com o corte no financiamento da construção da Hidrelétrica de Xingó e as conseqüentes demissões de grande parte dos trabalhadores ociosos que

⁴ Dados referentes a assentamentos criados entre 01/01/1960 e 02/10/2017 nos municípios de Sergipe e municípios do Estado da Bahia que fazem divisa com Sergipe como: Adustina, Itapicuru, Jeremoabo, Paripiranga e Santa Brígida.

buscavam trabalhos na agricultura, principalmente em áreas irrigadas, ao fim da obra, eles retornaram à condição de trabalhadores rurais sem terra.

O movimento da ocupação dos alojamentos da CHESF, às margens do Rio São Francisco em Canindé do São Francisco, ocorreu como ação conjunta entre os movimentos de luta pela terra, com o objetivo principal de denunciar a situação precária dos trabalhadores desempregados da construção da UHE de Xingó, como da fome, da miséria e da falta de terra para trabalhar (SANTOS, 2005).

O Movimento iniciou a ocupação, no município de Canindé do São Francisco, na madrugada de 13 de março de 1996, ocupando os alojamentos da Usina Hidrelétrica de Xingó. Neste período, o Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o seu projeto neoliberal de reformas constitucionais, procurava, através de políticas públicas e de ações de criminalização das lideranças tentava enfraquecer a militância política do Movimento. Por isso, as ações do Movimento, por todo o país, foram uma resposta estratégica contra o projeto excludente que estava sendo implantado (SANTOS, 2005, p. 136).

Essa ocupação foi de fundamental importância para a consolidação dos movimentos sociais no campo em Sergipe, sendo primordial para a luta pela terra no Alto Sertão Sergipano. Em 12 de março de 1996, 2.800 famílias ocuparam as instalações da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), no município de Canindé do São Francisco, para reivindicar a desapropriação da Fazenda Cuiabá, de aproximadamente 3.400 hectares, tendo como organização principal do MST e setores da igreja local.

Exatamente um mês após a ocupação das instalações da CHESF, no dia 12 de abril de 1996, mais de 14 mil trabalhadores rurais sem-terra marcharam cerca de 12 km e ocuparam a Fazenda Cuiabá. O proprietário, que possuía dívidas com banco, aceitou a ação e, portanto, não houve confronto. Na Figura 5 é possível observar a magnitude da ocupação, sendo considerada a maior na história do MST em Sergipe, e uma das maiores do MST no Brasil (MST, 2013).

Figura 5 - A caminhada do povo que sofre



Fonte: MST, 1996.

Depois da ocupação, iniciaram-se as negociações do MST com o INCRA, que realizou um levantamento das fazendas do sertão sergipano e constatou que existiam várias fazendas suscetíveis à desapropriação para serem destinadas à reforma agrária.

As ocupações ocorriam em um ambiente altamente repressivo, seja por parte dos latifundiários, seja por parcelas do setor judiciário e da mídia sergipana, porém os sem-terra não desistiram (NOBRE, 2008). Podemos evidenciar a conflitualidade no espaço agrário sergipano pela repercussão nacional dos conflitos de terra em Sergipe, tendo em vista que o Jornal do Brasil, de grande circulação na época, repercutiu os conflitos pela desapropriação da Fazenda Cuiabá.

Sendo assim, analisaremos a reportagem presente a seguir, na Figura 6. Na reportagem, intitulada **“Donos de fazenda em Sergipe anunciam um novo massacre”**, três proprietários de terras ameaçavam agir com violência caso o governo federal não desapropriasse as fazendas ocupadas. Na matéria foi entrevistado o líder do MST em Sergipe, João Somariva Daniel, que afirmou o seguinte:

[...] se não for resolvida a questão da desapropriação das fazendas ocupadas, eles serão obrigados a usar meios próprios, a exemplo do que ocorreu no Pará. [...] É preciso que o governo federal se conscientize de que está mexendo com vidas humanas e que paciência também tem limite. Ou o governo pára de empurrar a questão da reforma agrária com a barriga ou chacinhas como essa do Pará vão virar cena comum (OLIVEIRA, 1996, p. 6).

Figura 6 - Donos de fazenda em Sergipe anunciam um novo massacre

Donos de fazenda em Sergipe anunciam um novo massacre

■ Líder do MST adverte que demora do Incra nas desapropriações estimula violência

CÁSSIA OLIVEIRA

ARACAJU
—Os proprietários de três fazendas invadidas em Sergipe ameaçam agir com violência, caso o governo federal não tome uma providência concreta para desapropriar as terras ocupadas. Em Sergipe, segundo dados do Movimento dos Sem Terra (MST), 2.800 famílias vivem em acampamentos e o clima vem se mantendo tranquilo.

João Samariva, líder do MST em Sergipe, informou que dois fazendeiros estiveram na sede do movimento e um terceiro telefonou fazendo ameaças. “Os três pareciam ter combinado o discurso, dizendo que, se não for resolvida a questão da desapropriação das fazendas ocupadas, eles serão obrigados a usar métodos próprios, a exemplo do que ocorreu no Pará”, afirmou.

Um dos que procuraram o MST foi Cristiano Fernando Barreto, dono da Fazenda Santa Clara, onde no domingo passado um sem-terra foi morto por pistoleiros. A fazenda, no município de Capela (SE), foi invadida por 800 famílias. No extremo Oeste do estado, as 1.811 famílias que durante três semanas foram abrigadas em alojamentos das Centrais Elétricas do São Francisco (Chesf), próximo à Hidrelétrica de Xingó, deixaram os abrigos e invadiram a Fazenda Cuiabá. Seu proprietário, Antônio Duarte Dutra, também anunciou “uma tomada de atitude”.

“Daqui a pouco não vai ser possível controlar o que pode acontecer”, lamentou João Samariva. “É preciso que o governo federal se conscientize de que está mexendo com vidas humanas e que paciência também tem limite. Ou o governo pára de empurrar a questão da reforma agrária com a barriga ou chacinhas como essa do Pará vão virar cena comum.”

Fonte: OLIVEIRA, 1996.

De acordo com Nobre (2008), durante os primeiros anos de mandato do governador Albano do Prado Pimental Franco⁵, ocorreram por volta de 30 conflitos por terra, inclusive em fazendas, posteriormente ocupadas pelo MST no Alto Sertão Sergipano, tais como: Alto Bonito e Gualter (em 1996) e Lagoa das Areias (em 1997). Além das ocupações de terras improdutivas, o MST teve importantes estratégias de luta:

[...] durante todo o período recente pelos trabalhadores rurais e entidades de apoio, aliados e mediadores, as que têm se mantido com regularidade são as ocupações de latifúndios e de prédios públicos, notadamente do INCRA. Inúmeras são as vezes em que assentados e acampados mobilizados pelo MST têm vindo a Aracaju e permanecido no INCRA por vários dias, reivindicando principalmente agilidade na execução da reforma agrária e liberação de créditos para a produção. Para ilustrar esse fato, apenas entre

⁵ Albano Franco é industrial e membro de tradicional família latifundiária, principalmente na lavoura canavieira de Sergipe, sendo também proprietária de indústrias têxteis, empresas agropecuárias e uma fábrica de refrigerantes. Foi deputado estadual em Sergipe entre 1967 e 1971, senador entre 1983 e 1994 e governador de Sergipe (1995-2003).

maio de 1986 e novembro de 1995 a sede do INCRA em Aracaju foi ocupada mais de 20 vezes por trabalhadores rurais sem-terra (LOPES, 2014).

Durante os cinco meses de resistência das famílias que ocuparam o Alto Bonito e a área destinada para o Projeto Jacaré-Curituba, segundo entrevista concedida por J. G. A., coordenador do Jacaré-Curituba (2015), houve grande repressão por parte das forças policiais a serviço do Governo Estadual, durante o mandato de Albano Franco (1995-1998), com o incêndio de vários acampamentos no Alto Sertão, sendo disparados tiros contra barracos de ocupações, assim como foram derrubados barracos com a utilização de retroescavadeiras.

Após mais de cinco meses de luta pela reforma agrária e de inércia do Estado em viabilizar o rápido andamento da criação do Assentamento Cuiabá, os assentados, que, passaram por fome e problemas de saúde, além de conflito com a comunidade local, finalmente conseguiram, no dia 6 de maio de 1996, a aprovação do decreto de desapropriação da área ocupada.

Na Figura 7, fotografia de Salgado (1997), é registrado o momento de vitória na luta pela reforma agrária em Sergipe, com a conquista da Fazenda Cuiabá. O fotógrafo Sebastião Salgado, em seu livro *Terra* (1997), detalha mais informações sobre a experiência de registrar essa conquista do movimento, apontando que

[...] um grande acampamento com 2.800 famílias foi formado na entrada da Fazenda Cuiabá no Sertão do Xingó, às margens do Rio São Francisco. Durante vários meses esta gente viveu penosamente na esperança do decreto de desapropriação, que foi, afinal, adotado no dia 6 de maio de 1996. Manifestação dos camponeses em comemoração ao que consideraram uma vitória, mas que, na realidade, foi só um ato de justiça (SALGADO, 1997, p. 132-133).

Após o decreto de desapropriação da Fazenda Cuiabá, posteriormente, após cinco meses de ocupação, as famílias foram ocupar outras áreas, tais como: Gualter, Pinhão e Lagoa das Areias. Apesar da ocupação dessas outras fazendas, a concentração ocorreu em Alto Bonito, e 2.012 famílias partiram para realizar a ocupação numa área composta por cinco propriedades, nas quais o Governo Estadual pretendia implementar o Projeto Jacaré-Curituba. As fazendas ocupadas correspondem à área dos atuais assentamentos: Currallinho, Queimadas Grandes, São José de Nazaré, Modelo, Flor da Serra, Pinhão, Gualter, Lagoa das Areias, Canadá, Cajueiro, Maria Feitosa, dentre outros (NOBRE, 2008; SANTOS, 2005).

Figura 7 - A luta pela terra: os ícones da vitória



Fonte: SALGADO, 1997.

Inicialmente concebido como uma expansão do Projeto Califórnia, projeto de um Perímetro Irrigado, voltado a empresários de exploração hidroagrícola, visando à produção de frutas para exportação e beneficiamento por agroindústrias, semelhante ao implantado no Platô de Neópolis, sendo dividido em 79 lotes empresariais (INCRA, 2010).

No Alto Sertão Sergipano, esses perímetros irrigados inicialmente estavam voltados à fruticultura de exportação e beneficiamento, como destaca o Plano de Consolidação do Assentamento (PCA) do Jacaré-Curituba (INCRA, 2010, p. 10) e possuía como objetivo: “[...] a fruticultura irrigada para o abastecimento interno e exportação de frutas in natura e/ou processadas, orientado, portanto, a produtores rurais tecnificados e a uma agroindústria local com produtos de qualidade”.

Uma vez que as obras estão paralisadas desde 1999, houve a necessidade da elaboração de um “Plano de Sustentabilidade Mínima do Assentamento Jacaré-Curituba de 1999 a 2002”, coordenado por Horácio Martins de Carvalho (1999), apontando saídas para minimizar os conflitos. Para Tanezini (2015, p. 472), “A saída provisória encontrada pelo MST foi a exploração da área através de atividades coletivas de grupos em média de 20 famílias e/ou individual sem delimitação dos lotes”.

Atualmente, o PA Jacaré-Curituba tem muitas diferenças quanto à sua concepção original de perímetro irrigado para empresários. Esse modelo de desenvolvimento rural do projeto de irrigação do Jacaré-Curituba tem como efetivação a aquisição de empréstimos internacionais, principalmente do Banco Mundial, e se dá, segundo Raimunda Áurea Sousa (2013), pela Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), que teve importante papel na implantação dos perímetros irrigados em todo o Vale do São Francisco.

A criação dos Perímetros Irrigados, a partir dos anos de 1960, abriu e continua a abrir para o Estado capitalista que neles empregou e emprega o seu dinheiro, possibilidades diferentes de enriquecimento em relação às possibilidades que são abertas pelo capital. No momento que este entrega a terra, por meio da venda, aos empresários e pequenos produtores, está entrando em processo de metamorfose da renda capitalizada empregada em capital (SOUSA, 2013, p. 47).

São 686 famílias de agricultores com lotes irrigados que produzem alimentos numa área de 3.600 hectares. Os principais produtos cultivados são: quiabo, mandioca, milho verde, feijão, banana, acerola, goiaba e coco.

O capital desenvolve várias estratégias para extrair riqueza do campesinato; dentre elas, nota-se o discurso do empreendedorismo rural, que tenta aproximar o camponês da lógica da racionalização e controle dos custos para serem administrados por “empresas rurais”.

3. A POLÍTICA DO EMPREENDEDORISMO RURAL, A MEDIAÇÃO DO ESTADO E SUA FUNCIONALIDADE AO CAPITAL

Mészáros (2011) considera que existe uma relação tridialética composta por três dimensões do sistema do capital: Estado, capital e trabalho. Essas dimensões são inseparáveis entre si e possibilitam compreender as contradições inerentes ao sistema do capital. Nesse sentido, o presente capítulo busca analisar como o empreendedorismo rural é veiculado como única alternativa de inserção dos camponeses na lógica do mercado, tendo em consideração as três dimensões do sistema do capital: Estado, capital e trabalho.

3.1 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDEDORISMO NO PA JACARÉ-CURITUBA

O Estado tem se caracterizado como indutor de desenvolvimento, por meio de políticas públicas, com o objetivo de dinamizar e potencializar as áreas de “pobreza rural” via competitividade, empoderamento e empreendedorismo. Assim, o Estado, subalterno às demandas do sistema do capital pelo lucro, busca imputar um modelo de desenvolvimento no campo baseado no empreendedorismo rural.

Em linhas gerais, os teóricos do empreendedorismo se dividem em duas principais vertentes: os economistas de cunho liberal, que associam o empreendedorismo à inovação e ao desenvolvimento econômico, tendo como principal expoente Joseph Alois Schumpeter (1928, 1988); e a vertente comportamentalista, formada principalmente por psicólogos, que associam o empreendedorismo a atitudes de intuição, criatividade e inventividade, tendo como principal expoente McClelland (1972).

A concepção de empreendedorismo, oriunda da teoria schumpeteriana, foi analisada ao longo do século XX. O conceito de empreendedorismo é uma derivação da análise de Schumpeter (1988), economista liberal austríaco considerado como um dos economistas mais importantes da primeira metade do século XX. Schumpeter aponta como um dos elementos centrais da sua análise:

o problema de destacar meios produtivos (já empregados em algum lugar) do fluxo circular e aloca-los nas novas combinações. Isso é feito pelo crédito por meio do qual quem quer realizar novas combinações sobrepuja os produtores do fluxo circular no mercado dos meios de produção requeridos. (SCHUMPETER, 1988, p. 80).

Schumpeter foi o primeiro economista a vincular o empreendedorismo — capacidade de gerar novas combinações de mercadorias para dinamizar o mercado, o que acarretaria uma “onda” de inovações entre os demais capitalistas — ao crescimento econômico. Quando a economia se encontrava em equilíbrio, sendo denominada como *fluxo circular*, as taxas de crescimento estariam em crescimento equilibrado e, sendo assim, Schumpeter (1988) considerava que o crescimento econômico estaria vinculado a três elementos fundamentais: as inovações tecnológicas, o crédito bancário e o empresário inovador.

De acordo com o referente autor, as inovações tecnológicas são inerentes ao crescimento econômico capitalista. Elas decorreriam da concorrência e da capacidade de inovação de empresários com um conjunto de atitudes “inovadoras”, e com acesso fácil ao crédito bancário. Desse modo, o empresário inovador empreenderia através de inovações tecnológicas financiadas pelo capital financeiro.

Segundo Schumpeter (1988), o empreendedor, para fazer parte do desenvolvimento econômico, precisa realizar inovações, alterando antigos hábitos e produtos por outros novos. Na atualidade, vem ocorrendo a reutilização e reinterpretação do conceito clássico do empreendedorismo, conservando-se somente os elementos mais funcionais à lógica atual do capital (VALENTIM; PERUZZO, 2017). A vinculação do crescimento econômico ao empreendedorismo, no contexto da crise estrutural do capital, é sintomática das contradições inerentes à acumulação capitalista do sistema do capital. Assim, tendo em vista o desemprego estrutural e a flexibilização do trabalho, o sistema do capital busca modificar as relações de trabalho para garantir a sua reprodução.

O empreendedorismo rural, nesse contexto, funciona com o objetivo de expandir as relações capitalistas no campo. Arnold (2011, p. 17) aproxima-se de uma definição do empreendedorismo rural como:

[...] uma das alternativas para a agropecuária. A situação que se busca é contar com empresas ‘comerciais’ no campo, ou seja, aquela que pratica a compra e venda de produtos e serviços através do ato de comércio e tendo por objetivo o lucro. Para tanto, o produtor rural precisa desenvolver as

necessárias competências empresariais e desenvolver características empreendedoras.

No conceito de empreendedorismo rural, o camponês passa a ser visto como ultrapassado, sendo substituído pelo conceito de *produtor rural* e, posteriormente, por *empreendedor rural*. A força ideológica da substituição do termo *camponês* por esses termos oculta o debate da luta pela reforma agrária como condição de garantia da terra e da condição de vida, sendo construído um arcabouço teórico que indica o fim do campesinato e a necessária metamorfose de camponês em agricultor familiar. Segundo Abramovay (1998, p. 117), “as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis”. Abramovay (1998, p. 52) aponta que

Sua definição é necessariamente negativa: ele é alguém que *não* vende força de trabalho, mas que *não* vive basicamente da exploração do trabalho alheio. Neste plano, então, no mundo capitalista, o camponês pode ser no máximo um resquício, cuja integração à economia de mercado significará fatalmente sua extinção (ABRAMOVAY, 1998, p. 52, grifo do autor).

O autor apresenta uma definição “negativa” de camponês, naturalizando, dessa maneira, a defesa da propriedade privada da terra e da necessária exploração do trabalho alheio pelo camponês. Sendo assim, o camponês que não siga os desígnios do mercado estará fadado à extinção. A autonomia camponesa não se dá conforme a sua integração com o mercado e a mudança da sua organização produtiva de maneira a potencializar o lucro, mas sim enquanto sujeitos históricos, a partir do trabalho, estabelecendo uma relação dialética com a natureza, organizando o trabalho de base familiar para a reprodução da vida e comercialização do excedente.

Essas duas lógicas distintas de agricultura convergem em benefício da classe dominante. Para Fabrini e Roos (2014, p. 40-41),

A produção camponesa, embora incorporada à dinâmica capitalista de uma forma desigual e contraditória, não está pautada no lucro médio como os empresários da indústria, por exemplo. Uma parte da produção camponesa é elaborada e destinada ao consumo direto da família, autoconsumo, e a outra parte é transformada em mercadoria no comércio dessa produção indicando uma diferença entre a agricultura camponesa e a agricultura capitalista.

Nesse sentido, é importante analisar o discurso do empreendedorismo rural, como este é produzido, visto que é apresentado como único modelo de desenvolvimento no campo.

Autores como Abramovay (1992, 2003), Schneider (1998, 2014), Tomei e Lima (2012) e Veiga (s.d., 2005) compreendem que a produção camponesa é incompatível com as relações mercantis capitalistas e que, para poderem subsistir, os camponeses necessitam subordinar-se à lógica do mercado. Como podemos observar, o empreendedorismo rural se fundamenta na compreensão do camponês enquanto sujeito totalmente integrado ao mercado, imputando, contraditoriamente, a lógica da produção capitalista no campo ao camponês.

Segundo Abramovay (2003, p. 6), o empreendedorismo de pequeno porte “[...] afirma a importância de políticas voltadas explicitamente a aumentar as capacidades produtivas e de melhor inserção nos mercados de milhões de empreendimentos que hoje mal conseguem reproduzir-se”. Dessa forma, o camponês, segundo essa concepção, necessita integrar-se ao mercado, adquirindo inúmeros insumos, contraindo empréstimos para “aumentar seu potencial” enquanto “empreendedor”.

Todavia, tendo como base o crédito e a constante inovação, “o empreendedor, em princípio e como regra, necessita de crédito — entendido como uma transferência temporária de poder de compra —, a fim de produzir e se tornar capaz de executar novas combinações de fatores para tornar-se empreendedor” (SCHUMPETER, 1988, p. 10). Ora, se o camponês precisa tomar empréstimos para se metamorfosear em empreendedor rural, como ele poderia “inovar”, tendo que seguir subordinado ao contrato com o banco?

Sua lógica, mesmo que inserida na dinâmica do capitalismo, tem relações contraditórias com a agricultura capitalista, não estando pautada no lucro médio e na exploração do trabalho.

A luta camponesa é a luta contra o capital, tendo em vista que, ao subordinar-se à lógica capitalista o camponês perde a sua autonomia. A expansão do capital se faz de forma desigual e contraditória. Se os camponeses são expulsos da terra por causa desta expansão, estabelecendo relações de trabalho assalariado, a sua permanência na terra é necessária também a esta expansão, engendrando relações de trabalho não capitalistas. Ao se utilizar da mão-de-obra não remunerada (parceiro camponês), o capitalista recebe parte do fruto do trabalho destes. Converte-o em mercadorias e o transforma em capital. Desta forma ao criar e recriar o trabalho camponês (forma não-capitalista de produção) ele expande o seu capital. (CONCEIÇÃO, 1991, p. 94).

Entendido no contexto da acumulação capitalista o campesinato é (re)criado, porém, mesmo o camponês sendo expropriado, com frequência retorna a terra, mesmo que para isso ocorra a (e)migração (OLIVEIRA, 2007).

Contraditoriamente, com a mundialização do capital e a financeirização da economia ocorre também o avanço das relações não capitalistas no campo, sendo desenvolvidas diferentes estratégias de acumulação capitalista correlacionando relações capitalistas e não capitalistas⁶.

Dialogando com Conceição (1991), Oliveira Jr. (2012, p. 33) aponta que o camponês, para sua sobrevivência, precisa manter relação com o modo de produção dominante, assim:

Ocorre que a maior parte da produção em sua terra tem de ser convertida em dinheiro, especialmente daqueles produtores que se integram à indústria. É esta integração pela monopolização do território que vulnerabiliza a unidade de produção aos interesses do capital e na qual transfere a cota-parte cada vez maior do produto para satisfazer as necessidades da família.

No tocante à subordinação do trabalho e da terra ao capital, José Vicente Santos (1981, p. 110) destaca que:

O trabalho camponês está subordinado, formalmente, ao capital, à medida que este estabelece um conjunto de determinações sobre seu processo de trabalho, sem, contudo chegar a explorá-lo completamente. Por uma parte, o capital subordina o processo de trabalho do camponês tal como ele existe, reproduzindo sua singularidade: o camponês permanece proprietário da terra e dos outros meios de produção; continua a utilização da força de trabalho familiar e o baixo nível de mecanização das atividades agrícolas; mantêm-se ainda, a produção direta de meios de vida e a produção simples de mercadorias.

O capital, ao subordinar o trabalho, apropria-se da renda da terra, sem expropriar o camponês. Assim, o capital controla a produção camponesa, mantendo parte de suas características, utilizando-se dela para sua reprodução ampliada.

Analisando essas diferentes conceituações criadas na tentativa de “decretar” o fim do campesinato, segundo Nobre (2008), há no espaço agrário uma ofensiva ideológica neoliberal visando à descaracterização da agricultura camponesa, a partir

⁶ “Na contradição capitalismo versus campesinato a dinâmica da reprodução do capitalismo no campo se torna incompatível e inconciliável com a economia camponesa porque as racionalidades que os movem são intimamente antagônicas” (CARVALHO, 2004, p. 19).

do momento de criação do conceito de agricultura familiar, velando as diferenças consideráveis entre produtores, assemelhando os pequenos camponeses e os médios proprietários, considerando-os como **empreendedores rurais**; o Estado, dessa forma, tenta reduzir o potencial de mobilização dos movimentos sociais, através da inserção em programas de financiamento.

Paulino (2006, p. 284) reforça o caráter ideológico do empreendedorismo rural ao afirmar que o “esforço de um segmento em implantar na unidade camponesa a racionalidade da empresa capitalista pode ser apreendida na insistência da contabilidade rigorosa, para a qual a empresa inclusive disponibiliza planilhas e toda a orientação”.

Parte dos estudiosos da questão agrária tenta transpor a racionalidade tipicamente capitalista para a unidade de produção camponesa. Entretanto, isso evidencia a construção social do discurso da falsa dualidade entre a “ineficiência camponesa x a produtividade dos empresários rurais”.

O camponês necessita, segundo o discurso do empreendedorismo rural, obter lucro, desenvolvendo para isso as habilidades empresariais e a capacidade de empreender, superando as vicissitudes do mercado. Entretanto, para ser inserido no empreendedorismo rural, é necessário ter acesso ao crédito fundiário, para serem realizados investimentos que aumentam a produtividade, subordinando a renda da terra camponesa ao capital financeiro. Nesse viés, o discurso do empreendedorismo rural no Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba aparentemente cria oportunidades aos “empreendedores rurais”; porém, isto contradiz a lógica da pequena produção camponesa, de base familiar, e da terra como condição de vida, que passa a ser considerada como mercadoria.

3.2 A MEDIAÇÃO DO ESTADO NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

As três dimensões do sistema do capital — Estado, capital e trabalho — fazem parte de uma mesma totalidade. Essas dimensões possuem uma relação tridialética que é basilar para compreendermos as relações sociais de produção, principalmente no contexto contemporâneo:

Devido à inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital plenamente articulado — capital, trabalho e Estado —, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e o Estado.

Pois, paradoxalmente, o pilar material fundamental de suporte do capital não é o Estado, mas o trabalho em sua contínua dependência estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 600).

Mészáros (2011) afirma que o Estado é o complemento perfeito das exigências internas do sistema de controle sociometabólico antagonicamente estruturado na exploração do trabalho. Do mesmo modo, Paniago (2012, p. 81), assim como Mészáros, considera que “[...] não se pode pensar num Estado desembaraçado de seu papel vital, qual seja, o de assegurar as condições globais da extração do sobre trabalho. O Estado e o Capital são totalmente inconcebíveis em separado”. Portanto, fica evidente que o Estado beneficia o sistema do capital, na medida em que possibilita assegurar as condições de extração do mais valor, a partir da criação do arcabouço jurídico que legitima a propriedade privada dos meios de produção, assim como a legislação trabalhista.

Engels (2012), no livro **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**, analisa que a formação do Estado ocorre pela necessidade de amenizar os antagonismos entre classes, e contraditoriamente, por ter surgido desse conflito, é um Estado da classe economicamente dominante. O autor auxilia a desmistificar a concepção ideologizante de Estado enquanto instituição neutra e supostamente à parte das contradições do sistema do capital. Observa-se, então, que a aparente neutralidade da estrutura estatal assegura a extração do sobretrabalho pela criação e pelas modificações da legislação trabalhista, naturalizando e intensificando o processo de acumulação do capital. Dessa forma, o Estado tem papel fundamental na consolidação e manutenção das estruturas reprodutivas da sociedade.

Compreender a mediação do Estado no processo de exploração do trabalho é fundamental no entendimento do Estado moderno. O Estado, na teoria neoliberal, evidencia, de maneira mais acentuada, as contradições do sistema do capital. Com a tendência descrente da taxa de lucro, é necessário, para manter as taxas de extração do mais valor, que o capital financeiro determine a execução de um conjunto de políticas econômicas de liberalização do mercado, com a finalidade de reduzir ao máximo as barreiras de acumulação do capital. Dessa forma, serviços públicos como saúde, educação, segurança pública, previdência social etc. tornaram-se mercadorias, e há a abertura dos mercados de propriedade da terra, facilitando ainda mais a circulação do capital entre os setores da economia. Dessa maneira, as principais instituições multinacionais de crédito, dentre elas o Banco Mundial e o

Fundo Monetário Internacional, representavam os interesses do capital financeiro, impondo essas transformações na mediação do Estado, bem como uma agenda de medidas de austeridade e fragilização do papel do Estado como regulador do mercado com os países que contraíam empréstimos com essas instituições.

O Grupo Banco Mundial⁷ foi criado em 1944, na Conferência de Bretton Woods, inicialmente com o objetivo de facilitar a reconstrução econômica e o desenvolvimento no período pós-Segunda Guerra Mundial. De acordo com Pereira (2010b), pode-se dizer que a prioridade das linhas de crédito, da criação até a década de 1970, eram grandes obras de infraestrutura, com a maior parte dos empréstimos destinada aos países centrais. Fica claro que a agricultura não fazia parte da agenda principal do BM, sendo considerada pouco rentável e pouco produtiva. Complementarmente, Sousa (2013), ao analisar Pereira (2010b), afirma que o enfoque durante esse período era destinar os empréstimos referentes à agricultura para projetos de irrigação, drenagem e administração da água, sendo esses os principais subsetores financiados nos países da América Latina, Oriente Médio e Ásia.

Segundo Pereira (2010b), o Banco Mundial dá maior ênfase no setor rural como estratégia de diversificar a sua carteira de empréstimos, consolidando, dessa forma, a expansão do capital no espaço agrário por meio do crescimento de ramos industriais ligados à Revolução Verde, dentre eles: fertilizantes, energia, pesticidas, maquinário agrícola e sementes sintéticas, que aumentariam o interesse do mercado de capitais na produção agropecuária, retroalimentando, dessa forma, a capacidade do Banco de atrair novos investimentos.

É nesse contexto, baseado no modelo de desenvolvimento até então vigente, fundamentado nos estudos cepalinos⁸ e financiados pelo BM, que foram construídas grandes obras de infraestrutura para auxiliar a industrialização brasileira, seja com a construção de usinas hidrelétricas (Itaipu, Paulo Afonso), seja com grandes rodovias para acelerar o ciclo de rotação do capital. Dessa maneira, a região Nordeste passou

⁷ “O grupo Banco Mundial (GBM) é composto por 5 instituições distintas, fortemente interligadas por uma vocação institucional comum e orientada para os problemas de desenvolvimento dos países mais pobres. As instituições são o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD), a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), a Sociedade Financeira Internacional (IFC), a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID). Estas 5 instituições, embora especializadas nos diversos aspectos do processo de desenvolvimento, atuam em colaboração e têm como objetivo comum a redução da pobreza. O termo Banco Mundial (BM) refere-se somente ao IBRD e à IDA, enquanto o termo Grupo Banco Mundial (GBM) refere-se às cinco instituições.” (BANCO MUNDIAL, s.d., p. 2).

⁸ Para análise mais detalhada sobre o tema, consultar: ARAÚJO, 2015; LISBOA, 2007.

a receber vários investimentos, pois era considerada uma região problemática socialmente, devido à suposta questão hídrica, o que justificou a criação de órgãos e comissões com

o objetivo de promover o desenvolvimento do Nordeste, particularmente do Vale do São Francisco. Criam-se a CVSF – Comissão do Vale do São Francisco em 1948, substituída pela SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco em 1967 e depois a CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Fundos nacionais e/ou internacionais como o FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste e o FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (agência das Nações Unidas) e o Banco Mundial, passam a constituir a retaguarda financeira para implementar o objetivo de promover o desenvolvimento daquela área. (SERGIO, 2008, p. 131).

A autora destaca ainda que o Banco Mundial, ainda hoje, é o principal organismo internacional na elaboração de projetos para o espaço agrário, pois, segundo a avaliação do BM, a conflitualidade no campo tem um potencial disruptivo muito grande, que pode influenciar toda a sociedade.

Segundo informa a CODEVASF (2019) em seu próprio site:

A CODEVASF é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, que promove o desenvolvimento e a revitalização das bacias dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim, com a utilização sustentável dos recursos naturais e estruturação de atividades produtivas para a inclusão econômica e social. (CODEVASF, 2019)

Nesse sentido, essa empresa promove políticas de incentivo à agricultura irrigada, implementando projetos públicos de irrigação, bem como o assim chamado “aproveitamento racional dos recursos hídricos”. Entretanto, esse modelo de desenvolvimento implementado, principalmente no Vale do São Francisco e do Parnaíba, é altamente excludente e tem como principal objetivo a produção de fruticultura irrigada para exportação.

A Codevasf, desde a década de 1970, vem trabalhando no sentido de captar recursos externos complementares aos do Tesouro Nacional para implementar suas diversas ações no vale. Tais esforços desenvolvem-se mediante acordos de empréstimos com organismos internacionais, notadamente com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID,

o Japan Bank International Cooperation - JBIC (antigo Fundo Ultramarino de Cooperação Econômica - OECF) do governo japonês, a AGROBER e a AGROINVEST, empresas estatais da Hungria. (CODEVASF, 2010).

O Estado, a partir da CODEVASF, cria perímetros irrigados expropriando para isso pequenos agricultores e concentrando ainda mais a estrutura agrária, tendo em vista que, na maioria dos seus perímetros irrigados, os lotes destinam-se a grandes empresas. Esse modelo de desenvolvimento rural, assim como em todos os projetos da CODEVASF, vem sendo efetivado no Projeto de Irrigação do Jacaré-Curituba, tendo como forma de efetivação a aquisição de empréstimos internacionais, principalmente do Banco Mundial. À vista disso, Silveira (2006, p. 39) apresenta uma análise que coaduna com esse modelo de desenvolvimento rural:

Os projetos de irrigação têm desempenhado papel fundamental na alavancagem do desenvolvimento e na melhoria do padrão de vida da população. Como fatores positivos desse processo podem ser citados os seguintes: (i) aumento da renda dos produtores; (ii) redução do fluxo migratório campo-cidade; (iii) expansão das oportunidades de emprego em áreas urbanas; (iv) aumento da produtividade agrícola; (v) geração de excedentes de produção; e (vi) integração da produção aos mercados.

Apesar de o autor elencar pontos positivos desse modelo de desenvolvimento rural, precisamos descortinar as contradições inerentes ao desenvolvimento desigual do capital (SMITH, 1988), cujo sistema, ao gerar riqueza, necessita explorar a força de trabalho camponesa, subordinando-a indiretamente ou através do assalariamento. Ainda nesse sentido, Sousa (2013) aponta que esse tipo de agricultura possui como objetivo o incremento da produtividade assim como da produção no campo, aumentando, desse modo, a circulação no mercado, não podendo aliviar ou combater a pobreza, pois, não completaria o objetivo das Instituições Financeiras cuja função basilar é manter a acumulação ampliada do capital. Sendo assim, o aumento da pobreza é inevitável, pois sem ele, não é possível auferir lucro.

A política de combate à pobreza do Banco Mundial, denominada de “desenvolvimento rural”, tem permitido a “inclusão” dos pequenos produtores dos Perímetros ao mercado pela produção de cultivos, por este determinado em detrimento da produção de subsistência familiar: feijão, milho, macaxeira etc. Todavia, ao mesmo tempo em que irrigação torna os pequenos produtores especializados, possibilita, também, mergulhar nas incertezas e no mistério do mercado, expressões de uma vontade, que não é sua. (SOUSA, 2013, p. 43).

Na análise marxista, a relação sociedade/natureza é mediada pelo trabalho, e é a partir dessa base material da produção para a satisfação de necessidades humanas que o espaço é produzido. Assim, Marx apresenta que “do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução” (MARX, 2014, p. 780). O espaço é determinado pela totalidade das relações de produção e, sendo assim, não é um espetáculo, no qual a sociedade assiste a encenação sem participar, considerada apenas como observadores passivos aos fatos históricos. Assim, como sujeitos históricos, a sociedade produz e reproduz espaço. É no ato de produção da vida que “o espaço surge como produto saído da história da humanidade, reproduzindo-se ao longo do tempo histórico, e, em cada momento da história [...]” (CARLOS, 2011, p.40-41).

O espaço geralmente é considerado como um receptáculo, uma planície isotrópica na qual o desenrolar das ações humanas ocorre, sendo considerado basicamente como a base material de todas essas relações. Todavia, segundo Lefebvre (1976, p. 34). O espaço “estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção”. De maneira semelhante, Smith (1988, p. 132) afirma: “Por suas ações, a sociedade não aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz; nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos ‘no’ espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo e trabalhando”. O espaço, portanto, está em constante (re)produção, pois ele passa a ser, não somente reflexo das relações sociais nele estabelecidas, como também, condição de reprodução dessas relações.

O espaço define-se no movimento, entre condição, meio e produto social, durante o processo de formação das sociedades. Assim, o espaço geográfico é condição de reprodução social e espacial, como produto e meio de (re)produção social (LEFEBVRE, 2006; CARLOS, 2011).

Tendo em vista que a produção do espaço é estreitamente relacionada com a (re)produção material das relações de produção, o Estado passa atuar de maneira a planejar os usos do espaço. O Estado, dessa forma, encontra-se numa contradição entre os interesses do capital e os interesses da sociedade. Sendo assim, “ele quem oferece a garantia fundamental de que a recalcitrância e a rebelião potenciais não escapem ao controle. Enquanto esta garantia for eficaz [...], o Estado moderno e a ordem reprodutiva sociometabólica do capital são mutuamente correspondentes” (MÉSZÁROS, 2011, p. 126-127).

A subordinação do trabalho ao capital é mediada pelo Estado, que com o monopólio dos meios de violência busca preservar, com grandes custos sociais, a liberdade do mercado e do capital, em detrimento do ataque aos direitos trabalhistas. Com o predomínio do neoliberalismo como forma de mediação do Estado, Harvey (2011) aponta que o neoliberalismo é uma teoria de práticas político-econômicas que preconiza que o bem-estar humano será melhor promovido ao liberarem-se as liberdades e habilidades empreendedoras individuais, tendo como base uma estrutura institucional lastreada em rígidos direitos à propriedade privada, ao livre mercado e ao livre comércio.

Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um 'bom clima de negócios', para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles do câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e lucrativas. (HARVEY, 2008, p. 160).

Com a acentuação das contradições do capital, ocorre, em 1971, a quebra do Acordo de Bretton Woods, desvinculando dessa forma o dólar do lastro em quantia de ouro, passando assim a ter o câmbio flutuante, potencializando ainda mais seu caráter especulativo na economia mundial. Assim, a crise estrutural do capital ganha contornos mais evidentes. Como visto anteriormente, o tripé Estado/Capital/Trabalho é contraditório, mas indissociável, e dessa maneira, com a crise estrutural do capital, há também uma crise no papel do Estado moderno, visto que esse passaria ainda mais a sua intervenção na economia, bem como nos serviços essenciais (saúde, educação, previdência social etc.).

Dessa forma, o Estado e, em especial, os países periféricos deveriam seguir um conjunto de medidas propostas pelo FMI e pelo Banco Mundial, impondo várias condicionalidades que estavam atreladas aos empréstimos já realizados.

Após a moratória mexicana em 1982, as fontes de financiamento externo privado praticamente se fecharam aos países endividados, o que os tornou extremamente dependentes do Banco Mundial e do FMI, não tanto pelo volume dos recursos financiados, mas pelo fato de o aval político dessas instituições ter se convertido em pré-condição para a negociação com os investidores privados. Para obter tal aval, os países endividados tinham de cumprir um conjunto de condicionalidades estabelecidas. Naquele contexto, o Banco Mundial acabou por assumir o papel de gerenciador da crise [...] A motivação central dos programas de ajuste estrutural era assegurar o pagamento do serviço da dívida externa e promover a transformação das

economias nacionais em direção ao padrão liberal que, então, ganhava força no cenário internacional [...] (PEREIRA, 2004, p. 13).

O documento contendo o resumo das medidas ficou conhecido como o Consenso de Washington e teve seus principais pontos analisados por Williamson (1992), destacando-se os seguintes pontos: liberalização comercial; abertura ao capital estrangeiro (em especial pelo Investimento Estrangeiro Direto, com caráter nitidamente especulativo); privatizações de empresas estatais; desregulamentação da economia e ampliação/formalização dos direitos de propriedade. Destarte, essas medidas visavam reduzir todas as barreiras à lógica da autoexpansão do capital, aumentando a mobilidade do capital sem estar vinculado necessariamente a investimentos no setor produtivo.

Os programas de ajustamento estrutural apresentavam elementos do Consenso de Washington, que tinham suas condicionalidades estabelecidas pelo FMI e Banco Mundial. Sendo assim, ambos os programas incentivavam a estagnação dos investimentos públicos e dos gastos sociais, servindo, dessa forma, para assegurar o pagamento das dívidas (PEREIRA, 2010b).

O Consenso de Washington tinha como objetivo abrir os mercados internos dos países periféricos aos produtos estrangeiros, por meio da desregulamentação da economia, dentre eles o Brasil, para a exportação de capital dos países centrais. Dessa maneira:

Instituições financeiras como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BRID, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - FMI, surgiram no processo de expansão do capitalismo e da necessidade de instituições que pudessem atuar de forma supranacional, com base a desenvolver modelos e ajustes que facilitariam a disseminação e a mobilidade dos capitais para países periféricos, onde a taxa lucro poderia ser expandida. (ARAÚJO, 2015, p. 20).

Neste contexto, dialogando com as medidas de autorregulação do mercado prescritas no Consenso de Washington, o Banco Mundial começa a desenvolver, em países da Ásia e América Latina, uma política agrária denominada “reforma agrária assistida pelo mercado”, na década de 1980, consistindo na compra de terras por um grupo de agricultores que negociavam com o proprietário e, após isso, com o crédito bancário o lote era adquirido. Além disso, segundo Resende e Mendonça (2004b, p. 9), os principais programas do banco para o meio rural incluíam as seguintes etapas:

- cadastro e georreferenciamento dos imóveis rurais;
- privatização de terras públicas e comunitárias;
- titulação de posses;
- mercantilização da reforma agrária;
- mercado de terras (Crédito Fundiário, Banco da Terra, Nossa Primeira Terra);
- integração dos camponeses ao agronegócio.

O Banco argumenta que o 'velho' estilo de reforma agrária, baseado na expropriação, tal como implementado por países independentes e/ou governos revolucionários, não é politicamente possível no contexto atual, porque as elites econômicas resistem e ocorrem muitos conflitos. Pagando a terra pelo preço de mercado — o Banco sugere — seria possível superar a resistência das elites e isso reduziria o conflito. Qualquer que seja o nome usado, nesse modelo o Banco Mundial não coloca dinheiro para a compra de terra. [...] O crédito é disponibilizado aos sem-terra: assim, em tese, eles podem adquirir terra. Nesse modelo, o objetivo é não incomodar as elites econômicas, confiscando suas propriedades, mas apenas comprar a terra daqueles que estão dispostos a vender, pelo preço que estão dispostos a pedir (ROSSET, 2004, p. 22).

Haja vista a resistência camponesa às medidas neoliberais do Governo FHC, na década de 1990 ocorreu um forte aumento no número de ocupações de terras no Brasil, e uma grande reação dos latifundiários por meio de ações violentas e de ataques às ocupações, ocorrendo em 1995 o massacre de Corumbiara - RO, no qual foram assassinados 11 posseiros e, em 1996, o massacre de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, com a morte de 19 trabalhadores rurais sem-terra.

Sendo assim, o Governo Federal buscou implementar políticas de reforma agrária que diminuíssem o conflito no campo, realizando-as de forma pacífica, seguindo a lógica de mercado. No Brasil, a Reforma Agrária de Mercado (RAM) teve início com o Projeto Cédula da Terra, na década de 1990, no Governo FHC, e teve continuidade com nomes distintos nos Governos Lula e Dilma, que tinha como princípio a Reforma Agrária de Mercado, elaborado de acordo com as diretrizes do Banco Mundial.

Nesse mesmo contexto é apresentado, em 1999, pelo MDA, o documento mais conhecido como *Novo Mundo Rural*, que institucionalizava um conjunto de programas balizados pelo “desenvolvimento rural”. Além disso, foi criado o PRONAF, assim como a diversificação de linhas de crédito para a RAM.

Em novembro de 2003, o Ministério de Desenvolvimento Agrário apresentou o Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio

Rural, tendo como principais metas a previsão de atingir 130.000 famílias, sendo a continuidade do programa de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural e a execução do georreferenciamento de 2,2 milhões de imóveis no território nacional, seguindo a lógica do “mercado de terras”. Essa política enfraquece o Estado nas suas atribuições, concorre com os instrumentos e recursos públicos da reforma agrária baseada na função social da terra e legitima as oligarquias rurais (RESENDE; MENDONÇA, 2004a).

Durante o Governo Lula, dando prosseguimento ao conjunto de medidas, por meio do MDA, é lançado o Programa Nacional de Crédito Fundiário, a partir de três linhas de financiamento: Programas de Combate à Pobreza Rural; Nossa Primeira Terra; e Programa Consolidação da Agricultura Familiar. Esses programas são iguais aos implementados anteriormente no governo FHC, ocorrendo somente algumas pequenas alterações, mantendo, entretanto, a lógica de mercantilização da reforma agrária (RESENDE; MENDONÇA, 2004a).

Para Pereira (2010b), os projetos designados como “desenvolvimento rural” buscavam financiar grupos de pequenos agricultores com potencial produtivo e de endividamento, não sendo, dessa forma, desenvolvidos para trabalhadores sem-terra, parceiros, posseiros, meeiros, arrendatários, tendo um público-alvo muito específico.

No Brasil, a ideologia do Banco passou a ter maior impacto no governo de Fernando Henrique Cardoso, que estabeleceu uma política agrária denominada Novo Mundo Rural, centrada basicamente em três princípios: (1) o assentamento de famílias sem terra como política social compensatória; (2) a ‘estadualização’ dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades da União para estados e municípios; (3) a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela propaganda do “mercado de terras” (RESENDE; MENDONÇA, 2004a, p. 9).

Veiga (2005) considera que há um traço diferenciador entre o agricultor e o camponês: no agricultor verifica-se a integração ao mercado e a sua reprodução em um ambiente que o incentiva a se tornar um produtor de mercadorias; já a reprodução dos pequenos agricultores depende da sua capacidade diante de desafios no ambiente em que vivem, sendo assim, são impelidos a inovar frequentemente e se tornarem pluriativos.

Dessa forma, “para esses autores, que estudam a agricultura familiar com suas condições e potencialidades, os agricultores familiares são vistos como ‘empreendedores’, sendo sua capacidade de inovação uma característica herdada de

seu passado camponês” (SOUSA; FONTES, 2014, p. 256). Desse modo, talvez possamos compreender as políticas de “desenvolvimento rural”, que são lastreadas principalmente em empréstimos contraídos em instituições multinacionais, assim:

As disputas internacionais pelos mercados e a monopolização da economia em escala mundial orientou a intervenção dos países imperialistas por meios das organizações como a ONU e o FMI. Estas estipulavam o desenvolvimento como principal tarefa dos países periféricos. Por meio de receituários e uma forte construção ideológica que postulava o desenvolvimento como condição única para a melhoria de vida.” (ARAÚJO, 2015, p. 20).

As políticas públicas neoliberais são definidas excluindo o camponês sem-terra, considerando-o um empecilho ao processo de desenvolvimento capitalista. Nesse contexto, os pequenos camponeses e trabalhadores rurais sem-terra pobres, de acordo com analistas políticos do Banco Mundial, deveriam aproveitar as “oportunidades” de trabalho proporcionadas pela nova ordem mundial que aparecessem nas cidades (VELTEMEYER; PETRAS, 2008).

E essa agricultura familiar é considerada mais avançada se estiver integrada às grandes agroindústrias. Até o programa de crédito da agricultura familiar – Pronaf, se baseia nessa concepção de que aquele que produz prioritariamente para o autoconsumo é atrasado, não tem viabilidade econômica. E, por isso, deve receber financiamentos para ter condições de produzir prioritariamente para o mercado, integrando-se o máximo possível a alguma cadeia produtiva do agronegócio (CAMPOS, 2006, p. 160).

Essa concepção de agricultor familiar surge imbricada ideologicamente com as políticas de reforma agrária de mercado, substituindo o termo *camponês* por um termo genérico, negando-lhes a sua historicidade e a luta de classes no campo. É a noção de que a superação da pobreza rural e urbana seria feita através do aumento da “produtividade dos pobres”

[...] tinha como premissa a ideia de que vivia em tais condições apenas quem não estivesse inserido em atividades consideradas produtivas e rentáveis. Tal proposição operava um triplo movimento: primeiro, apagava o caráter desigual e combinado das formas de exploração e, portanto, a “funcionalidade dos pobres” (desempregados, subempregados, pequenos agricultores etc.) para a acumulação capitalista; segundo, isolava a pobreza do conjunto das relações sociais, como se fosse um fenômeno em si mesmo; terceiro, reificava as modalidades mais predatórias de desenvolvimento capitalista, na medida em que explicava a pobreza como exclusão do progresso, e não como um dos seus resultados [...] (PEREIRA, 2010a, p. 268).

Há, portanto, uma complexidade na análise sobre a luta de classes no campo, visto que a dicotomia burguesia x assalariados não é tão clara. Assim:

O campesinato não é nem burguês nem assalariado, mas contém elementos das duas classes: posse e/ou propriedade dos meios de produção e exploração de força de trabalho. Também não pode ser entendida como a síntese das duas classes, porque historicamente é anterior a elas, o proletariado é que surge a partir de transformações do campesinato nas formações sociais capitalistas. (CAMPOS, 2006, p. 146).

Conforme Martins (2004, p. 109), “a expansão do capital ameaça, em primeiro lugar, a visão ordenada e integral do mundo que é própria do camponês, sua concepção totalizadora da vida”. De acordo com o autor, o capital ameaça porque separa o trabalhador de seus meios de vida, coisificando as relações sociais, através da troca de mercadorias, ocultando a solidariedade entre situação social e consciência social, pois impõe o desarranjo entre a compreensão e a ação, fragmentando a vida, assim como a compreensão da vida, impondo o estranhamento do homem em relação a si mesmo e ao mundo.

Segundo Delgado (2005, p. 58), esse período incorporou outra demanda: “o aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo”. O processo de modernização técnica aprofundou ainda mais a heterogeneidade no espaço agrário brasileiro, concentrando-se nas regiões Sul e Sudeste. Nesse sentido,

[...] pode-se visualizar nesse processo de modernização um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial (DELGADO, 2005, p. 61).

A modernização conservadora possibilitou a inserção do capital financeiro no espaço agrário, na medida em que implementou a União do Sistema Nacional de Crédito, aprofundando as relações de crédito na agricultura, principalmente para grandes proprietários. O modelo de desenvolvimento rural atrelado à modernização conservadora no país teve como principal característica o processo de modernização técnica da agricultura, objetivando principalmente o aumento da produção e da produtividade da terra e do trabalho, acarretando simultaneamente a concentração e a exclusão. Nesse sentido, esse modelo levou à subordinação do “[...] trabalho

familiar, através da monopolização da produção para a exportação, transformando os produtores familiares em trabalhadores para o capital” (CONCEIÇÃO, 2003, p. 2).

A efetivação desse modelo pressupõe a permanência das três dimensões fundamentais do sistema do capital: Estado/capital/trabalho. Além disso, evidencia-se o desenvolvimento desigual no espaço agrário brasileiro, pois ocorre uma elevada desigualdade de renda no campo e na cidade (CONCEIÇÃO, 2012). Dessa maneira, a paisagem geográfica é marcada pela desigualdade social, tendo como base o desenvolvimento desigual, sendo, ao mesmo tempo, a exploração dessa desigualdade geográfica para determinados fins sociais (SMITH, 1988).

O desenvolvimento desigual está intimamente interligado à padronização e diferenciação do espaço geográfico como um todo, sendo a padronização considerada por Smith (1988) como expressão da universalidade do valor, facilitando a mobilidade do capital, que busca realizar o “vaivém” entre áreas desenvolvidas e áreas subdesenvolvidas, na busca incessante por áreas nas quais a taxa de lucro é máxima. Além disso, seus movimentos variam de acordo com o ritmo da crise e da acumulação.

Dialogando com Smith (1988), Harvey (2005, p. 50-51) aponta que:

A expansão geográfica e a concentração geográfica são ambas consideradas produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para a acumulação de capital. Em geral, parece que o imperativo da acumulação produz concentração da produção e do capital, criando ao mesmo tempo, uma ampliação do mercado para realização (HARVEY, 2005, p. 50-51).

Considerando a contradição entre os processos de padronização e diferenciação do espaço, podemos analisar que ambos só podem ser compreendidos tendo em vista a totalidade das relações sociais. A padronização do espaço está profundamente ligada à universalização da relação do trabalho assalariado e sua necessidade de expansão, que sob o sistema do capital liberta o trabalho e, em maior medida, o capital, liberando-o das amarras do espaço absoluto. Já a diferenciação do espaço relaciona-se com a imobilização espacial do capital e, dessa maneira, a paisagem assume diferentes formas, entretanto, elas manifestam a diferenciação social, definida pela relação entre capital e trabalho (SMITH, 1988).

O Estado e o capital financeiro se aliam com vistas ao processo de acumulação. À vista disso, a busca por taxas de lucro mais altas faz com que o Estado dite um discurso oculto de submissão ao capital, por meio de políticas de crédito, aumentando

a expropriação do trabalho camponês, bem como o trabalho assalariado diretamente em áreas do agronegócio. Além disso, nessa submissão foram expropriados milhares de famílias camponesas, precarizando o trabalho no campo, aumentando o desemprego e inscrevendo relações de trabalho escravo. Desse modo, o capital converteu o agronegócio na prioridade das grandes corporações (CONCEIÇÃO, 2013).

No espaço rural sergipano, em especial na análise do Complexo Jacaré-Curituba, há a intensificação do trabalho camponês, tendo em vista as políticas de crédito, nos moldes da reforma agrária do BM, por meio do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Em entrevista com J.G.A., coordenador do assentamento, durante pesquisa de campo (2016), verificou-se que no Complexo Jacaré-Curituba, em 2000, os assentados obtiveram acesso ao PRONAF, mas 500 famílias do total de 817 famílias (ou seja, 61,20% dos lotes que adquiriram empréstimos) estão endividadas no Banco do Nordeste. Evidencia-se a funcionalidade do Estado na acumulação capitalista pela implementação de políticas públicas que consolidam a territorialização do capital financeiro no campo.

Tendo em vista que a principal modalidade de empréstimo realizada para a produção familiar é o PRONAF, que pressupõe para a aquisição do crédito a realização de um projeto técnico para o banco, coadunamos com Gazolla e Schneider (2008, p. 9) ao afirmarem que esse modelo de financiamento

é específico e pontual a uma cultura, o que faz com que o agricultor familiar se especialize produzindo o que o Pronaf lhe disponibiliza recursos, em detrimento, por exemplo, de um processo de diversificação rural ou de plantio dos cultivos voltados a sua alimentação.

Contraditoriamente,

a concessão de crédito que antes ficava restrita as grandes empresas, aos conglomerados agroindustriais e detentores de extensas áreas de terra, a partir da reivindicação dos movimentos sociais passou a ser destinada a produção familiar pelo viés de políticas públicas. Para tanto, o Estado consegue transformar o que seria uma conquista social em mais uma forma de subsunção do trabalho ao capital (SILVA, 2014, p. 75).

No mesmo sentido, Rodrigues (2012) destaca que a contradição produzida pelo PRONAF ocorre ao possibilitar a inserção no mercado, assim como ao especializar a

produção da produção familiar por meio de cultivos dinâmicos, favorecendo a demanda do mercado e tornando a produção para o autoconsumo vulnerável.

Rosset (2004) conclui, ao analisar o modelo de reforma agrária de mercado proposto pelo Banco Mundial, que mesmo no melhor dos cenários possíveis o problema do acesso à terra não seria resolvido. Além disso, possui um alto custo de implementação que nem as instituições financeiras internacionais conseguem manter, sendo suscetível à corrupção e por ser baseado na vontade do proprietário da terra. Portanto, por não modificar a propriedade privada da terra, tampouco suas formas de acesso, essencialmente não muda o problema do acesso à terra no Brasil.

3.3 O EMPREENDEDORISMO COMO DISCURSO IDEOLÓGICO

As políticas de reforma agrária implementadas no espaço agrário brasileiro vêm consolidando o modelo do agronegócio, ocasionando, desse modo, a subordinação do trabalho e da terra camponeses ao capital, que estabelece a primazia da lógica do valor de troca em relação ao valor de uso.

É preciso lembrar que para o capital não importa quantos irão consumir, mas quanto será consumido. A subordinação sócio-estrutural do trabalho ao capital é vista como inquestionável justificada e explicada por inúmeras tautologias. Afinal a quem cabe determinar o que, como e quanto produzir? (CONCEIÇÃO, 2004, p. 89).

O capital, na sua lógica de expansão, periodicamente produz crises pela incapacidade de dissipar suas contradições, produzindo um enorme volume de mercadorias para o mercado sem compradores à vista (HARVEY, 2004). Nesse mesmo sentido, Harvey (2004) destaca que a força motriz, no capitalismo, é a acumulação. Sendo assim, o sistema capitalista se torna inevitavelmente expansível e ágil, revolucionando e reformando, continuamente, o mundo no qual vivemos.

Para que ocorra a acumulação, é necessário que o capital explore a força de trabalho. Como visto anteriormente, a relação sociedade/natureza é mediada pelo trabalho, sendo esse fundamental na reprodução social da sociedade, suprindo suas necessidades essenciais. Sendo assim, é considerado por Marx (1974) como uma condição natural da humanidade, constituindo-se como parte do metabolismo entre o homem e a natureza, seja qual for a forma social de apropriação. Nesse sentido, o trabalho que produz valor de troca é uma forma social específica do trabalho.

A força motriz do sistema do capital, então, não corresponde à plena satisfação das necessidades humanas e da sua reprodução social. Segundo Marx (2013), a força motriz do capital é baseada no valor de troca mais seu incremento, forçando a valorização do valor, por meio da produção pela produção, ampliando-se, dessa forma, por meio da acumulação progressiva. Para compreender melhor, devemos analisar o duplo caráter do trabalho representado na produção de mercadorias. Vemos a contradição entre o valor (ou valor de troca), definido por um modo de produção social específico e sua materialização do trabalho humano abstrato, e o valor de uso, caracterizado como a base material que se expressa pela utilidade da mercadoria.

Desse modo, por meio da necessidade de expansão do capital, e universalizando a relação de trabalho assalariado, o sistema do capital expande a produção de mercadorias e, por conseguinte, a exploração do trabalho, mediante a extração do mais-valor, produz o valor socialmente intrínseco das mercadorias e ao mesmo tempo supre parte das necessidades humanas.

Apesar do capital constituir-se numa relação social de troca entre pessoas, essa oculta-se pela reificação da forma-mercadoria. Ou seja, o caráter fetichista da mercadoria obscurece as mediações sociais entre o possuidor dos meios de produção e de mercadorias (capitalista) e o produtor de mercadorias (trabalhador), apresentando a relação social de produção como uma simples troca de mercadorias. Dessa maneira, o

caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. (MARX, 2013, p. 206).

Marx (2013, p. 206) complementa ao apresentar que a relação social do capital, capital/trabalho, é “apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”. A partir da concepção de fetichismo de Marx, podemos compreender que apesar do trabalho ser intrinsecamente social, o seu caráter social não transparece no valor, sendo ocultado pela troca de mercadorias.

A relação capital/trabalho é baseada na compra da força de trabalho como mercadoria e, assim, possui duas específicas formas de trabalho, sendo o trabalho concreto uma forma específica de trabalho (marceneiro, metalúrgico etc.) com características específicas, enquanto que o trabalho humano abstrato é considerado o “elemento comum que se apresenta na relação de troca ou valor de troca das mercadorias, é, portanto, seu valor” (MARX, 2013, p. 116).

Dialogando com Marx (2013), Duarte e Pola (2009, p. 12) afirmam que o “trabalho concreto é a fonte das riquezas materiais, assim é o trabalho produtor de valores de uso, enquanto o trabalho abstrato é o produtor do valor de troca, que é a forma social que o trabalho assume no capitalismo” (DUARTE; POLA, 2009, p. 12). É justamente por conta do trabalho humano abstrato, despido de suas singularidades, que podemos trocar pela mercadoria-dinheiro como equivalente universal por mercadorias com valores de uso e características qualitativamente distintas.

O enigma do caráter fetichista da mercadoria pode ser decifrado quando consideramos a diferença entre preço e valor. Enquanto o valor é a medida do trabalho humano cristalizada na forma-mercadoria, sendo o elemento comum a todas as mercadorias, o preço é a manifestação da medida do valor contida nas mercadorias, sendo considerado o equivalente universal entre as mercadorias. A “ilusão do sistema monetário” (MARX, 2013) seria, portanto, parte do processo de fetichização, pois o preço representa a equivalência de valores entre mercadorias distintas quantitativamente e qualitativamente, tornando ainda mais opaca a relação social de exploração do trabalho que produziu a mercadoria, alienando o trabalho que não se reconhece no fruto da sua produção.

A alienação não ocorre somente no estranhamento do produto do trabalho, mas também ao longo do processo produtivo, sendo na atividade de produção que o homem se desrealiza no ato do trabalho, produzindo para atender aos imperativos do capital e não para suprir suas necessidades. Dessa maneira, o homem se torna alienado, estranhando o seu trabalho e o fruto do seu trabalho. O trabalhador é alienado, no processo produtivo, diariamente, pela ideologia do não-trabalho, passando a não se reconhecer mais como trabalhador, o que constitui uma estratégia de domínio do trabalho pelo capital (SANTOS, 2018).

A alienação ocorre pela divisão social do trabalho, sendo posteriormente ainda mais acentuada com a fragmentação do processo produtivo, tendo como principal modelo de organização do trabalho o taylorismo-fordismo, no qual cada trabalhador

ficava responsável por uma pequena etapa produtiva com repetição de movimentos ao longo do processo produtivo, tirando a compreensão de todas as etapas do processo produtivo.

Por meio da ideologia, a exploração do trabalho é mantida, buscando a universalização das ideias da classe burguesa, abrandando as contradições na relação capital-trabalho pela alienação do trabalho. Com esse objetivo, na atualidade, apresenta-se a autonomia através do empreendedorismo como forma de resolver o grande número de desempregos, e com isso, crescem o número de cooperativas, micro e pequenas empresas, empresas familiares, trabalho domiciliar. Essas formas de trabalho, vinculadas, normalmente, à autonomia e à livre iniciativa, estimulam mecanismos pelos quais os trabalhadores exploram a sua própria força de trabalho para o capital (TAVARES, 2004).

Nesse contexto, as contradições do capital são ressignificadas, a culpa de estar desempregado passa a ser do indivíduo e não do desemprego estrutural e da reestruturação produtiva, o trabalho informal e temporário passam a ser considerados como sinônimos de liberdade, e pelas suas ressignificações as relações se tornam cada vez mais fetichizadas.

O empreendedorismo, fundamentalmente baseado na teoria de Joseph Schumpeter, representa os interesses da burguesia, na medida em que, não só nega a luta de classes, como, segundo Achyles Costa (2006), também vincula o dinamismo econômico capitalista ao indivíduo, mas especificamente ao empresário, que com sua atitude empreendedora cria novas combinações e as insere no fluxo das atividades econômicas. Desse modo, o sujeito social que tem características típicas de camponês de base familiar se autodenomina como “empresário do campo”.

Nesse sentido,

não há emancipação dentro do sistema capitalista, o discurso da liberdade e da autonomia são postos pela classe dominante para dominar e criar um fetiche que em vez de libertar aprisiona cada vez mais. São valores que são criados e postos para determinar o modo de vida, de pensar, de agir, sem que se perceba o emaranhado de contradições e de exploração a que está submetido o trabalhador, e assim, garantir a acumulação e reprodução do capital. (SANTOS, 2018, p. 126).

Esse discurso é apresentado por meio da ideologia. A ideologia é considerada por Marx a partir de algumas características. Dentre elas, Iasi (2007) destaca que a ideologia pretende: naturalizar as relações de produção, por meio do velamento,

inversão e da justificação da realidade; apresentar ideias particulares como sendo universais; expressar a dominação de classe por meio de um conjunto de ideias.

A função empreendedora implica para além da naturalização da desigualdade de classes como desigualdade de aptidões e hierarquias na divisão do trabalho, a negação do “ser capitalista”, de ter a propriedade do capital como condição para a definição de empresário. (VALENTIM; PERUZZO, 2017, p. 107).

Nesse sentido, pela ideologia a burguesia expressa um interesse particular, que é extrair mais-valor, apresentando-o como de interesse universal. Dessa mesma forma acontece com o empreendedorismo rural, que expressa as necessidades de acumulação capitalista como sendo os anseios da (re)produção familiar camponesa.

Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS, 1998, p. 48).

O discurso tido como um ato espontâneo e que representa as próprias ideias, na verdade, é tecido polifonicamente entre sujeitos do mesmo grupo social, possuindo signos compartilhados socialmente, adquirindo um caráter interindividual (BAKHTIN, 2010).

Bakhtin (2010, p. 36), ao discorrer sobre a separação entre a consciência individual e os fenômenos ideológicos, afirma que, “separando os fenômenos ideológicos da consciência individual, nós os ligamos às condições e às formas da comunicação social. A existência do signo nada mais é do que a materialização dessa comunicação”. Os signos ideológicos constituem-se em pontes que interligam a consciência individual e a ideologia.

Segundo Conceição (2014), para compreender melhor o discurso, é necessário relacioná-lo ao contexto social, observando a conjuntura econômica e política, para identificar seu caráter. O discurso é carregado de traços ideológicos, sendo polifônico, na medida em que os signos utilizados em nossa fala são compartilhados socialmente e possuem vozes de diferentes grupos sociais. Na concepção bakhtiniana, a língua não existe enquanto enunciação monológica individual e isolada. Sua estrutura tem caráter social. Conforme Conceição (2014, p. 21), o discurso é “tecido polifonicamente por fios dialógicos de vozes, que polemizam entre si, que se complementam ou que

respondem umas às outras”. O discurso é social e polifônico, na medida em que não se caracteriza como produto já acabado, mas está em constante modificação e sendo produzido de modo interindividual, pelas múltiplas vozes presentes no discurso.

O empreendedorismo apresenta-se como discurso socialmente produzido em favor da acumulação do capital. Sendo assim, segundo Valentim e Peruzzo (2017), ao exaltar-se a ideologia empreendedora, no contexto contemporâneo do capitalismo, as suas características centrais ganham novas significações, tendo em vista o desemprego estrutural e a necessidade de controle do trabalho pela burguesia. Além disso, o conceito de empreendedor schumpeteriano é revalorizado, como figura central, ao trazer a figura do empresário, isolado da luta de classes, apresentando o empreendedorismo como uma função, e na contemporaneidade, o discurso do empreendedorismo apresenta-se como indiferente a questão da luta de classes.

Há a tentativa de ocultar a questão das classes, através do empreendedorismo, buscando torná-la insignificante na explicação do processo de desenvolvimento econômico capitalista. Sendo assim, a desigualdade de classes, representada pela produção da pobreza e riqueza, seria resultante de ações individuais, segundo a concepção schumpeteriana, causadas pela distribuição desigual dessas aptidões, em nada relacionada com as classes sociais (VALENTIM; PERUZZO, 2017).

Nesse sentido, para melhorar as chances de inserção do camponês no sistema capitalista, são oferecidos cursos de capacitação para aprimorar as “aptidões empreendedoras”, geralmente ofertados por entidades patronais como por exemplo: o SEBRAE e o SENAR. Segundo relatos dos assentados entrevistados (2019) houve a realização de cursos de empreendedorismo rural no P.A. Jacaré-Curitiba, por meio do projeto “Sertão Empreendedor: Um novo tempo para o semi-árido” (ver Anexo 1).

Conforme Almeida (2016), com a incontornabilidade do sistema do capital, na crise estrutural, para conter o acúmulo das contradições inerentes a esse processo, o capital busca alternativas para enfrentar essa crise, utilizando parte dos seus artifícios para ludibriar os trabalhadores. Dentre eles está a “transformação do trabalhador” em empreendedor. Assim, o empreendedorismo é funcional ao sistema do capital, pois contribui em diversas dimensões, seja auxiliando na acumulação do capital, favorecendo a subordinação do trabalho ao capital ou enfraquecendo a classe trabalhadora e suas lutas.

A funcionalidade do empreendedorismo na contemporaneidade está, portanto, na sua capacidade de produzir um apagamento dos conflitos entre capital e trabalho e das contradições do sistema capitalista de produção no que se refere ao desemprego enquanto condição estrutural deste modo de produção. Ao mesmo tempo, busca camuflar as relações entre capital e trabalho, empregado e empregador, transformando-as, aparentemente, em relações entre empreendedores. Assim, a aparente transformação de trabalhadores em empreendedores implica na ampliação substantiva da polivalência do trabalhador, que passa a ser operário, gerente e proprietário ao mesmo tempo. (VALENTIM; PERUZZO, 2017, p. 123).

Com a crise estrutural, o capital financeiro tende a inserir novos espaços na acumulação capitalista, principalmente a partir do sistema de crédito, possibilitando assim o aumento de consumo de mercadorias como contratendência à queda tendencial da taxa de lucro. Marx (2017), analisando a crescente composição orgânica do capital, aponta que a tendência à queda da taxa geral de lucro constitui-se como marca do desenvolvimento da força produtiva social do trabalho.

3.4 DE CAMPONÊS A “EMPRESÁRIO RURAL”

O discurso do empreendedorismo rural apresenta-se como uma alternativa ao grande contingente de camponeses excluídos que não se enquadram no modelo do agronegócio. Busca-se, com isso, a perda da condição de camponês, tornando-se, portanto, um empreendedor rural. Nesse sentido, é importante salientar que o discurso do empreendedorismo rural é apresentado como única possibilidade de inserção do camponês no campo.

Conforme Bakhtin (2010), imagina-se que o discurso é espontâneo e inédito, quando na realidade apenas repetimos signos já compreendidos na sociedade, sendo possível identificar várias vozes formando uma teia entrelaçada por fios ideológicos diversos.

Bakhtin (2010, p. 47, grifo nosso), ao analisar de forma dialética o signo ideológico, afirma que: “classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, **em todo o signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios**. O signo se torna a arena onde se desenvolve as lutas de classes”, entre classes sociais com interesses contraditórios e que, compartilhando de signos em comum, possuem diferentes índices sociais de valor que estão em constante conflito.

Apesar de se apresentar como única alternativa aos camponeses, no P.A. Jacaré-Curitiba, o discurso do empreendedorismo rural busca mascarar a condição real da exploração do trabalho camponês. Isso fica mais evidente quando compreendemos que no modelo do agronegócio predominam grandes extensões de terras, notadamente marcadas pela expropriação de uma massa de camponeses que são excluídos.

Nesse sentido, o discurso do empreendedorismo rural é falacioso, na medida em que apresenta a produção dos camponeses como autônoma em relação ao mercado. Podemos analisar o empreendedorismo rural enquanto signo ideológico que interliga a realidade material dos camponeses e a ideologia, pautada no modelo do agronegócio, que se materializa como expressão da expansão do capital no espaço agrário.

Coadunando com o discurso do empreendedorismo rural, o camponês compartilha dos mesmos signos da classe dominante. Conforme Conceição (2014), todo discurso possui em seu enunciado o posicionamento de uma classe social. Quando se posiciona, realiza-se em nome de uma classe social.

A estrutura do discurso tem caráter eminentemente social. Apesar disso, a expressão da consciência social é considerada como individual. Nesse sentido, Lopes (1978, p. 100) expressa que, “combinando uma simulação com uma dissimulação, o discurso é uma trapaça: ele simula ser meu para dissimular que é do outro”. Assim, ao exprimir o discurso ideológico, são compartilhadas socialmente concepções apologéticas à expansão das relações capitalistas do campo em benefício da classe burguesa.

Reiteramos a condição social do discurso, sendo ele modificado de acordo com o contexto social nele inserido. O discurso é social e polifônico, na medida em que não se caracteriza como produto já acabado, mas em constante modificação, sendo produzido de modo interindividual, pelas múltiplas vozes presentes no discurso.

Esse discurso é apresentado por meio da ideologia. A ideologia é considerada por Marx a partir de algumas características. Dentre elas, Iasi (2007) destaca que a ideologia pretende: naturalizar as relações de produção, por meio do velamento, inversão e da justificação da realidade; apresentar ideias particulares como sendo universais; e expressar a dominação de classe por meio de um conjunto de ideias. Nesse sentido, pela ideologia a burguesia expressa um interesse particular, que é extrair mais-valor, apresentando-o como de interesse universal. Dessa mesma forma

acontece com o empreendedorismo rural, que expressa as necessidades de acumulação capitalista como sendo os anseios da (re)produção familiar camponesa.

Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 1998, p. 48).

O capital articula várias estratégias para extrair a renda do camponesa; dentre elas, nota-se o discurso do empreendedorismo rural, o qual tenta aproximar, a partir dos ideólogos do agronegócio, o camponês à lógica da racionalização e do controle dos custos nas propriedades camponesas, para serem administradas como “empresas rurais”. Para ser um “empreendedor rural”, são requeridas competências empresariais, o que acaba por excluir parcela significativa dos camponeses.

Outra estratégia de dominação do capital associada ao discurso do empreendedorismo é a busca pela autonomia dos camponeses em relação ao Estado, em associação com instituições de crédito multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI. Essas associações são definidas para excluir o camponês sem-terra, considerando-o um empecilho ao processo de desenvolvimento capitalista.

Conforme as diretrizes do BM, é estabelecido o PCA (Plano de Consolidação do Assentamento), instrumento utilizado pelo Programa de Consolidação e Emancipação (autossuficiência) dos Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC), criado em 2007 como atividade correlata, nos termos do empréstimo entre o Estado brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de 2006 (INCRA, 2007). Ou seja, esse plano visa tornar o assentamento consolidado o mais rápido possível, o que se acelerou mais ainda em 2012, com a aprovação de uma nova metodologia para acelerar a consolidação de assentamentos de reforma agrária:

o órgão pretende diminuir o tempo de consolidação dos assentamentos, atualmente em dez anos em média, para 7 anos. A iniciativa busca ainda promover a sustentabilidade econômica dos assentamentos e dar ferramentas para os servidores que vão a campo. (INCRA, 2012).

No espaço agrário brasileiro vem ocorrendo a aceleração do processo de consolidação e emancipação dos assentamentos de reforma agrária. Isso vem acarretando mudanças organizacionais e de políticas públicas. Podemos exemplificar

com o acordo entre o INCRA e o BID, presente no **Relatório de auditoria anual de contas** (BRASIL, 2007), que concede o empréstimo com montante de US\$ 36.000.000,00 destinados a consolidar e emancipar 70 projetos de reforma agrária no Brasil, dentre eles, os assentamentos Jacaré-Curituba I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, que compõem o Complexo Jacaré-Curituba. Essas medidas visam a facilitar a inserção de terras, que eram devolutas, no mercado de terras, possibilitando a rápida mobilidade do capital no espaço agrário.

O Estado e o capital financeiro se aliam com vistas à liberação dos obstáculos ao processo de acumulação do capital. Evidenciam-se, dessa maneira, duas tendências contraditórias na produção capitalista do espaço: a tendência à diferenciação e a tendência à igualização (SMITH, 1988). A igualização do espaço, profundamente ligada à universalização da relação do trabalho assalariado e sua necessidade de expansão, libera o capital das amarras do espaço absoluto. Já a diferenciação do espaço relaciona-se com a imobilização espacial do capital, produzindo a paisagem que assume diferentes formas. Dessa maneira, elas manifestam a diferenciação social, definida pela relação entre capital e trabalho (SMITH, 1988).

Smith (1988), ao analisar a teoria do **Desenvolvimento Desigual e Combinado do Capital**, de Trotsky (2007), realiza a leitura de que o desenvolvimento desigual é não menos que a expressão geográfica das contradições do capital. De acordo com Smith (1988), a materialização das contradições do capital no espaço está relacionada à imobilização do valor de uso e à mobilidade do valor de troca, o que se expressa nas tendências à diferenciação e à igualização.

Considerando o espaço produzido como “processo de determinação histórica das relações capital e trabalho” (CONCEIÇÃO, 2005, p. 169), podemos analisar a produção capitalista do espaço como a materialização das contradições do capital (SMITH, 1988). Somente o trabalho é capaz de produzir valor e riqueza, que são apropriados pelo capital e extrai o mais-valor. A produção da riqueza e da miséria se dão dialeticamente, pois, para gerar riqueza do capital, é necessária a miséria do trabalho.

O desenvolvimento desigual está intimamente interligado à padronização e diferenciação do espaço geográfico como um todo, sendo a padronização considerada por Smith (1988) como expressão da universalidade do valor, facilitando

a mobilidade do capital, que busca realizar o “vaivém” entre áreas desenvolvidas e áreas subdesenvolvidas, na busca constante por taxas de lucro máximas.

O modelo de desenvolvimento rural, fundamentado na modernização conservadora, teve como principal característica o processo de modernização técnica da agricultura. Esse modelo visava a aumentar a produção e a produtividade da terra e do trabalho, ocasionando simultaneamente a concentração e a exclusão. À vista disso, esse modelo levou à subordinação do “trabalho familiar, através da monopolização da produção para a exportação, transformando os produtores familiares em trabalhadores para o capital” (CONCEIÇÃO, 2003, p. 2).

A efetivação desse modelo pressupõe a permanência das três dimensões fundamentais do sistema do capital: Estado/capital/trabalho. Além disso, evidencia-se o desenvolvimento desigual no espaço agrário brasileiro, pois ocorre uma elevada desigualdade de renda no campo e na cidade (CONCEIÇÃO, 2012).

Conforme análise de Raimunda Sousa (2013), a execução desse “novo” modelo de agricultura, para a região Nordeste, é efetivada pela CODEVASF. Em 1975, a CODEVASF passou por uma reformulação direcionada por uma filosofia empresarial, começando a atuar na criação e implementação de projetos de irrigação com ampla produção destinada ao mercado.

A CODEVASF vem utilizando como modelo de desenvolvimento os perímetros irrigados, geralmente voltados para a fruticultura irrigada destinada à exportação *in natura*. Nessa direção, é apresentada como principal exemplo de sucesso, principalmente pela instituição, o “maior polo de fruticultura irrigada do Brasil”, localizado nos municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE).

Tendo em vista este modelo, a COHIDRO foi fundada enquanto instituição estadual responsável pela implementação de perímetros irrigados no Estado de Sergipe. Em 1986, essa instituição foi responsável pela implantação do Projeto Califórnia, nas proximidades da sede de Canindé do São Francisco. No início da década de 1990, foram elaborados estudos de viabilidade sócio-técnico-econômica para a implementação do Perímetro Irrigado Jacaré-Curituba, realizados em maio de 1993 pela COHIDRO, por meio do Consórcio JP-ENCO-TAHAL.

3.5 O PERÍMETRO IRRIGADO DO P.A. JACARÉ-CURITUBA

O perímetro irrigado Jacaré-Curituba foi inicialmente concebido, pelo governo estadual, como um perímetro destinado a empresários. Para tanto, o Estado buscou a aquisição de verbas que garantissem a aquisição das terras e a garantia de efetivação do projeto. No projeto, o perímetro estava dividido em 79 lotes, com aproximadamente 50 hectares por lote, conforme podemos observar na Figura 8 apresentada a seguir.

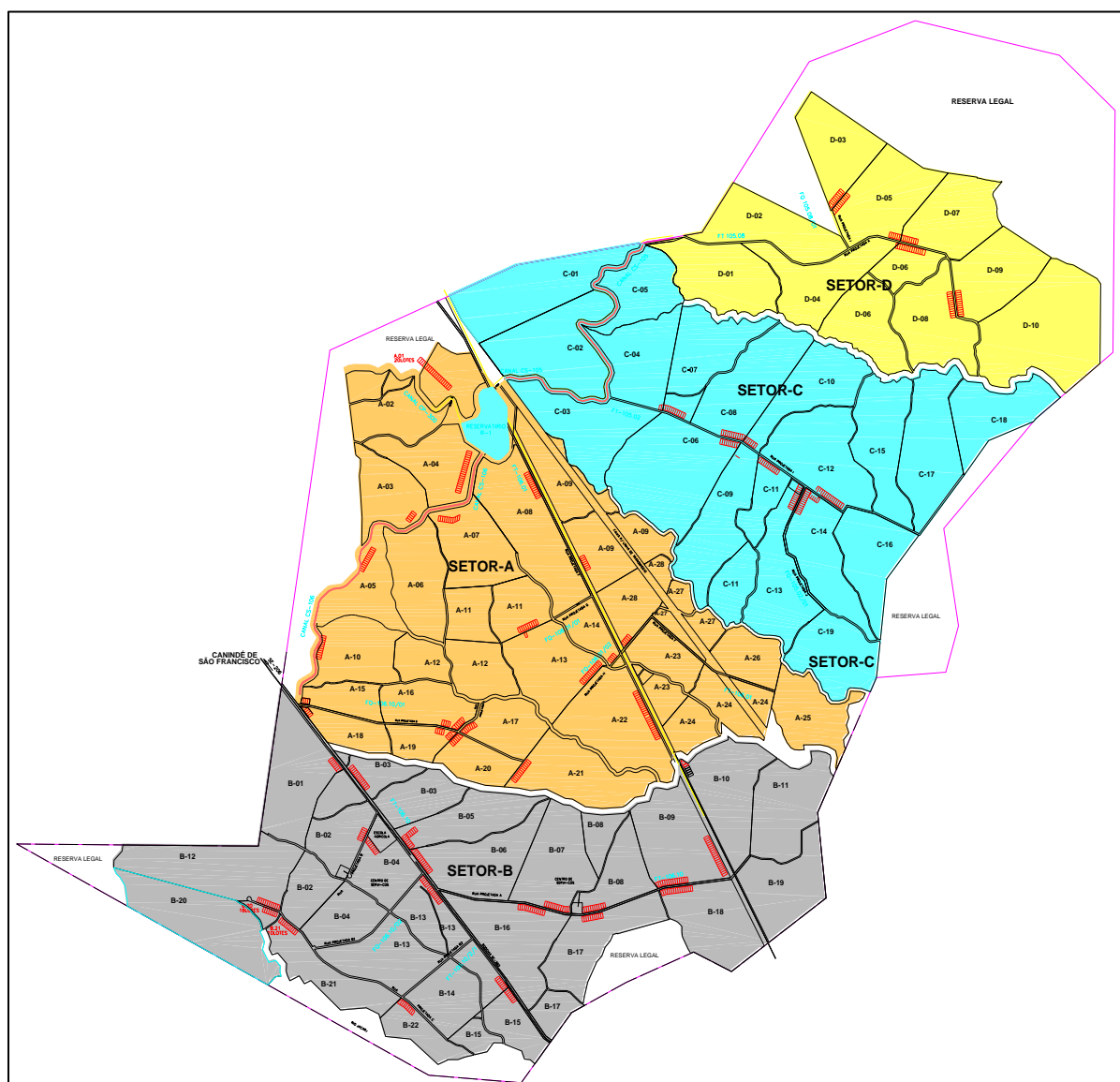
Entretanto, como já apresentado anteriormente, no capítulo 1, com o processo de ocupação e sua destinação para fins de reforma agrária, houve a necessidade de remodelar o sistema de distribuição de águas, tendo em vista que 700 famílias iriam explorar a irrigação por meio de grupos de assentados.

Em abril de 1997, houve a criação do P.A. Jacaré-Curituba, após a assinatura do Protocolo de Intenções firmado entre o Governo do Estado de Sergipe, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, representado pelo INCRA, e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Com a assinatura desse protocolo, o Governo do Estado de Sergipe se comprometia a transferir o Projeto Jacaré-Curituba para o Governo Federal, que estabeleceria um assentamento de reforma agrária, já aproveitando o projeto-base de infraestrutura de irrigação elaborado pelo Governo de Sergipe.

Figura 8 - Etapas de Implementação e Distribuição dos Lotes no Projeto Original

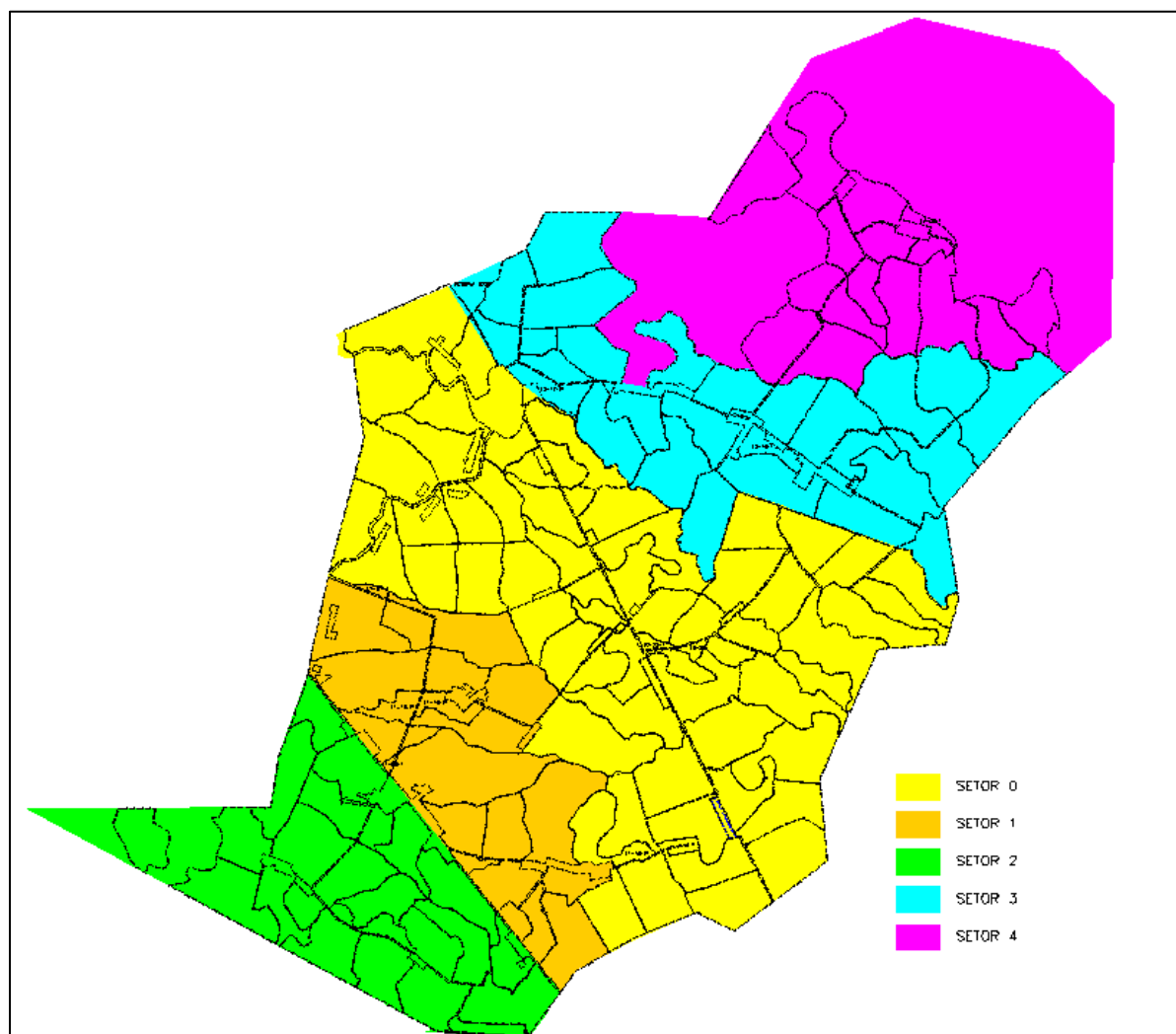
Fonte: SEINFRA, 2005.

Conforme análise da distribuição dos lotes, com base na Figura 9, podemos perceber que houve a redução da área dos lotes. Observa-se que o Perímetro Irrigado,



após a reformulação, foi dividido em 5 setores numerados de 0 a 4. Dessa maneira, apesar da conquista do Jacaré-Curituba, em cerca de uma década de resistência dos movimentos sociais, não houve o redimensionamento do projeto-base destinado a lotes empresariais, não atendendo às especificidades da agricultura camponesa.

Figura 9 - Etapas de Implementação e Distribuição dos Lotes no Projeto Reformulado



Fonte: SEINFRA, 2005.

Fica explícita, pelo hiato de 12 anos entre a criação dos primeiros assentamentos integrantes do Complexo Jacaré-Curituba, em 1997, e o início das obras de irrigação, em 2009, a intencionalidade do Estado, por meio da COHIDRO, INCRA e CODEVASF, na busca de inviabilização do assentamento.

A respeito da atuação da CODEVASF no Jacaré-Curituba, Ramos Filho (2013, p. 177) aponta que essa instituição

mantém a estrutura empresarial mesmo que cada um dos grandes lotes, no contexto do assentamento criado, tenham sido parcelados entre grande número de beneficiários. Mesmo com a pressão hidráulica insuficiente para irrigar todos os lotes de uma quadra ao mesmo tempo, transfere, portanto para os trabalhadores, a necessidade da improvisação permanente para acessar a água de produção.

A CODEVASF, tendo em vista o modelo dos perímetros irrigados, amplamente realizados no Vale do São Francisco, manteve a estrutura empresarial, sem ocorrer uma mudança drástica no projeto de irrigação. Assim, o que ocorreu se constituiu mais como uma divisão de lotes empresariais entre famílias assentadas do que modificações na infraestrutura do projeto-base.

Segundo Ramos Filho (2013), o INCRA continua pressionado politicamente para a solução dos conflitos no campo, através da reivindicação de trabalhadores por atos de desapropriações, e por outro lado, sofrendo pressão de grandes proprietários visando impedir desapropriações. Nesse contexto, para os assentados no Jacaré-Curituba “destina, aos beneficiários, lotes de reforma agrária em dimensões exíguas, para pragmaticamente solucionar os conflitos. Entretanto sem visão de futuro alguma, inviabiliza a reprodução ampliada da família camponesa” (RAMOS FILHO, 2013, p. 177).

Os minifúndios, como podemos observar no Quadro 1, são caracterizados como imóveis rurais com área inferior a um módulo fiscal, que não garante a sobrevivência e entesouramento da unidade de produção camponesa.

Segundo a lei nº 4.504/64 (BRASIL, 1964), mais conhecida como Estatuto da Terra, a política de reforma agrária brasileira tem como um de seus principais objetivos extinguir gradualmente tanto o minifúndio quanto o latifúndio. Sendo assim, a legislação agrária considera ambos antieconômicos, visto que nenhum dos dois teria grau de produtividade correspondente à função social como propriedade.

Quadro 1 - Classificação de Imóveis Rurais – Brasil – 1993

Classificação dos imóveis	Módulos fiscais
Minifúndios	< 1 MF
Pequena propriedade	1 a 4 MF
Média Propriedade	4 a 15 MF
Grande Propriedade	De 15 a 600 MF

Fonte: BRASIL, 1993. Elaboração nossa.

Minifúndios e latifúndios são tipos de imóveis rurais classificados como áreas prioritárias para desapropriação e destinação das terras à reforma agrária (BRASIL,

1964). O Estatuto da Terra poderia ter se constituído como um instrumento legítimo para a realização da reforma agrária, no entanto, segundo Medeiros (2003), sua regulamentação somente ocorreu mais de 20 anos depois.

Aliás, o próprio Ministro do Planejamento Roberto Campos incumbiu-se de informar aos parlamentares que o Estatuto jamais seria aplicado. Sua regulamentação (elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária) só foi objeto de ação governamental mais de vinte anos depois, já com a “Nova República” (MEDEIROS, 2003, p. 28).

A reforma agrária, como importante instrumento de redução das desigualdades no espaço agrário brasileiro, só passa a ser regulamentada na década de 1980. Dessa forma, a unidade de produção camponesa se fragiliza ainda mais, pois, segundo dados obtidos em pesquisa de campo (2018) pela quantidade de filhos por lote, são em média quatro por entrevistado. Apenas 9% dos filhos dos entrevistados possuem lote próprio; enquanto isso, 91% dividem o lote com os pais, intensificando ainda mais o processo de minifundiarização no Jacaré-Curitiba.

Sobre a minifundiarização, no **Relatório Final do Projeto Executivo de Irrigação Jacaré-Curitiba** elaborado pela SEINFRA (2006), é possível observar que, do total de 700 famílias assentadas, 54 obtiveram lotes destinados à pecuária. Os demais assentados obtiveram lotes destinados à agricultura irrigada, sendo a área irrigável média de cada lote de 2,75 ha e de no mínimo 2,55 ha.

A área útil média por família, entre os irrigantes, corresponde a 3,93% do módulo fiscal do Alto Sertão Sergipano estabelecido pelo INCRA (2013b), ou seja, corresponde a 3,93% da área mínima de aproveitamento estabelecida pelo INCRA para garantir a sobrevivência dos agricultores e da sua família. Essa informação coaduna com a análise de Ramos Filho (2013), visto que essas exíguas extensões de terra são insuficientes para garantir a reprodução social camponesa.

Para analisarmos com maior riqueza de detalhes o parcelamento dos lotes, podemos observar na Tabela 3 a divisão dos lotes por setores. O Setor 0 concentra o maior número de lotes irrigados, totalizando 33, bem como a maior área irrigada dentre os setores, com 660,1 hectares. Já o Setor 4, localizado mais distante do reservatório R-1, é o que possui somente 6 lotes irrigáveis, com 115,1 hectares.

Tabela 3 - Resumo do Parcelamento da Área do Projeto Jacaré-Curituba

Setores	Nº Lotes			Número de Irrigantes	Áreas médias (ha)							Área Total (ha)
	Irrigação	Pecuária	Total		Lotes para Irrig. (SAG)	Irrigação (área útil)	Pecuária (Total)	Pecuária (área útil)	Reserva Legal	Preserv. Perm.	Outras (*)	
Setor 0	33	25	58	265	725,0	660,1	759,8	712,4	49,1	58,9	162,3	1.696,2
Setor 1	12	3	15	108	418,4	291,6	108,5	107,4	0,0	23,8	33,2	560,0
Setor 2	13	9	22	88	294,9	243,5	264,0	238,2	50,9	30,2	37,7	647,4
Setor 3	16	9	25	144	421,3	413,8	327,8	310,6	109,9	18,4	60,8	919,8
Setor 4	6	8	14	41	120,8	115,1	258,6	246,3	734,0	12,4	17,1	1.130,5
TOTAL	80	54	134	646	1.980,3	1.724,0	1.718,7	1.614,7	943,9	143,7	311,0	4.953,9
(*) - Areas edificadas (estradas, canais, agrovilas e reservatório)					87,1%		94,0%		19,1%			

Número de famílias atendidas	
Irrigação	646
Pecuária	54
TOTAL	700

Tamanhos dos lotes de irrigação	
Mínimo	2,55 ha
Médio	2,67 ha

Fonte: SEINFRA, 2006.

Cada agrovila dispõe de uma moto-bomba de uso coletivo. Assim, é estabelecido um rodízio entre as famílias assentadas para melhor aproveitamento da irrigação. Na Figura 11, podemos observar a Agrovila Che Guevara I, que assim como as demais agrovilas, possui infraestrutura muito semelhante.

Figura 11 - Agrovila Che Guevara I



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

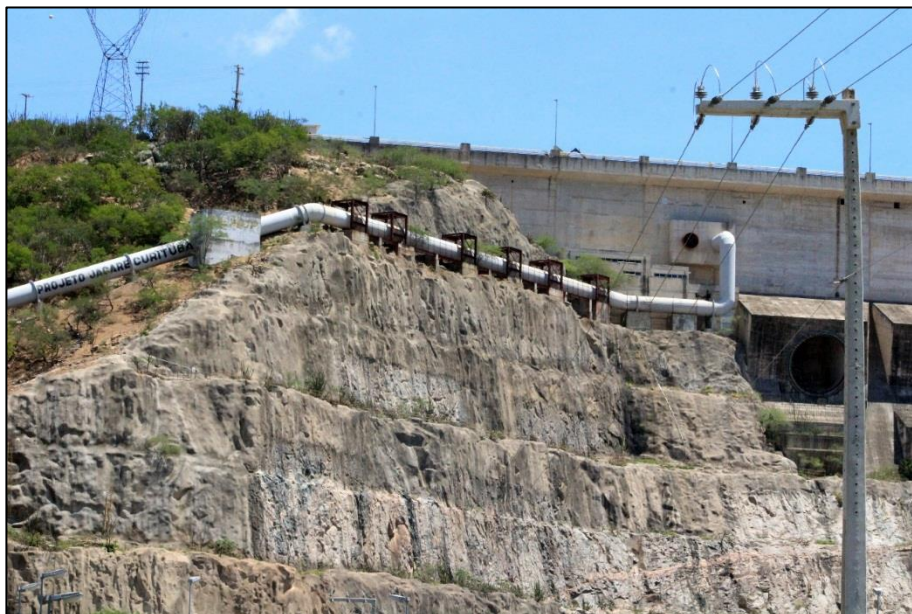
Ao redor da residência, os assentados realizam cultivos de autoconsumo, assim como de hortaliças; além disso, há o lote produtivo no qual os assentados realizam principalmente cultivo de milho, quiabo e macaxeira.

A água destinada à irrigação no Jacaré-Curituba e ao Perímetro Irrigado Califórnia é captada no lago da Usina Hidrelétrica de Xingó, por meio de uma tomada de água acima do eixo das turbinas, permitindo vazão de 3,15 m³/s por gravidade, através de dutos com 2,5 m de diâmetro, estendendo-se por um total de 6 km até a caixa d'água da estação de bombeamento EB-100 (COSTA *et al.*, 2015). Na Figura 12, podemos observar a referida tomada de água, que interliga a Barragem de Xingó e a Estação de Bombeamento (EB-100).

Na EB-100 foram instaladas, em 2002, um conjunto de três motobombas, conforme apresentado na Figura 13, com duas bombas que funcionariam simultaneamente, com a terceira moto-bomba de reserva. As motobombas do Jacaré-

Curitiba e do Projeto Califórnia dividem as mesmas instalações, sendo a primeira de responsabilidade da CODEVASF e a segunda da COHIDRO. Segundo informações da COHIDRO (2015), as motobombas elevam a água a uma altura de 170 metros, em relação ao nível do leito natural do Rio São Francisco, fazendo-a chegar às instalações de distribuição, para irrigação dos lotes agrícolas atendidos por ambos os projetos.

Figura 12 - Tomada de água na Barragem da UHE Xingó



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 13 - Moto-Bombas da Estação EB-100

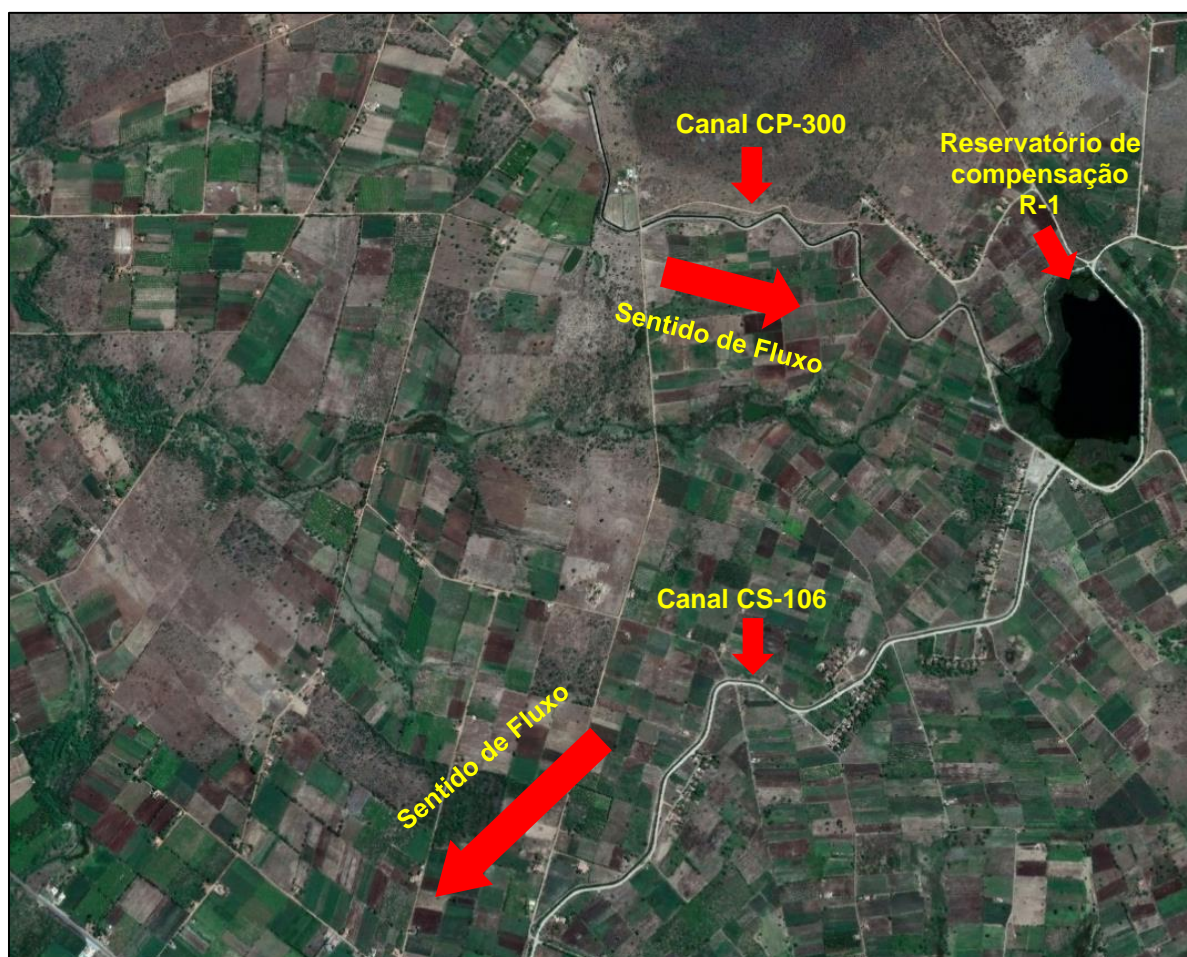


Fonte: COHIDRO, 2015.

O sistema de adução do Complexo Jacaré-Curituba é composto por dois canais principais de irrigação, o CS-106 e o CP-300, e um reservatório de compensação, R-1. O primeiro é o canal trapezoidal de irrigação CS-106. Ele possui extensão total de 2,48 km e interliga o reservatório de compensação (R-1) a outras agrovilas presentes no P.A. Jacaré-Curituba I.

Como pode ser observado na Figura 14, a seguir, o fluxo da água captada na Barragem de Xingó segue inicialmente pelo canal trapezoidal CP-300, em seguida chega ao reservatório R-1, onde, por gravidade, distribui água por diversas tubulações menores. Além disso, parte da vazão da água é drenada pelo canal CS-106.

Figura 14 - Imagem de Satélite do Reservatório (R-1) e dos Canais de Irrigação



Fonte: GOOGLE MAPS, 2018.

Conforme apresenta a Figura 15, podemos observar o canal CS-106 no trecho localizado na Agrovila Santa Luzia. Esse canal faz parte da rede de adutoras do P.A. Jacaré-Curituba.

Figura 15 - Canal Trapezoidal de Irrigação CS-106



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A rede de adutoras de distribuição do Jacaré-Curituba é organizada da seguinte maneira:

Para conduzir as águas desde o Reservatório R-1, para os Setores 3 e 4 e Setor 1 (parte) e desde o canal CS-106 até os Setores 1 e 2 e Setor 1 (Parte), projetaram-se adutoras cujo funcionamento se processa por gravidade, aproveitando-se o desnível natural do terreno para condução da vazão até a parcela, onde um bombeamento pressuriza o caudal para irrigação do lote. (SEINFRA, 2006, p. 105).

Nas áreas próximas a esse reservatório, com capacidade para armazenar 180.000 m³ de água, a distribuição de água para irrigação é feita por gravidade, devido ao desnível entre o reservatório e as áreas circundantes. Já o canal CP-300 (Figura 16) recebe diretamente a água bombeada pela Estação EB-100 (localizada nas proximidades da UHE de Xingó em Canindé do São Francisco) e direciona seu fluxo para abastecer o reservatório de compensação (R-1).

Figura 16 - Canal Trapezoidal de Irrigação CP-300



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Esse canal de irrigação distribui parte da água que é armazenada no reservatório de compensação R-1 (conforme Figura 17). Entretanto, desde 2015, segundo relatos dos assentados em pesquisa de campo (2018), com a quebra de uma das duas motobombas operantes na Estação EB-100, não há pressão suficiente no sistema de adução da água até o Jacaré-Curituba. Dessa forma, passou a ser necessário realizar o rodízio com os agricultores do Projeto Califórnia, pois esse localiza-se a menor distância da EB-100.

Figura 17 - Reservatório de Compensação R-1



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Atualmente, devido ao rodízio no bombeamento que vem sendo realizado entre os agricultores do Perímetro Irrigado Califórnia e os assentados do Jacaré-Curituba, o reservatório é completamente cheio em apenas dois dias na semana (quartas e quintas-feiras), e nos demais dias o Projeto Califórnia utiliza a irrigação em sua respectiva área.

Anteriormente ao rodízio, segundo relatos dos assentados em pesquisa de campo (2018), os entrevistados utilizavam a irrigação, na sua maioria, com frequência de 5 a 7 dias por semana, revezando em turnos de 2 a 6 horas, entre os lotes da mesma agrovila que compartilhavam bombas menores de irrigação. Com a implementação do rodízio, a irrigação passou a ocorrer entre 2 a 3 vezes por semana, com estabelecimento de revezamento na irrigação de lotes na maioria das agrovilas, localizadas mais próximas ao reservatório de compensação. Entretanto, nas demais agrovilas, não há realização de revezamento entre os lotes.

Essa variação do número de horas de irrigação, nas diferentes agrovilas, ocorre devido à falta de pressão nas tubulações que distribuem a água do reservatório de compensação para as agrovilas e suas respectivas motobombas. Segundo relatos tanto dos assentados como de responsáveis técnicos pela irrigação da área, em pesquisa de campo (2018), ocorrem vazamentos nas tubulações, assim como a utilização inadequada das estruturas de irrigação. Por exemplo, em lotes que teriam pressão suficiente para irrigar, por meio do gotejamento com 6 mangueiras, uma área de produção de quiabo, são instaladas 12 mangueiras, reduzindo dessa forma a pressão dentro da tubulação, o que acarreta a redução do alcance das áreas de irrigação.

Nas agrovilas mais distantes do reservatório, como a Menino Jesus, há falta de abastecimento regular por aproximadamente três anos, não havendo mais rodízio definido entre os assentados. Segundo relato deles, após a aplicação dos questionários (2018), foi constatado que, frequentemente, parte deles não dormiam à noite para conseguir obter água para a irrigação, visto que o pouco volume que chega é rapidamente utilizado. As agrovilas mais próximas do reservatório — e, portanto, com mais pressão, por causa da gravidade — podem acionar por mais tempo a irrigação, chegando a até 5 horas por lote.

Entre os assentados entrevistados, 87,5% utilizam tanto o gotejamento quanto a microaspersão, na irrigação dos lotes produtivos. A Figura 18 apresenta o

microaspersor, que emite gotículas de água, proporcionando uma precipitação mais suave. Ele é muito utilizado em lavouras de maior extensão como as frutíferas (abóbora, acerola, melancia).

Figura 18 - Irrigação por microaspersão



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Já o sistema de gotejamento apresenta que o gotejamento umedece um volume menor em comparação a outros sistemas de irrigação; entretanto, reduz a perda por evaporação, pela maior proximidade do solo. Uma das desvantagens desse sistema, apontada por Viviane Oliveira (2016), é que as plantas ficam mais dependentes da irrigação, fazendo com que qualquer avaria no sistema afete de maneira acentuada o desempenho da lavoura. O gotejamento é bastante utilizado em cultivo de hortaliças, geralmente em áreas de pequena extensão, com culturas mais densas. Dentre elas podemos citar: banana, feijão, maracujá, milho e quiabo. Podemos ver um exemplo de irrigação por gotejamento na Figura 19.

Figura 19 - Irrigação por gotejamento



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Tendo em vista a maior fragilidade das culturas irrigadas com o gotejamento, é possível considerar que desde o início de sua implementação, em 2009, a irrigação vem apresentando problemas técnicos constantes, seja pelas constantes quebras de motobombas, seja pela falta de assistência técnica da CODEVASF, o que vem provocando o abastecimento irregular no assentamento. Dentre as irregularidades constantes, a mais recente vem afetando há cerca de três a quatro anos, a depender da agrovila analisada.

Segundo 91% dos entrevistados, em pesquisa de campo (2018), a irregularidade no abastecimento já trouxe consequências negativas para o assentamento. Dentre as principais apontadas estão: perda total ou parcial de lavouras, diminuição da produção, venda de gado e mobilidade do trabalho.

4. SUBORDINAÇÃO DA RENDA DA TERRA E DO TRABALHO CAMPONÊS AO CAPITAL

A formação da propriedade privada constitui-se condição indispensável à reprodução capitalista no campo. É mediante a lógica metabólica do capital que ocorre a institucionalização da propriedade fundiária privada. Assim, o capital estabelece seu controle societal no campo, determinando a exploração do trabalho e a apropriação da renda da terra como fundantes da acumulação da riqueza produzida.

Assim, como o modo de produção capitalista em geral baseia-se na expropriação dos trabalhadores das condições de trabalho, na agricultura ele se baseia na expropriação dos trabalhadores rurais da terra e sua subordinação a um capitalista, que explora a agricultura visando o lucro (MARX, 2017, p. 675).

De acordo com Marx (2017), a renda da terra consiste numa quantia paga ao proprietário fundiário na forma capitalista, que corresponde à obtenção do mais-produto, sendo a renda da terra a forma de realização da propriedade fundiária, pois essa forma está essencialmente relacionada à exploração do mais-valor produzido pelos trabalhadores rurais. Nesse sentido, a renda da terra, também denominada de renda fundiária, é categoria base da análise marxista no espaço agrário.

Marx (2017) dedica parte substancial do terceiro livro d'**O Capital** para a discussão de tipos de renda da terra, analisando também o processo de distribuição geral do mais-valor, assim como desvelando os segredos da “fórmula trinitária” e sua relação com a teoria do valor-trabalho. Com base no exposto, o presente capítulo busca compreender a subordinação da renda da terra e do trabalho camponês ao capital e sua consequente mobilidade do trabalho como parte do processo de acumulação capitalista.

4.1 A RENDA DA TERRA E A MISTIFICAÇÃO DA FÓRMULA TRINITÁRIA

No capítulo 48, denominado “**A fórmula trinitária**”, Marx (2017) analisa a fórmula trinitária da produção social, detalhando elementos da teoria do valor-trabalho e como a renda é produzida e se distribui na sociedade real. Segundo Brasileiro (2018), o objetivo desse capítulo é demonstrar as contradições inerentes às relações

econômicas aparentes na fórmula capital-juros, terra-renda fundiária e trabalho-salário.

Conforme a análise de Marx (2017), todos os segredos do processo de produção social estariam contidos na fórmula trinitária, como podemos observar no Quadro 2:

Quadro 2 - Fórmula trinitária da produção social



Fonte: MARX, 2017.
Elaboração: CAVALCANTE, 2019.

De acordo com Marx (2017), a fórmula trinitária possui três fontes produtoras de riqueza: capital, terra e trabalho, assim como são apresentadas três rendas produzidas socialmente: lucro, renda fundiária e salário. Dessa forma, o capital produz o lucro (considerando o lucro do empresário acrescido ao juro), a terra produz a renda fundiária e o trabalho produz o salário.

Marx (2017) realiza uma crítica à economia vulgar, a partir da fórmula trinitária. Conforme Marx, esta oculta diversas contradições nas relações sociais de produção, pois a produção da riqueza é analisada pelos economistas clássicos sem considerar que a única forma de criar riqueza é pelo trabalho humano.

A mistificação da fórmula trinitária pode ser compreendida a partir do fetiche da mercadoria. O fetiche da mercadoria consiste no fato de que a forma-mercadoria reflete aos homens os caracteres objetivos dos produtos do próprio trabalho e reflete a relação social entre produtores, com o trabalho total, como relação entre objetos. Ou seja, o fetiche da mercadoria consiste no ofuscamento da relação capital/trabalho,

como uma relação social entre homens, que passa a ser representada como uma relação entre coisas (MARX, 2013).

O fetiche da mercadoria e a mistificação da fórmula trinitária possuem como objetivo comum o ocultamento da relação capital/trabalho e da consequente extração do mais-valor. A mistificação deve ser compreendida em relação ao capital social total, considerando todas as formas de extração do mais-valor que estão presentes na fórmula trinitária; enquanto que o fetiche da mercadoria tem que ser compreendido como proveniente da contradição entre o valor e o valor de uso (MARX, 2013, 2017).

Nesse sentido, Brasileiro (2018, p. 5) afirma que é “[...] possível dizer que a mistificação tem como base o fetiche da mercadoria, que provém da contradição entre o valor e o valor de uso”. A contradição entre valor de uso e valor é analisada por Marx a partir dos seus desdobramentos dialéticos, sobretudo porque a contradição entre valor e valor de uso pressupõe a abstração das formas concretas do trabalho, bem como da ocultação do trabalho, como única fonte produtora de valor, por meio do equivalente em dinheiro.

Inerente ao conceito de valor está o trabalho abstrato, do qual todas as formas concretas de trabalho são abstraídas, tornando-se presente de forma cristalizada na mercadoria (MARX, 2013).

[...] “o” trabalho, que não passa de uma abstração e que, considerado em si mesmo, não existe em absoluto [...] a atividade produtiva do homem em geral, mediante a qual ele medeia o metabolismo com a natureza, desprovida não só de toda forma social e de toda determinação social do caráter, mas inclusive em sua simples existência natural, independente da sociedade, desligada de todas as sociedades e como exteriorização e confirmação vitais tanto do homem que ainda não é social quanto do homem socialmente determinado de alguma forma. (MARX, 2017, p. 878).

Conforme Brasileiro (2018), a partir da leitura marxiana, a irracionalidade da fórmula trinitária faz com que nem mesmo os mais notórios representantes da escola vulgar consigam deslindar a fórmula por completo, dado que permaneceram, em algum grau, presos às aparências dos objetos de análise. Brasileiro (2018) expõe que tanto os capitalistas quanto os proprietários de terras são personificações das categorias econômicas, possuindo distintas relações e interesses de classe. Assim, podemos compreender que a fórmula trinitária mascara e confunde a produção do valor com a sua distribuição entre as classes.

Apesar das distintas relações e interesses de classe, todas as relações da fórmula trinitária possuem um ponto em comum: o capital provém, a cada ano, lucro para o capitalista; a terra, provém renda fundiária ao proprietário da terra; e a força de trabalho — normalmente enquanto está empregada — provém do salário do trabalhador. Nesse sentido, essas três partes do valor total produzido anualmente, assim como suas partes que são referentes ao produto total produzido, podem ser anualmente consumidas pelos seus donos, sem que haja o esgotamento da fonte da sua reprodução (MARX, 2017).

Marx (2017) explica que, primeiramente, deve-se considerar a disparidade das três fontes; entretanto, quando analisamos mais atentamente seus respectivos produtos, os rendimentos pertencem todos à mesma esfera, a do valor. Ou seja, o autor reafirma que essa fórmula só pode ser compreendida no interior das suas contradições, tendo como fundamento o valor.

Clara Miguel (2016) afirma que as formas de mais-valor, conforme o Livro III d'O *Capital*, não estão simplesmente fragmentadas e aleatoriamente posicionadas uma em frente a outra, mas ocorrem em uma unidade. Essa unidade sistematiza a totalidade das aparências como imagem da totalidade do processo social de produção. A imagem invertida aprisionada na superfície da circulação e baseada na economia vulgar é a fórmula trinitária.

Em capital-lucro, ou, melhor ainda, capital-juros, terra-renda fundiária, trabalho-salário – essa trindade econômica que conecta os componentes do valor e da riqueza em geral com suas fontes –, está consumada a mistificação do modo de produção capitalista, a reificação das relações sociais, o amálgama imediato das relações materiais de produção com sua determinação histórico-social [...] (MARX, 2017, p. 892).

Capital, terra e trabalho mostram-se como origem, respectivamente, de juros, renda fundiária e salário, como seus produtos (MARX, 2017). Assim, todos esses três rendimentos, juros, renda e salário, formam parcelas do valor do produto, ou seja, partes do valor de forma geral; são expressas em dinheiro, constituindo-se determinadas partes do dinheiro, o preço.

Sobre as contradições da fórmula trinitária, segundo Karl Marx, a terra atua como agente da produção na criação de valor de uso de um produto material, tal como o trigo. Entretanto, a terra não participa da produção do valor do trigo, pois a terra não é produto do trabalho humano, mas constitui-se como agente de produção, não sendo, portanto, mercadoria. Sendo assim, o valor do trigo é expressão do trabalhado social

materializado, e como a terra não é produto do trabalho, não participa do processo produtivo como capital.

Martins (1980, p. 60-61) constata que:

A terra é completamente diferente dos outros meios de produção. A apropriação de uma máquina pelo capitalista e, através dela, do trabalho do operário, pode parecer legítima na medida em que, tendo os trabalhadores que a produziram trabalhado sob tutela do capital, mediante o salário, o resultado do seu trabalho aparece como produto do capital. O mesmo não acontece com a terra. Já constatavam os economistas clássicos dos séculos XVIII e XIX **que a propriedade capitalista da terra é uma irracionalidade porque a terra não é produto do trabalho e, por isso mesmo, não pode ser produto do capital. A terra é um bem natural.** (MARTINS, 1980, p. 60-61, grifo nosso).

Como a terra se constitui como um bem natural e não como fruto do trabalho humano ela não pode ser considerada uma mercadoria. A terra, assim como: o ar, os campos naturais são “[...] uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria” (MARX, 2013, p. 119).

A expressão designa a ilusão de que o capital, a propriedade da terra e o trabalho são fontes do valor produzido em uma sociedade, e não como meras fontes de renda para os seus proprietários. O mais-valor produzido pelos trabalhadores no tempo excedente de trabalho, não é necessário para cobrir os custos da reprodução, sendo dividido como lucro do empresário e como pagamento da renda da terra. (NADAL, 2008, p. 112, tradução nossa).⁹

Dessa maneira, a fórmula trinitária mistifica ainda mais a totalidade das relações sociais de produção. Marx (2017), em sua análise, desmistifica a trindade econômica da economia vulgar, sempre retomando o valor como ponto comum a todas as relações materiais de produção.

A renda da terra faz parte da fórmula trinitária e, portanto, é uma forma de apropriação do mais-valor, que é produzida pelos trabalhadores rurais. Nessa relação, o capitalista proprietário de terras é considerado como personificação do capital; sendo assim, apropria-se do mais-valor e da renda da terra produzida pelos trabalhadores rurais. Segundo Oliveira Jr. (2012, p. 80) “Na agricultura, o mais-valor traveste-se em uma das suas formas — a renda da terra, quando da monopolização

⁹ “La expresión designa la ilusión de que el capital, la propiedad del suelo y el trabajo son fuentes del valor producido en una sociedad, y no como meras fuentes de ingreso para sus poseedores. El plusvalor producido por los trabajadores en el tiempo de trabajo extra, no necesario para cubrir los costes de la reproducción, es repartido como beneficio empresario y como pago de la renta de la tierra” (NADAL, 2008, p. 112).

do território. Podendo ainda travestir-se na forma mais-valor, quando da territorialização do capital”.

A renda da terra é uma forma de renda paga ao proprietário fundiário em distintas formas. Assim, o proprietário de terras recebe essa renda do restante da sociedade, através da apropriação do mais-valor, dos trabalhadores, tanto no campo quanto na cidade.

4.2 AS FORMAS DE RENDA DA TERRA

Marx (2017) analisa a renda da terra, de forma mais aprofundada, no Livro III d' *O Capital*. A análise de Marx sobre renda da terra tem como pressuposto que o modo capitalista domina a agricultura e os demais setores da economia, buscando o lucro, e para obter essa renda é necessária a prévia separação dos meios de produção da classe trabalhadora. Nesse livro, o autor distingue a renda da terra nas seguintes formas: renda diferencial I e II, renda absoluta, renda de monopólio e renda pré-capitalista.

A renda diferencial II pressupõe que diferentes proprietários possuem diferentes porções do globo terrestre e que esses concorrem entre si. Segundo Oliveira (2007, p. 44), por se constituir como uma “[...] fração suplementar permanente do lucro do capitalista que explora a terra sob condições capitalistas de produção [...]”, a renda diferencial II está baseada em relações de trabalho assalariado em busca de melhores condições em relação aos concorrentes.

[...] a **renda da terra diferencial** é produto do caráter capitalista da produção. Numa palavra, resulta da concorrência entre os produtores capitalistas. Isto significa dizer, que ela só existe a partir do momento em que a terra é colocada para produzir (OLIVEIRA, 2007, p. 44, grifo do autor).

De acordo com Paulani (2016), a renda diferencial constitui-se também como lucro extraordinário, entretanto, é um lucro apropriado no setor agrícola, no qual a terra se constitui como parte dos meios de produção. Nesse sentido, a propriedade privada da terra faz com que o valor gerado pelo trabalho, produzido no processo produtivo, supere o nível de pagamento do salário acrescido ao lucro médio. Sendo assim, não é apropriado como lucro extraordinário, mas sim como renda fundiária.

Como resultado da concorrência entre proprietários de terras, a renda diferencial é obtida tendo como referência de preço de produção o preço de produção do pior solo, sendo, portanto, aquele que regula o preço do mercado. A diferença entre o preço de cada produtor individual (com solos mais férteis a sua disposição, por exemplo) e o preço de produção geral é estabelecida a partir dos preços de produção dos piores solos em produção (OLIVEIRA, 2007).

A renda diferencial I é o lucro extraordinário resultante de diferentes níveis naturais de fertilidade e diferentes localizações em relação ao mercado. Nesse sentido, não há o investimento inicial do capitalista, ocorrendo independentemente da propriedade privada da terra (MARX, 2017). O lucro obtido nessa renda é permanente, tendo em vista que ocorrem características extraordinárias que são monopolizadas em certas porções de terra do globo terrestre. Segundo Oliveira (2007, p. 45), “a desigualdade natural dos diferentes tipos de solos permite àqueles que detêm os solos mais férteis a possibilidade de auferirem renda da terra diferencial I de forma permanente, evidentemente, desde que este solo esteja produzindo.”

Conforme Marx (2017), a fertilidade natural superior age com mais relevância do que o efeito da localização na formação da renda diferencial II, porque, enquanto a fertilidade é uma força natural monopolizada, a localização pode ser alterada com o desenvolvimento das tecnologias, tornando-a profundamente modificado. É por conta disso que os capitalistas começam a investir em formas de aumentar a fertilidade natural do solo, por meio de adubos químicos, corretivos, melhoramento de sementes etc.

Nessa direção, a renda diferencial II é o lucro extraordinário definido em função de diferentes investimentos em capital no processo produtivo. Esses investimentos possuem caráter transitório, quando ocorrem investimentos tecnológicos acima da média, se equiparando ao desenvolvimento da maquinaria na indústria (MARX, 2017). Enquanto na renda diferencial I os terrenos com solos mais férteis e localizados mais próximos ao mercado consumidor obtêm esse lucro extraordinário, na renda diferencial II ocorre a necessidade de inversão de capital para o aumento da produtividade. A utilização de adubos químicos, agrotóxicos, mecanização ou obras de irrigação são artifícios utilizados para compensar a não obtenção da renda diferencial, tendo em vista a baixa fertilidade natural e/ou a distante localização do mercado consumidor.

Oliveira (2007) afirma que, assim como na renda diferencial I, a renda diferencial II também resulta da diferença entre o preço de produção baseado no “pior” solo em produção e o preço de produção individual. A renda diferencial II decorre, portanto, da concorrência entre os capitalistas que utilizam a terra como meio de produção por meio de relações capitalistas de produção, baseadas no trabalho assalariado.

Os capitalistas que investem nas suas terras, capital acima da média, obtêm o preço individual de produção, inferior ao preço regulador do produto, possibilitando a obtenção de um valor excedente adicional. Entretanto, uma diferença importante é que, diferentemente do que acontece no caso das diferenças produzidas pela natureza e monopolizadas pela propriedade privada, o diferencial de produtividade obtido não é permanente (PAULANI, 2016).

Assim, de forma simples, esse tipo de renda diferencial fica definida não pelo investimento de um mesmo capital em diferentes tipos de terra, se não pelo investimento de diversos montantes de capital sobre um mesmo tipo de terra ou, o que é o mesmo, como a renda diferencial que surge da possibilidade de ampliar a produção não mediante a ampliação extensiva do tamanho do capital até outras terras se não mediante a sua aplicação intensiva. (CALIGARIS; PÉREZ TRENTA, 2017, p. 221, tradução nossa).¹⁰

Como apresentado por Caligaris e Pérez Trento (2017), a renda diferencial II possibilita a ampliação da produtividade como a mesma extensão de terras, aumentando a concorrência entre os capitalistas particulares. Além disso, evidencia-se a monopolização da propriedade privada pelo capital, pois há a aplicação de grandes montantes de capital, como parcelas do mais-valor no processo produtivo.

A renda absoluta é, por sua vez, outra forma de extrair parcela do mais-valor no processo produtivo. Essa decorre da diferença entre o preço social e o preço médio do produto, pois, na agricultura, diferentemente da indústria, o preço social não é definido pelo preço médio e sim pelo preço dos piores terrenos, levando em consideração, para isso, o custo de produção acrescido à renda (OLIVEIRA, 2007).

¹⁰ “Así, de manera simple, este tipo de renta diferencial queda definida no por la inversión de un mismo capital sobre distintos tipos de tierra, sino por la inversión de diversos montos de capital sobre un mismo tipo de tierra o, lo que es lo mismo, como la renta diferencial que surge de la posibilidad de ampliar la producción no mediante la ampliación extensiva de la magnitud de capital hacia otras tierras sino mediante su aplicación intensiva.” (CALIGARIS; PÉREZ TRENTA, 2017, p. 221).

Sobre a renda absoluta, a tese de Marx (2017) é de que a composição orgânica do capital na agricultura é menor do que na indústria e o capital constante é maior na indústria, pois na agricultura não foram feitos tantos investimentos.

A natureza da renda absoluta consiste, portanto, no seguinte: capitais de mesma grandeza em diferentes esferas da produção produzem, conforme sua distinta composição média, com a mesma taxa de mais-valor ou a mesma exploração do trabalho, diferentes massas de mais-valor. (MARX, 2017, p. 831).

O ponto central da análise de Marx a respeito da renda absoluta se dá a partir da compreensão da composição orgânica de capital. A composição orgânica do capital é razão entre a quantidade do capital constante (maquinário etc.) e o capital variável (a força de trabalho), portanto, como a composição orgânica do capital é menor no espaço agrário em relação à indústria, todos os proprietários de terra obtêm esse lucro, simplesmente pela baixa composição orgânica do capital (MARX, 2017).

Com base em Marx (2017), Basu (2018) analisa a composição orgânica do capital como fator fundamental na análise da renda da terra absoluta. Nesse sentido, a renda absoluta está essencialmente vinculada ao monopólio da terra pelos capitalistas; assim, todos os proprietários de terras recebem essa renda por causa do monopólio da terra e da reduzida composição orgânica do capital na agricultura. O proprietário de terras obtém a renda da terra absoluta pelo simples fato de possuir a propriedade de terras; entretanto, somente os proprietários com preço de produção abaixo do custo de produção do pior lote em utilização no mercado usufruem da extração da renda absoluta.

Quando a composição orgânica na agricultura é baixa o suficiente, em comparação aos demais setores da economia, então a agricultura irá gerar quantidade suficientemente grande de lucro excedente. O lucro excedente decorre da diferença entre o preço de mercado e o preço teórico de produção, considerando para isso qualquer lote de terra (BASU, 2018).

A diferença entre a renda absoluta e a renda diferencial reside, justamente, na renda absoluta possuir como pressuposto a existência da propriedade privada da terra, enquanto a renda diferencial pressupõe o caráter capitalista da agricultura. Nesse sentido, a renda diferencial ocorre pela desigualdade de acesso às condições de produção, devido ao monopólio de características naturais, seja a fertilidade do

solo ou sua localização, entre os proprietários capitalistas, estimulando a concorrência entre eles.

Um mecanismo irracional de obtenção da renda absoluta é deixar a parcela de terra sem produzir e, com isso, evitar a possibilidade de prejuízos com a produção agrícola. Nesse processo, o capital, especialmente dos grandes proprietários de terras, é valorizado, mesmo com a terra improdutiva. Dessa forma, eleva-se o preço dos cultivos agrícolas “[...] diante do aumento das necessidades desses produtos por parte de uma sociedade concentrada em centros urbanos, o que provoca o aumento e valorização do preço da terra e da renda” (OLIVEIRA Jr., 2012).

No mesmo sentido, Kautsky (1998) afirma que a renda absoluta: “[...] nasce da propriedade particular da terra. Nasce do conflito que existe entre os interesses do dono da terra e os da população total” (KAUTSKY, 1998, p. 120). Enquanto o proprietário de terra deixa a terra improdutiva, há o aumento do preço dos cultivos agrícolas, o que acarreta o aumento do custo de vida no campo e na cidade, assim, o “[...] trabalhador e o capitalista dividem entre si o prejuízo sofrido em função da renda fundiária absoluta” (KAUTSKY, 1998, p. 120).

4.3 A LÓGICA DA PRODUÇÃO CAMPONESA COMO FUNDAMENTO DA RENDA PRÉ-CAPITALISTA

Além das formas capitalistas da renda da terra, apresentadas anteriormente, Marx (2017) apresenta mais três formas de renda da terra pré-capitalistas: renda em trabalho, renda em produtos e renda em dinheiro. A unidade de produção camponesa, baseada na utilização do trabalho familiar, produz, segundo Oliveira (2007), a renda da terra pré-capitalista:

[...] também denominada de **não-capitalista, camponesa**, é diretamente produto excedente. Nasce, portanto, diretamente da produção, ao contrário da renda da terra capitalista, que nascendo na circulação é, sempre sobra acima do lucro médio, ou seja, fração da mais-valia. (OLIVEIRA, 2007, p. 58, grifo do autor).

A unidade de produção camponesa possui como elemento base o trabalho familiar; além disso, é simultaneamente uma unidade de consumo e unidade de produção. Shanin (1983) destaca que essa união da unidade de produção se integra

à vida camponesa. A família realiza o trabalho necessário com as atividades sendo direcionadas, principalmente, para a satisfação das necessidades básicas da família.

De acordo com Paulino e Almeida (2010), é necessário atentar que o campesinato não subsiste da renda fundiária, tendo em vista que a produção é a sua forma de subsistência imediata, e somente parte excedente do produto do trabalho torna-se mercadoria.

Diferentemente do proprietário fundiário, que busca o lucro na agricultura explorando a partir da força de trabalho assalariada, a propriedade familiar não explora o trabalho de outrem. De acordo com Martins (1980), a propriedade familiar tem resultados sociais totalmente distintos da propriedade capitalista, pois a produção e reprodução das condições de vida da família camponesa não são definidas pela necessidade do lucro. Sendo assim, a renda da terra obtida na propriedade familiar não é capitalista, baseada no trabalho assalariado, mas pré-capitalista ou camponesa.

Essa diferença na lógica da propriedade capitalista e da propriedade familiar pode ser expressa em dois conceitos: terra de negócio e terra de trabalho. Conforme Martins (1980), a terra é transformada em terra de negócio quando o capital se apropria da terra, subjugando-a ao intuito do lucro. Já a terra se transforma em terra de trabalho quando é apossada pelo trabalhador. Esses dois regimes distintos de propriedade entram em conflito um com o outro, tendo em vista que possuem interesses antagônicos.

Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura (MARTINS, 1980, p. 60).

Quando a força de trabalho na unidade de produção for baseada no trabalho familiar, as principais categorias econômicas capitalistas não podem ser utilizadas para analisá-la. Transpor essas categorias econômicas é um equívoco teórico que está imbricado à negação da luta de classes e da histórica da luta pela terra do campesinato.

A lógica capitalista difere da lógica camponesa de produção. A produção capitalista de mercadorias ocorre mediante o ciclo de circulação do dinheiro como capital, que pode ser representado conforme o Quadro 3 apresentado a seguir:

Quadro 3 - Ciclo de circulação do dinheiro como capital

Fonte: MARX, 2013.
Elaboração: CAVALCANTE, 2019.

Segundo Marx (2013), o ciclo inicia-se com a mercadoria-dinheiro e encerra-se também com a mercadoria-dinheiro. Sendo “D” equivalente a dinheiro e “M” equivalente a mercadoria, podemos constatar que a primeira metamorfose do processo **D-M**, equivale, no nosso exemplo, à compra da produção camponesa pelo capitalista, enquanto que a segunda metamorfose **M-D** é a venda dessa mercadoria, tendo como principal objetivo a obtenção do valor de troca.

De maneira distinta do ciclo do capital, na lógica camponesa ocorre o ciclo de circulação simples de mercadorias, como podemos observar no Quadro 4, a metamorfose **M-D** representa a venda da produção camponesa por um preço abaixo do mercado equivalente a “D” e que posteriormente é trocado pelas mercadorias essenciais a reprodução social camponesa pela metamorfose **D-M** (MARX, 2013).

Quadro 4 - Ciclo de circulação simples de mercadorias

Fonte: MARX, 2013.
Elaboração: CAVALCANTE, 2019.

O ciclo M-D-M inicia com mercadoria M-D e finaliza também com mercadoria D-M, sendo possível perceber com isso que o consumo, portanto, o valor de uso é a sua finalidade, sendo assim o camponês produz mercadorias tendo como objetivo principal suprir as necessidades da sua família. O ciclo D-M-D inicia-se em D-M e

encerra-se com o equivalente em dinheiro em M-D, possuindo como último fim a obtenção do valor de troca (MARX, 2013).

Vale a pena ressaltar que ambos os ciclos fazem parte de consecutivas metamorfoses da mercadoria no modo de produção capitalista. Suponhamos que um camponês produz milho e o vende para um comerciante. Para o camponês, a expressão dessa troca de mercadoria é de venda, portanto, M-D; já a expressão relativa ao comerciante é de compra: D-M. Sendo assim, as sucessivas metamorfoses da mercadoria expressam o movimento do seu processo de troca (MARX, 2013).

Na unidade de produção camponesa, a sua força motriz é a satisfação das necessidades da família por meio da efetivação do valor de uso. Entretanto, como o preço recebido pelo produto do seu trabalho na terra lavrada é abaixo do preço de mercado, o camponês necessita intensificar o seu trabalho e, portanto, a sua subordinação ao capital, para conseguir se reproduzir socialmente, mantendo as relações camponesas.

Chayanov (1974), considerando a grande integração entre a vida familiar camponesa e sua produção agrícola, busca desvendar a racionalidade camponesa. Fundamentado na teoria do balanço trabalho/consumo, Chayanov diferencia a racionalidade camponesa da capitalista:

E, tendo em vista que, na unidade econômica familiar que não utiliza a força de trabalho contratada, a composição e o tamanho da família determinam integralmente a quantidade da força de trabalho, sua composição e o grau de penosidade, assim, devemos aceitar que o caráter da família é um dos fatores principais na organização da unidade econômica camponesa. (CHAYANOV, 1974, p. 47, tradução nossa).¹¹

É necessário apontar que a unidade de produção camponesa possui racionalidade específica, e ela não se encontra isolada das demais determinações sociais. Nesse sentido, de acordo com Amin e Vergopoulos (1977), a pequena produção camponesa é caracterizada como “antieconômica”, tendo em vista que representa uma barreira ao pleno crescimento capitalista no espaço agrário.

O que ocorre é que, segundo Amin e Vergopoulos (1977),

¹¹ “Y puesto que en la unidad económica familiar que no recurre a fuerza de trabajo contratada, la composición y el tamaño de la familia determinan íntegramente el monto de fuerza de trabajo, su composición y el grado de actividad, debemos aceptar que el carácter de la familia es uno de los factores principales en la organización de la unidad económica campesina.” (CHAYANOV, 1974, p. 47).

[...] de um lado, o MPC [modo de produção capitalista] transforma a agricultura a seu modo, isto é, de forma diferente em relação à indústria e, de outro lado, o camponês persiste em apegar-se a seu pequeno pedaço de terra [...]. Os dois movimentos coexistem, na tendência geral, em favor da manutenção da exploração agrícola familiar. (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 137).

Como o camponês não se reproduz socialmente através da lógica capitalista, mas sim por análises subjetivas, as suas ações são fundamentadas pelas necessidades da família. Nesse sentido, quando a unidade de produção camponesa vai investir na sua produção, ela calcula se o aumento da penosidade do trabalho compensaria em relação às melhorias subjetivas de forma que supriria as necessidades da família.

Tendo em vista a racionalidade da produção camponesa, considera-se a existência da renda da terra pré-capitalista ou camponesa, visto que não ocorre a utilização do trabalho assalariado para que haja a produção. Para fins didáticos, a renda camponesa pode ser subdividida em três categorias: renda em trabalho, renda em produtos e renda em dinheiro.

De acordo com Oliveira (2007), a renda em trabalho

[...] consiste na forma mais simples de renda fundiária, pois o produtor, direto com seus instrumentos de trabalho que lhe pertencem de fato ou de direito, durante parte da semana, mês ou ano, trabalha as terras de outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca apenas o direito de lavrar parte dessas terras para si próprio. (OLIVEIRA, 2007, p. 44).

A renda em trabalho é aquela em que o produtor trabalha direto nas terras de outra pessoa, em alguns dias da semana, mês ou ano, e nos demais ganha o direito de utilizar a terra de outrem para realizar os seus cultivos (MARX, 2017). Essa forma de renda da terra era utilizada principalmente na zona cacaueteira, na Bahia, onde os camponeses abriam as clareiras na mata, plantavam o cacau e, entre as suas fileiras, plantavam cultivos para autoconsumo. Após o período necessário para que o cacau começasse a dar frutos os camponeses, entregavam a plantação pronta para os proprietários.

A renda em produtos, por sua vez, é uma forma de renda pré-capitalista que consiste na entrega de parte da produção ao proprietário da terra. Conforme Marx (2017), esse tipo de renda pressupõe a mais-produção, ou seja, a produção acima das necessidades indispensáveis do produtor direto. Dessa maneira, nessa forma de renda

[...] não é de modo nenhum necessário que a renda em produtos, na qual se representa o mais-trabalho, esgote o trabalho excedente da família rural. Pelo contrário, em comparação com a renda em trabalho, o produtor adquire uma liberdade muito maior de movimentos, ganhando tempo para o trabalho excedente, cujo produto pertence a ele mesmo, do mesmo modo que o produto de seu trabalho, que satisfaz suas necessidades mais indispensáveis. (MARX, 2017, p. 856).

Oliveira (2007) aponta que renda em produto e renda em trabalho, do ponto de vista econômico, não apresentam nenhuma modificação, pois a renda de produtos é basicamente a renda em trabalho convertida em produto. São, portanto, basicamente a mesma coisa, pois a renda em trabalho é a essência da renda da terra.

Diferentemente dos tipos de renda pré-capitalista analisados anteriormente, a renda em dinheiro consiste no pagamento do produtor direto ao proprietário fundiário na forma do preço do próprio produto, havendo a necessidade de que o excedente do produto seja convertido da forma natural na forma-dinheiro (MARX, 2017).

De acordo com Oliveira (2007), essa forma de renda da terra é muito comum na agricultura brasileira, onde grande número de camponeses sem-terra arrenda terras de outros proprietários fundiários para a produção de alimentos, por meio do trabalho familiar, sendo conhecidos no Nordeste do Brasil como rendeiros. Os arrendatários camponeses exploram a força de trabalho familiar, enquanto que os arrendatários capitalistas arrendam terras para explorar o trabalho assalariado. Assim, distingue-se da renda capitalista da terra, que consiste em sempre ser excedente acima do lucro médio, sendo caracterizada pelo pagamento, do camponês ao proprietário da terra, de uma certa quantia estipulada previamente, em contrato ou não, em dinheiro.

Assim, um excedente de produtos (forma natural) já não basta, é necessária sua conversão em forma-dinheiro, ou seja, parte do seu produto precisa servir como meio de reprodução (para o proprietário) e parte como meio de subsistência (para o produtor direto). (SOUZA, 2008, p. 178).

A renda da terra na unidade de produção camponesa se difere da renda da terra capitalista, pois o capitalista busca unicamente a renda da terra, que se constitui como parte do mais-valor extraído do trabalho camponês. Já o camponês busca a reprodução familiar por meio de uma lógica de sobrevivência.

Tomemos como exemplo dois terrenos de dimensões e fertilidades iguais, sendo um utilizado por um capitalista e outro, por uma unidade de produção

camponesa. No terreno do capitalista, baseado na busca do lucro, serão produzidas grandes áreas monocultoras cultivadas com o intenso uso de mercadorias industrializadas, para aumentar a produtividade.

Então podemos dizer que a renda, inerente à terra camponesa, é convertida em aumento da produção e da quantidade de rendimento por unidade de trabalho que, por sua vez, produz aumento na qualidade de vida da família camponesa que, atingindo o equilíbrio trabalho-consumo, diminui a penosidade do trabalho familiar. Portanto, apesar do rendimento indivisível da unidade familiar, a renda fundiária e o excedente gerado por ela, não podem ser ignorados dentro do balanço trabalho/consumo. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 43).

Sendo assim, o capitalista não hesitaria em aumentar a produção se o mercado tem condições propícias para isso. Já na unidade de produção camponesa, a lógica imperante consiste no balanço entre trabalho-consumo; sendo assim, se o aumento da penosidade do trabalho familiar não compensar os benefícios para a reprodução da família camponesa, não hesitaria em manter o nível de exploração da força de trabalho familiar.

4.4 SUBORDINAÇÃO DA RENDA DA TERRA E DO TRABALHO CAMPONÊS AO CAPITAL

A subordinação da renda da terra ao capital está associada ao desenvolvimento do capitalismo, na sua fase monopolista. Segundo Oliveira (2017), nesse processo há a unificação das figuras do proprietário fundiário e do capitalista, tendo como objetivo comum a extração da renda da terra, seja através da unificação entre o proprietário de terras e o capitalista em grandes propriedades, seja pelas condições produzidas para apropriarem-se do mais-produto da propriedade camponesa.

Segundo Rincón (2018) para o camponês se reproduzir ele necessita de valores de uso os quais ele não produz e que a unidade de produção camponesa assim como não consume tudo que produz. Dessa forma, parte da produção serve para o autoconsumo da família camponesa e o excedente da produção é comercializado, visando obter os cultivos que não são produzidos na unidade de produção camponesa.

Considerando o ciclo de produção camponesa como o ciclo simples de circulação das mercadorias, ele é correspondente ao esquema: M-D-M. Nesse

sentido, a unidade de produção camponesa tem como objetivo a obtenção do valor de uso da sua produção agrícola. O camponês geralmente comercializa a sua produção diretamente para o mercado, assim, ocorre uma troca desigual entre o camponês e o capital, na medida em que o camponês pode realizar uma série de trocas por meio de relações que nenhuma empresa capitalista faria (RINCÓN, 2018).

De acordo com Vergés (2011), a unidade de produção camponesa possui capacidade de subsistir a condições insuportáveis ao capital, tendo em vista que a produção camponesa se baseia na unidade do trabalhador e dos meios de produção e, então, permanece a união entre o produtor direto e o seu produto.

No processo imediato de produção, o camponês gera um excedente que é transferido no momento da circulação. Ao mesmo tempo, porém, o camponês reproduz a si mesmo como explorado nesse processo, o resultado do ciclo completo é um capital valorizado pelo trabalho camponês e uma economia camponesa recriada em condições de ser explorada novamente. (VERGÉS, 2011, p. 28-29).

O excedente produzido na unidade de produção camponesa é apropriado pelo capital no processo de circulação. Desse modo, a parcela do mais-produto vendida se torna mercadoria, que é vendida acima do custo de produção, o que leva ao processo de valorização do capital e recriação da condição de exploração da unidade de produção camponesa.

De acordo com Paulino e Almeida (2010), o preço de venda do excedente deve alcançar níveis rentáveis para que o camponês se liberte da sujeição da renda da terra. Entretanto, uma parcela do que o camponês produz é para o consumo interno, e quando consegue vender o excesso da produção ao mercado, acaba enfrentando, de maneira geral, a monopolização do território pelo capital.

A monopolização do território pelo capital evidencia contradições presentes na expansão das relações capitalistas no espaço agrário. Nesse processo, o capital recria e redefine as relações camponesas, assim

[...] o próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos bens industrializados no campo (ração na avicultura ou para a suinocultura). **Isso revela que o capital sujeitou a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica, ou seja, se está diante da metamorfose da renda da terra em capital.** (OLIVEIRA, 2004, p. 42, grifo nosso).

O capital reproduz as relações de produção não capitalistas, características da unidade de produção camponesa, possibilitando assim a recriação camponesa.

Entretanto, nesse processo o capital explora o trabalho familiar, reduzindo o investimento em capital variante e utilizando, dessa maneira, a terra camponesa para cultivar os produtos necessários à reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, Vilas Boas (2016, p. 137) afirma: “[...] o modo de produção capitalista utiliza a estratégia de sujeição da renda da terra ao capital como principal mecanismo para sua expansão”.

De maneira semelhante, sobre o processo de subordinação da terra e do trabalho camponês ao capital, Martins (1995) afirma:

Com a subjugação da terra pelo capital as coisas se modificam. O excedente que o trabalhador entrega já não é o objeto que possa ser imediatamente consumido, a não ser na própria produção. O excedente é tempo de trabalho; é isso que interessa ao capitalista, porque é o trabalho que cria valor. **Além do que, esse excedente não é entregue ao proprietário da terra e sim ao proprietário do capital. É das mãos deste que aquele receberá a renda. Entre a produção da riqueza e a sua transformação em renda da terra existe a mediação do capital. Por isso, a renda da terra tem que se submeter ao domínio e às regras do capital, tem que deixar de ser renda pré-capitalista.** (MARTINS, 1995, p. 163, grifo nosso).

A renda pré-capitalista camponesa é apropriada pelo capital, subordinando não só o trabalho camponês, como também a terra, às suas demandas. Com a subordinação da renda da terra ao capital, a produção camponesa passa a ser mediada pelo proprietário do capital. Desse modo, o mais-trabalho é apropriado pelo capital e é devolvido, parcialmente a unidade de produção camponesa, por meio do pagamento das mercadorias vendidas ao capital.

O capitalismo no campo se expande primeiramente pela sujeição da renda da territorial ao capital. Além disso, ao comprar a terra, ou subordinando a produção camponesa, o capital apresenta-se, principalmente interessado na sujeição da renda da terra, o que lhe possibilita sujeitar também o trabalho que se dá na terra (MARTINS, 1995).

4.4.1 A renda da terra no P.A. Jacaré-Curituba

No tocante à renda da terra no P.A. Jacaré-Curituba (conforme pesquisa), analisamos que, em relação à renda diferencial I, vale a pena destacar a análise do Plano de Consolidação do Assentamento realizado pelo INCRA (2010, p. 16) que

sintetiza as principais características dos solos presentes no Jacaré-Curituba, tendo em vista que:

Em resumo, os solos são rasos, com profundidades efetivas inferiores a um metro, com textura variando de argilosos a muito argilosos, taxas de infiltração e condutividade hidráulica variando de baixa à média, boa à alta capacidade de retenção de água e de boa fertilidade natural.

A maior limitação da produção agrícola no assentamento decorre da baixa profundidade dos solos, inferiores a 1 m, sendo que a maior parte dos solos caracterizados como potencialmente irrigáveis são pouco profundos, o que impede a implementação de cultivos com maior enraizamento.

A análise das rendas diferenciais I e II deve ser interligada, sendo um erro compreendê-las de forma dicotômica. De acordo com Harvey (2013), a renda diferencial II só pode ser obtida com base na renda diferencial I, pois mesmo que seja investida uma intensa quantidade de capital no solo, a fertilidade natural e a sua localização seguirão sendo relevantes aspectos na ocorrência da renda da terra.

Evidencia-se que as rendas diferenciais I e II estão intimamente relacionadas no assentamento Jacaré-Curituba, pois, apesar da pouca profundidade dos solos mais férteis, ocorre o aumento da renda diferencial II pela implementação do sistema de irrigação, rede elétrica, abastecimento de água e a construção de 51 km de estradas vicinais. Nesse sentido, apesar de estar localizado em municípios que historicamente produziram pela agricultura sequeira e pecuária extensiva, são propiciadas pela irrigação, condições superiores às demais propriedades, o que leva ao incremento na renda diferencial II no assentamento.

O Estado tem papel fundamental na obtenção da renda diferencial II pelos investimentos realizados e destinados à implementação de infraestrutura de irrigação, como abertura de estradas e moradia. Segundo Relatório da Procuradoria da República em Sergipe (2017), desde a sua concepção, em 1997, o Governo Federal já investiu mais de R\$ 220 milhões na implantação do projeto de irrigação do P.A. Jacaré-Curituba, sendo R\$ 200 milhões nos últimos 20 anos.

Como analisado no Capítulo 2, podemos considerar que os investimentos do Estado no Jacaré-Curituba foram realizados, tendo em vista a implementação do modelo dos perímetros irrigados, por meio da fruticultura irrigada com a produção destinada à exportação. O Estado investe em infraestrutura de irrigação e no

melhoramento de vias de transporte para escoamento da produção, aumentando, dessa forma, a renda diferencial II obtida.

A renda diferencial II possui a sua essência relacionada ao avanço capitalista na agricultura, demonstrando, assim, que o modelo dos perímetros irrigados constitui uma das formas de ampliar as relações capitalistas no campo. Esse modelo de desenvolvimento implementado, principalmente no Vale do São Francisco e do Parnaíba, é altamente excludente e tem como principal objetivo a produção de fruticultura irrigada para exportação.

De acordo com Sousa (2013), os perímetros irrigados foram idealizados e implementados para serem grandes empreendimentos voltados ao agro-hidronegócio. Nesse sentido, grandes empresas dentro e fora dos perímetros irrigados foram criadas com o intuito de extrair a renda da terra, recorrendo à sujeição do trabalho dos camponeses irrigantes, assim como, também, da exploração do trabalho assalariado de trabalhadores expropriados no campo e na cidade.

Esse modelo dos perímetros irrigados passa a ganhar maior incentivo do Estado, nos últimos anos, com os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, que possui uma linha específica para obras de recursos hídricos, destinados principalmente à implementação e à ampliação de perímetros irrigados. Ramos Filho (2013) afirma que esses investimentos aparentam viabilizar a melhoria das condições de vida e da produção dos assentados da reforma agrária, no entanto, os investimentos decorrem do Programa de Consolidação e Emancipação (Autossuficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária – PAC, que, em consonância com as políticas neoliberais apontadas no Capítulo 2, objetivam acelerar o processo de desresponsabilização do Estado em relação aos assentamentos de reforma agrária.

A efetivação desse modelo pressupõe a permanência das três dimensões fundamentais do sistema do capital: Estado/capital/trabalho. Além disso, evidencia-se o desenvolvimento desigual no espaço agrário brasileiro, pois ocorre uma elevada desigualdade de renda no campo e na cidade (CONCEIÇÃO, 2012). Dessa maneira, a paisagem geográfica é marcada pela desigualdade social, tendo como base o desenvolvimento desigual, sendo, ao mesmo tempo, a exploração dessa desigualdade geográfica para determinados fins sociais (SMITH, 1988).

Tendo em vista as contradições do sistema do capital materializadas na reprodução do espaço pelo desenvolvimento desigual e combinado, podemos

apreender que, apesar do montante de mais de R\$ 200 milhões investidos no P.A. Jacaré-Curituba, atualmente, segundo relatório da Procuradoria da República em Sergipe (2017), a CODEVASF, órgão gestor do perímetro irrigado, não dispõe de recursos orçamentários para a execução de uma série de ações corretivas, orçadas em R\$ 7.812.322,40. Dentre as medidas, destaca-se o conserto do conjunto de eletrobomba nº 02, que está quebrada desde março de 2017, o que vem acarretando na redução em 50% da capacidade de bombeamento para o projeto de assentamento.

4.4.2 A produção camponesa no P.A. Jacaré-Curituba

As condições objetivas impõem limitações à produção camponesa, entretanto, é interessante destacar que a definição dos cultivos na unidade camponesa de produção segue relacionada à obtenção da renda da terra. Os principais cultivos voltados à comercialização possuem curtos ciclos reprodutivos (milho e quiabo), possibilitando a obtenção da renda da terra, de forma mais frequente, ao longo do ano. Os camponeses entrevistados, quando questionamos sobre os motivos da definição dos cultivos, de forma geral, apontaram vários fatores que direcionam a produção. Dentre eles, estão: o curto ciclo produção (60 a 80 dias – quiabo) e obtenção da renda da terra pelo quiabo (semanalmente); a fácil comercialização do quiabo e milho para os atravessadores; a experiência familiar no cultivo do quiabo, milho e macaxeira; a falta de recursos para investir na produção de fruticultura destinada à exportação etc. Podemos observar na Figura 20, a seguir, o cultivo de quiabo irrigado por microaspersão na agrovila Canudos.

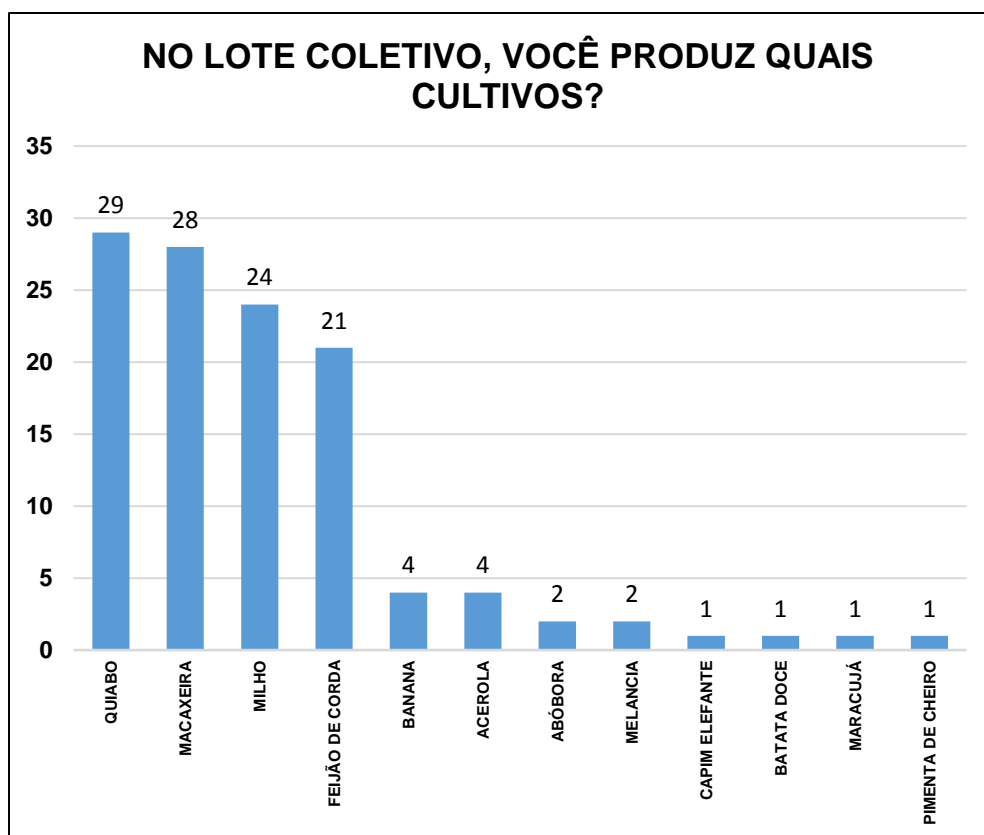
No tocante à produção agrícola no lote dos assentados, pudemos observar, conforme o Gráfico 4, que a produção se concentra em três cultivos de produtos destinados principalmente à comercialização: 90,62% cultivam quiabo, 87,5% macaxeira e 75% milho.

Figura 20 - Plantação de quiabo irrigado por microaspersão – Agrovila Canudos



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Gráfico 3 - Cultivos plantados pelos camponeses entrevistados



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.
Elaboração: CAVALCANTE, 2019.

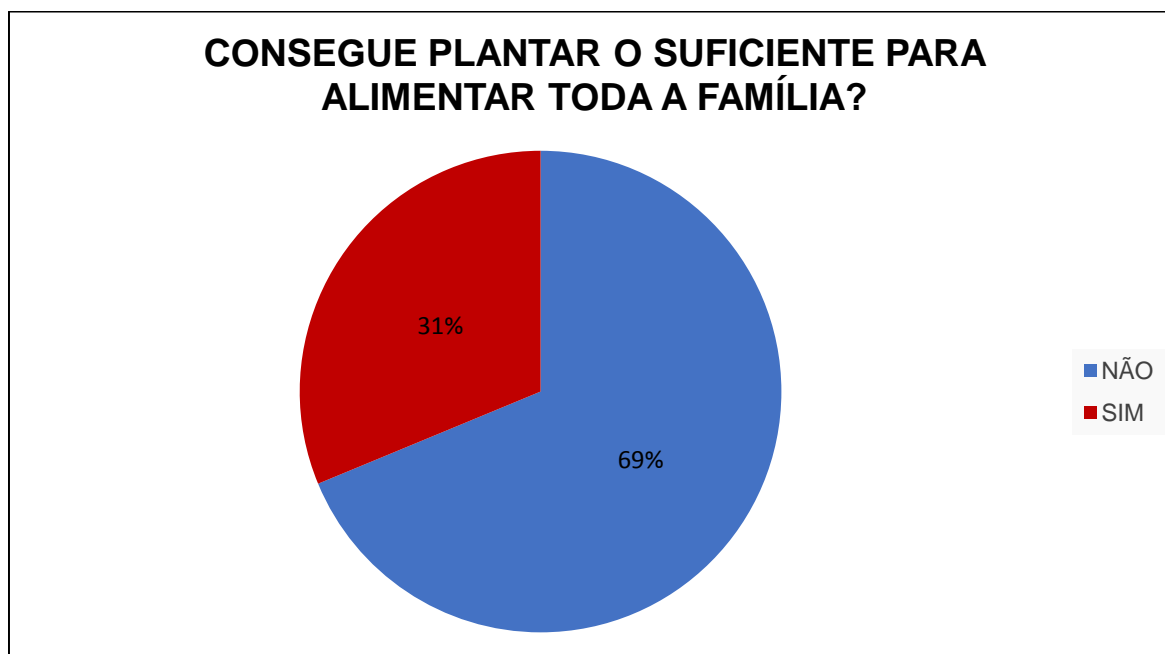
É possível afirmar que a produção dos principais produtos com extensas áreas em produção no assentamento, como o quiabo e o milho, são voltados para suprir as necessidades do mercado, reduzindo dessa forma a produção de outros cultivos de autoconsumo, em detrimento da produção para o mercado. O feijão de corda e a macaxeira são utilizados para suprir as necessidades de reprodução da unidade camponesa, sendo cultivos tradicionais da agricultura camponesa. Podemos observar na Figura 21, a seguir, o cultivo de macaxeira irrigada por microaspersão na Agrovila Canudos.

Figura 21 - Plantação de macaxeira irrigada por microaspersão – Agrovila Canudos



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No tocante à sobrevivência da unidade de produção camponesa, no Gráfico 5 consta que 69% dos entrevistados responderam que não conseguem plantar o suficiente para alimentar a família. Devido a essa especialização produtiva, ocasiona-se insegurança alimentar dos assentados.

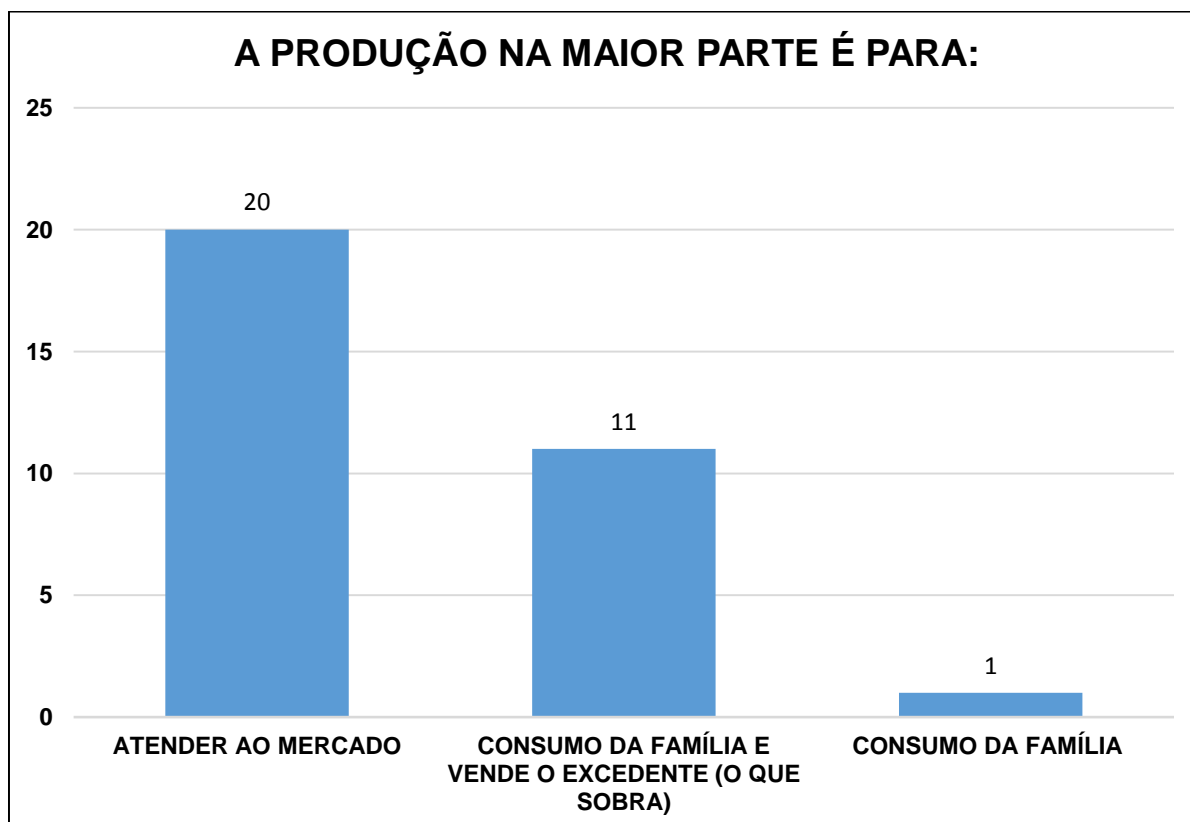
Gráfico 4 - Cultivos plantados pelos camponeses entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.
Elaboração: CAVALCANTE, 2019.

Como pudemos constatar ao longo da pesquisa, a insegurança alimentar dos assentados ocorre devido ao domínio do sistema de mercadorias sobre a produção. Assim, a soberania alimentar camponesa torna-se limitada. Nesse sentido, podemos observar a engenhosidade do capital, via agronegócio, que promove a desigualdade e a diminuição da produção de alimentos na sua expansão (SANTOS, 2012). Como a necessidade de dinheiro é constante para a manutenção da família e da unidade de produção, o cultivo do quiabo é predominante nos lotes produtivos, pois o pagamento é semanal e o atravessador busca a produção em cada lote.

É preciso compreender que a produção de *commodities* como o milho é privilegiada em detrimento da redução da produção de alimentos para autoconsumo (SANTOS, 2012). A produção desse tipo de cultivo, na unidade de produção camponesa, é necessária ao modelo do agronegócio, pela redução dos custos de produção.

Conforme pesquisa de campo realizada e apresentada no Gráfico 6, a produção se destina, na sua maior parte, para atender ao mercado, 63% do total; já 34% são para o consumo da família. O excedente do consumo é vendido, e somente 3% são voltados para o consumo familiar.

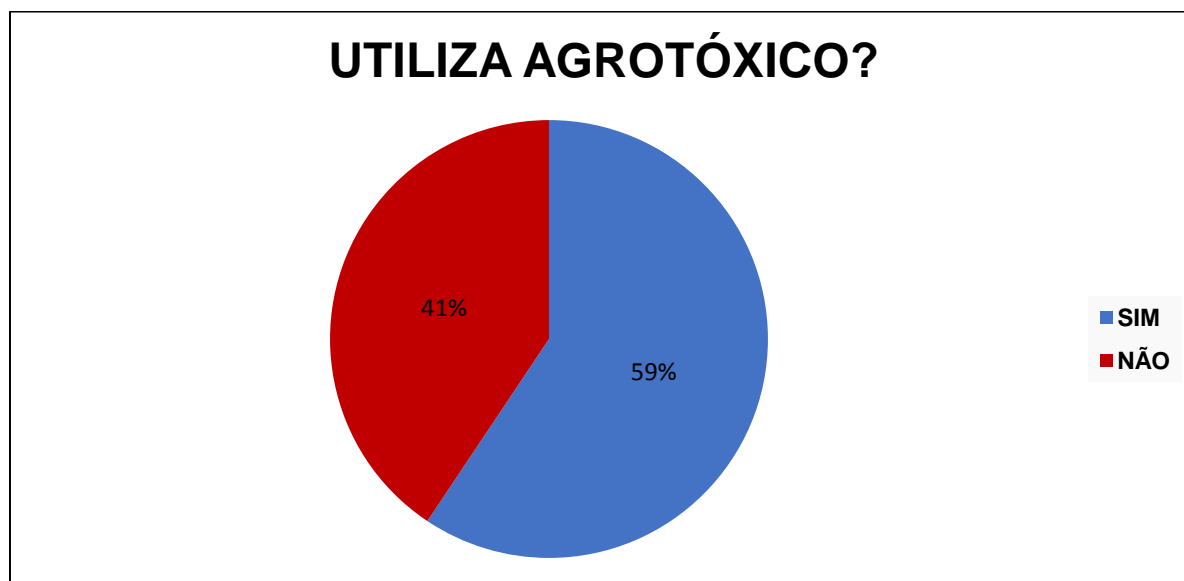
Gráfico 5 - Destinação principal dos cultivos plantados pelos camponeses

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Elaboração: CAVALCANTE, 2019.

Entre os entrevistados, conforme podemos ver no Gráfico 7, apresentado a seguir, 56% utilizam agrotóxicos nas lavouras, principalmente de quiabo, com a aplicação de metomil, inseticida comercializado pela transnacional DuPont com o nome comercial de Lannate®. Também é utilizado o benzocreol, com o princípio ativo cresol, para matar a lagarta do cartucho, além do lanasol. Na lavoura do milho é utilizado, principalmente, o glifosato, herbicida, também comercializado pela transnacional Monsanto com o nome comercial de Round Up®, sendo utilizados tanto a forma líquida como o Round Up® Gel. Além disso, também é utilizado o Lannate®¹² para o combate à lagarta do cartucho.

¹² O metomil tem classificação toxicológica pela ANVISA como grau I- extremamente tóxico. É classificado pelo seu potencial de periculosidade ambiental com o grau II – produto muito perigoso ao meio ambiente. (ANVISA, 2018).

Gráfico 6 - Utilização de agrotóxicos entre os entrevistados

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.
Elaboração: CAVALCANTE, 2019.

O glifosato é utilizado como o principal herbicida no assentamento. O princípio ativo age como desfolhante químico em plantas daninhas ao cultivo. O Round Up® é utilizado por meio de pulverização, em gel e/ou de forma conjunta. A sua aplicação é utilizada em maior escala nas plantações de quiabo e milho do assentamento. De acordo com Vasconcelos (2018), o glifosato é o agrotóxico mais consumido no Brasil e mundialmente. Entretanto, recentemente, a empresa Monsanto, maior fabricante do glifosato mundial e proprietária da marca Round Up®, foi condenada por um tribunal dos Estados Unidos a pagar uma indenização de US\$ 280 milhões a um jardineiro devido à comprovação da relação entre o câncer diagnosticado nele e o uso do glifosato. A base da condenação foi o Relatório do Grupo de Trabalho da Agência Internacional de Pesquisas do Câncer (IARC, sigla em inglês), da Organização Mundial da Saúde (2015), que afirma que há “evidências limitadas de carcinogenicidade em humanos” e “suficiente evidência de carcinogenicidade em animais” (IARC, 2015, p. 78).

Com base nesse estudo e em outras evidências, a Organic Consumers Association (2018) afirma que mais de 13 países proibiram a comercialização do glifosato; além disso, outros 8 países impuseram restrições ao uso em espaços públicos, como praças, parques, assim como no uso comercial. Na Figura 22, podemos observar o mapa que apresenta os países que limitaram ou proibiram a comercialização de agrotóxicos que possuem o glifosato como princípio ativo.

Segundo levantamento do escritório de advocacia BHAG (2019), apesar do uso massivo do glifosato na Argentina, devido ao agronegócio da soja, mais de 400 cidades na Argentina já tomaram medidas para restringir o uso de glifosato, e vem ocorrendo conflito entre moradores e agricultores que o consideram indispensável à agricultura. No Canadá, 8 das 10 províncias têm alguma forma de restrição ao uso. Na Itália, o Ministério da Saúde impôs inúmeras restrições ao uso de glifosato; além disso, em 2016, o governo italiano banuiu o uso de glifosato como tratamento pré-colheita e impôs restrições para a utilização do glifosato em áreas públicas, assim como em Portugal.

No tocante aos países que baniram a comercialização do glifosato, podemos destacar que a Bélgica proibiu o uso individual do glifosato e, em 2017, votou contra a renovação do licenciamento do glifosato na União Europeia, juntamente com Eslovênia, França, Grécia, Luxemburgo e Malta. Na Dinamarca, o ministro do Meio Ambiente considerou o glifosato como cancerígeno e recomendou a mudança para substâncias menos tóxicas. Em El Salvador e no Sri Lanka, o glifosato foi banido devido à correlação entre seu uso e doenças crônicas nos rins. No início de 2019, o governo francês banuiu a venda, a distribuição e o uso do Round Up 360®, que possui como princípio ativo o glifosato. Na Holanda, foram banidos todos os usos não comerciais do glifosato (BHAG, 2019).

Outra substância de toxicidade aguda utilizada pelos assentados no combate à lagarta de cartucho é o benzocresol. Sobre a sua utilização, Amorim (2014, p. 65-66) aponta que

[...] o benzocresol, cujo princípio ativo, o cresol, apresenta toxicidade aguda quando há a exposição frequente e em grandes quantidades, podendo causar: irritação dos olhos, da pele ou de outras mucosas, confusão, depressão, dispneia, dermatite, danos aos rins, fígado, pulmões e pâncreas, hipoatividade, salivação, tremores e convulsões.¹³

Bombardi (2011) alerta que, além do acentuado processo de subordinação da renda da terra ao capital internacional, devido ao grande consumo e aplicação de agrotóxicos, “[...] tem sido acompanhado por um problema gravíssimo de saúde

¹³ Informações encontradas na ficha de segurança do Cresol disponível em: <www.sti.iq.unesp.br/fichaseguranca/FICHA-SEGURANCA/CRESOL.pdf>.

pública. Tal problema diz respeito às intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola que, conforme será apontado, atacam trabalhadores rurais brasileiros” (BOMBARDI, 2011, p. 6).

Dos assentados que não utilizam agrotóxicos, correspondentes a 41% do total, alguns salientaram a proibição da utilização do Metomil, e por isso passaram a utilizar alternativas caseiras para combater a lagarta-rosca. Dentre elas foram citadas: urina de vaca e extrato de nim. Sobre a utilização de alternativas aos agrotóxicos, podemos observar, na fala do assentado apresentada a seguir, que:

O povo usa aqui adubo orgânico, usa misturado e passa no legume, no feijão de corda para as pragas não dar no milho. A maior parte do povo aqui não usa veneno não, tá matando o povo. (M.J., 66 anos).

A assistência técnica vinha aqui e dizia que não podia usar. A gente sabe que não pode, mas ninguém tem uma contraproposta, ninguém usa. Ninguém apresentou alternativa viável, a gente dá um pedaço de terra pra testar, mas ninguém apresenta nada. Trouxeram xixi de vaca, nim para o quiabo, mas não deu certo. [...] Não há alternativa viável de contraponto ao veneno (J., 35 anos).

Os assentados afirmam, de forma geral, que não querem utilizar mais agrotóxicos devido os riscos à própria saúde. Entretanto, não há no assentamento uma técnica orgânica viável para o combate a principal praga no assentamento, a lagarta de cartucho, que ataca principalmente o quiabo. Sendo assim, os camponeses continuam utilizando, em sua maioria, agrotóxicos para o combate a lagarta de cartucho. Na fala observa-se a preocupação do assentado com a utilização dos agrotóxicos e a falta de alternativas viáveis:

Todo mundo usa. A gente já fez muito curso que ensina a usa xixi de vaca. Tem alguns guerreiros aqui que usa, mas usa uma vez, de vez em quando. Tinha uma senhora que usava, mas já foi embora. (J., 35 anos).

Existe o problema da utilização de agrotóxicos sem a devida proteção por meio de equipamentos individuais de proteção, sendo utilizadas roupas comuns. Além disso, segundo relatos dos assentados, em pesquisa de campo (2019), a utilização excessiva, acima da dosagem recomendada pelos fabricantes, potencializa a exposição e a contaminação com os agrotóxicos que possuem ingredientes ativos considerados tóxicos e extremamente tóxicos.

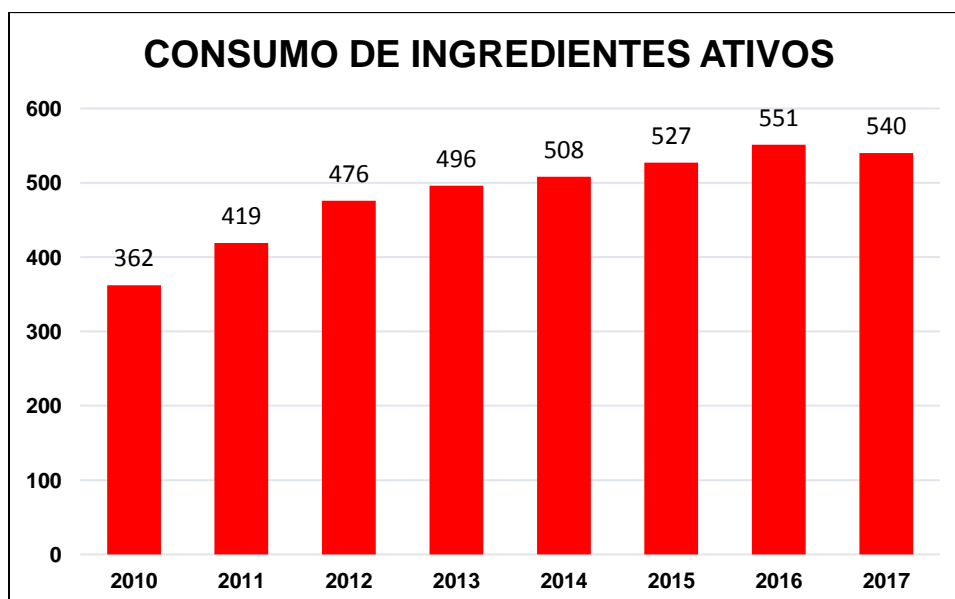
Tem muitos que usam muito veneno, usam com roupa comum, usam o Round-Up e utilizam muitos outros. (J.A., 52 anos).

O que a gente orienta é que o pessoal use o veneno de forma correta, a roupa adequada. (J., 35 anos).

Vale salientar que o uso comercial do metomil no Brasil era restrito e sua produção também. Entretanto, em 10 de janeiro de 2019, foi amplamente liberado, junto com outros 27 princípios ativos, por meio da publicação do Ministério da Agricultura no Diário Oficial da União. Ainda a respeito disso, segundo Pedro Grigori da Agência Pública (2019): “Dos 28 produtos já publicados, **um é considerado extremamente tóxico, o Metomil**, ingrediente ativo usado em agrotóxicos indicados para culturas como algodão, batata, soja, couve e milho.” (GRIGORI, 2019, grifo nosso).

O Estado legitima a reprodução do capital no espaço agrário, mediante a difusão da lógica da reprodução capitalista, através do amplo uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos, assim como pela mecanização das atividades agropecuárias. O Brasil consome cerca de 20% de todo agrotóxico comercializado mundialmente (PELAEZ *et al.*, 2015), com o seu aumento significativo nos últimos anos, como pode ser visto no Gráfico 8.

Gráfico 7 - Evolução de consumo de ingredientes ativos no Brasil de 2010 a 2017 – em mil toneladas



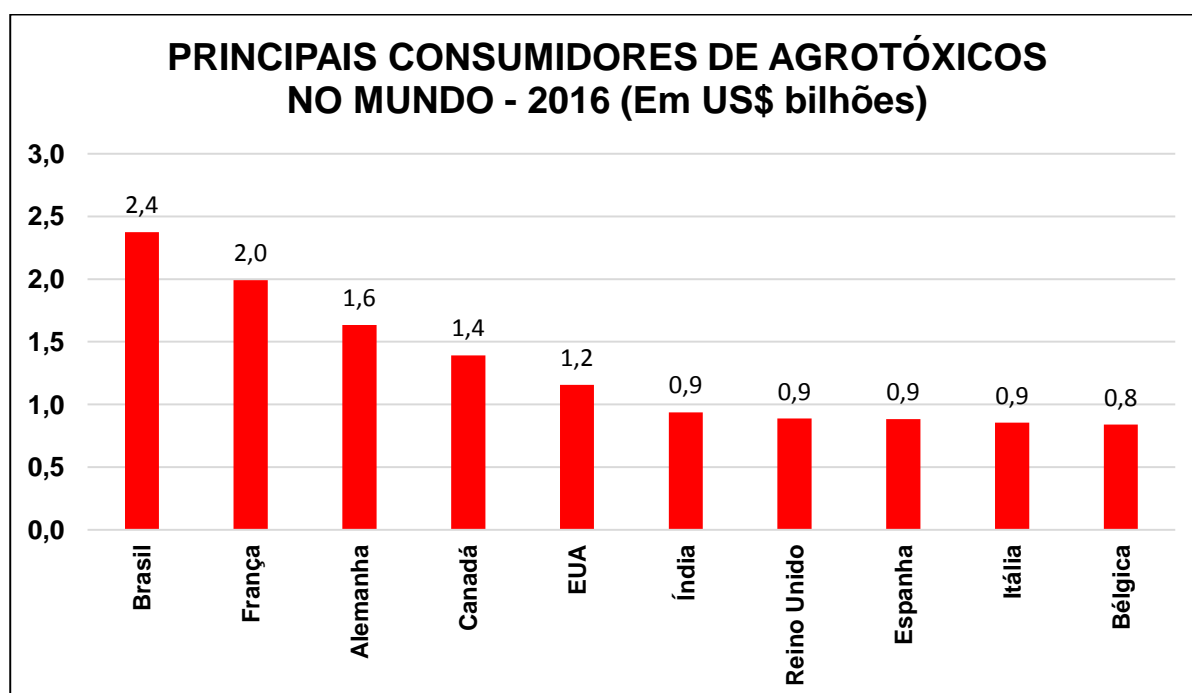
Fonte: IBAMA, 2018.
Elaboração: CAVALCANTE, 2019.

No setor de agrotóxicos no Brasil há o

[...] domínio do mercado pela Bayer e Basf (alemãs), Cofco (chinesa/suíça ex-Syngenta), DuPont e Dow Chemical que acertaram fusão e criando gigante de US\$ 130 bilhões, criando três negócios nas áreas de agricultura, commodities e produtos químicos, e a Monsanto (norte-americanas) e ChemChina (chinesa/israelense), que, juntas, formam oligopólios privados de multinacionais estrangeiras na economia nacional. O consumo mundial de agrotóxicos é de cerca de 2,5 milhões de toneladas e, o Brasil responde por mais de 300 mil toneladas (primeiro consumidor mundial). (OLIVEIRA, 2016, p. 474-475).

Conforme Bombardi (2012), em todo o mundo, na última década, ocorreu crescimento expressivo no uso de agrotóxicos, de acordo com dois fatores: em primeiro lugar, pela transformação do alimento em combustível. Parte dos cultivos que há muito tempo foram destinados à alimentação humana torna-se fonte para a produção de energia. Dentre eles, destacam-se principalmente a cana, o milho e a soja. Em segundo lugar, relacionado ao primeiro fator, temos outro, que é a transformação de parte desses produtos em *commodities*. Esse processo pode ser observado no Gráfico 9, no qual podemos observar o grande consumo de agrotóxicos no Brasil, tendo em vista o alinhamento da política agrícola com o agronegócio, grande utilizador de agrotóxicos.

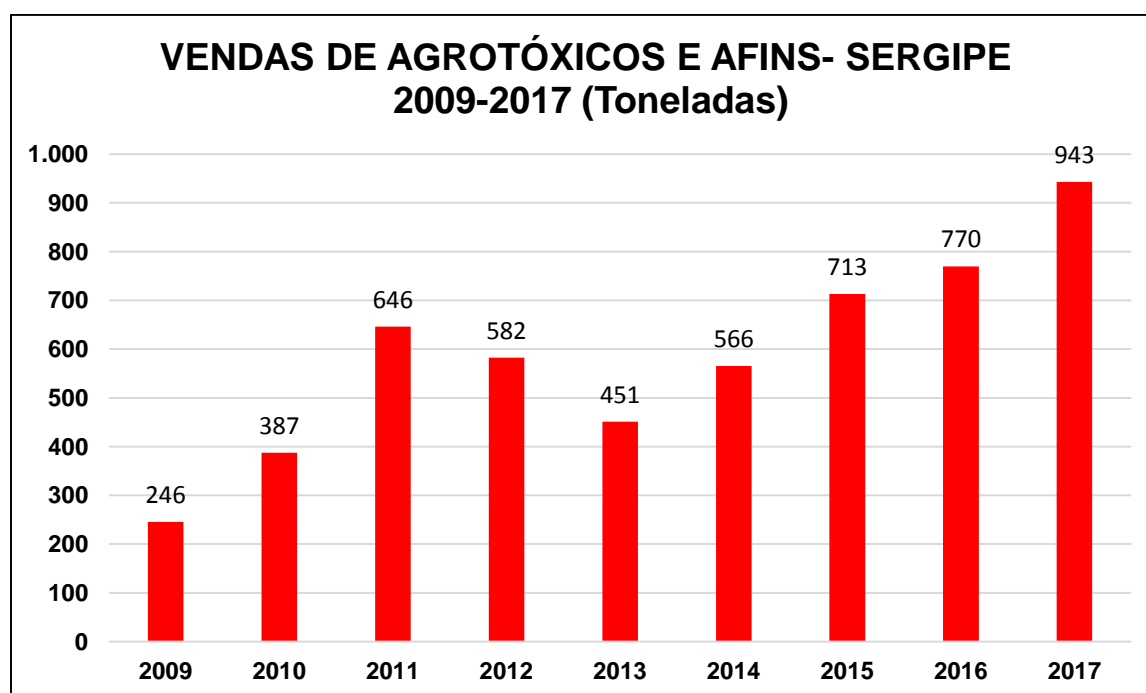
Gráfico 8 - Principais consumidores de agrotóxicos no mundo - 2016 (em US\$ bilhões)



Fonte: FAOSTAT, 2016.
Elaboração: CAVALCANTE, 2019.

Segundo dados da FAOSTAT (2016), o Brasil tem liderado o *ranking* dos países que mais consomem agrotóxicos no mundo, de 2013 até 2016, superando o consumo de países centrais como: EUA, Canadá, Reino Unido, França, Bélgica, Espanha, Itália. Esse aumento do consumo de agrotóxicos a partir de 2013 pode ser observado no Gráfico 9 assim como no Gráfico 10, apresentado a seguir.

Gráfico 9 - Vendas de agrotóxicos e afins em Sergipe de 2009 a 2017



Fonte: IBAMA, 2018.
Elaboração: CAVALCANTE, 2019.

Correlacionado com o aumento no consumo de agrotóxicos no Brasil e no mundo, em Sergipe também ocorreu um aumento entre os anos de 2013 e 2017, sendo que nesse último ano o número de toneladas de agrotóxicos comercializados em Sergipe mais do que dobrou. Dentre eles, o mais consumido é o herbicida glifosato, também amplamente utilizado pelos assentados no P.A. Jacaré-Curituba.

Dentre as principais justificativas para a utilização dos agrotóxicos está a maior produtividade, a melhor aceitação dos produtos pelo mercado. No cultivo do quiabo, o metomil, conhecido pelos assentados como Lanato, é usado para combater a lagarta-rosca, que possui hábitos noturnos e costuma comer plantas recém-germinadas cortando o caule próximo ao solo, fazendo com que elas tombem.

Conforme o Quadro 5, os agrotóxicos mais utilizados pelos camponeses da área pesquisada são o glifosato e o metomil. Também são, respectivamente, o primeiro e o nono agrotóxicos mais comercializados no Brasil. Entretanto, ressalta-se que as principais transnacionais produzem não só agrotóxicos, mas também as demais partes do pacote da “revolução verde”, como por exemplo: sementes transgênicas, fertilizantes químicos etc.

Quadro 5 - Ingredientes ativos mais vendidos no Brasil

Ingrediente Ativo	Venda (Tonelada de IA)	Ranking
Glifosato e seus sais	194.877,84	1º
2,4-D	36.513,55	2º
Acefato	26.190,52	3º
Óleo Mineral	25.632,86	4º
Clorpirifós	16.452,77	5º
Óleo Vegetal	16.126,71	6º
Atrazina	13.911,37	7º
Mancozebe	12.273,86	8º
Metomil	9.801,11	9º
Diurum	8.579,52	10º

Fonte: IBAMA, 2016.
Elaboração: CAVALCANTE, 2019.

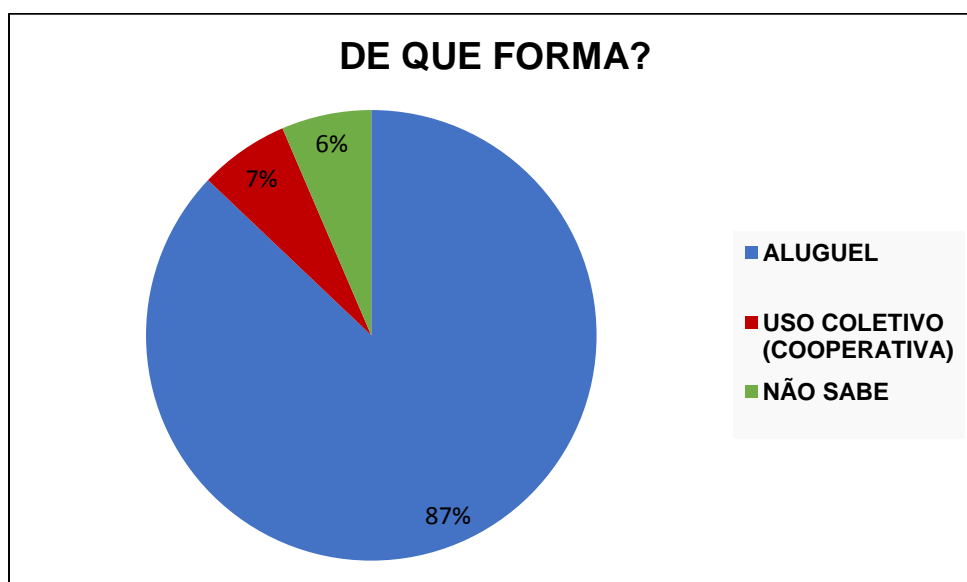
Segundo pesquisas de campo (2018, 2019), a venda de glifosato representa uma quantidade maior do que a soma de todos os demais ingredientes ativos. Parte significativa destes cultivos diz respeito a sementes geneticamente modificadas, tolerantes ao herbicida glifosato e outros agrotóxicos comercializado no Brasil. Sendo assim, uma parcela crescente da renda da terra camponesa é utilizada para a compra desses insumos.

A utilização do Round Up® encontra-se amplamente difundida no Brasil, tendo em vista que a sua utilização, consorciada com a utilização de sementes transgênicas resistentes a esse herbicida, proporciona o incremento da renda diferencial II para os agricultores que os utilizam — assim como o aumento da porcentagem de lucro da transnacional Monsanto. Utilizando-o em consórcio com as sementes geneticamente modificadas, ocorre o aumento da produtividade nos cultivos agrícolas, devido à ausência de “ervas daninhas” que atrapalhem o desenvolvimento da planta. É obtido, dessa maneira, um preço de produção mais competitivo, em relação aos demais agricultores que não utilizam os produtos do pacote tecnológico da “revolução verde”.

Apesar desse aumento na produtividade, a unidade de produção camponesa torna-se, cada vez mais, dependente dos produtos agroquímicos comercializados pelas transnacionais que dominam o mercado de sementes transgênicas, agrotóxicos e fertilizantes.

Outra forma de extração de parcela da renda da terra camponesa é a utilização da mecanização. Verificamos que a utilização de trator está presente em 97% dos entrevistados, correspondente a quase totalidade dos entrevistados. Entretanto, como vemos no Gráfico 11, esse uso está condicionado, na sua maior parte (87%), pelo aluguel dos tratores.

Gráfico 10 - Forma de utilização de trator entre os entrevistados



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.
Elaboração: CAVALCANTE, 2019.

Gasta-se, em média, de R\$ 120,00 a R\$ 140,00 por hora trabalhada. Os tratores são destinados principalmente à aragem do solo, moagem de capim para ração, limpeza do terreno e formação de silos. Sendo assim, a utilização da mecanização está relacionada à intensificação do trabalho camponês. Evidencia-se o trabalho familiar como base da reprodução social da unidade de produção camponesa.

Quanto ao camponês e sua exploração com base no trabalho familiar, Chayanov (2014, p. 106) apresenta que:

A importância do produto do trabalho é principalmente determinada pela dimensão e composição da família, ou seja, o número de pessoas da família capazes de trabalhar pela produtividade da exploração e — o que é particularmente importante — pelo grau de autoexploração, graças ao qual os ativos fornecem uma certa prestação de trabalho ao longo do ano.

Desse modo, analisamos a lógica da unidade de produção camponesa como um sistema econômico não capitalista, baseado na busca do equilíbrio entre a satisfação das necessidades e a autoexploração do trabalho familiar. A unidade de produção camponesa é, ao mesmo tempo, unidade de consumo e unidade de produção. Por isso o desenvolvimento dessas duas atividades está intimamente interligado.

Ocorre, portanto, a intensificação do trabalho com a subordinação do trabalho na unidade de produção camponesa, tendo em vista que, para compensar a apropriação dos produtos do trabalho camponês pelo capital e manter o consumo da família, é necessário ocorrer o aumento da produção.

A maioria da produção destinada ao mercado é constituída por quiabo e milho, sendo que essas estão mediadas por atravessadores que se apropriam de parte da renda da terra camponesa, mediante a extração de renda em produto. A renda é obtida pela captura de parte do trabalho materializado em produtos pelo atravessador. Assim, a unidade de produção camponesa passa a estar submetida a condições de exploração. De acordo com Rincón (2018, p. 400-401):

[...] o camponês como produtor se encontra submetido a condições de exploração por meio das quais é expropriada parte do seu trabalho materializado em produtos. Um traço característico da forma de subordinação da economia camponesa é que no interior da unidade de produção não é desenvolvida nenhuma relação de exploração – diferentemente do trabalhador cujo trabalho corresponde à uma forma de exploração –, para o campesinato as relações de exploração se desenvolvem assim que se dá a circulação e distribuição do excedente expropriado; [...] (RINCÓN, 2018, p. 400-401, tradução nossa).¹⁴

De maneira semelhante, Vergés (2011) destaca que a produção camponesa está baseada na unidade entre o trabalhador e os meios de produção, e quando

¹⁴ “[...] el campesino como productor se encuentra sometido a condiciones de explotación mediante las cuales es despojado de parte de su trabajo materializado en productos. Un rasgo característico de la forma de subordinación de la economía campesina es que dentro de la unidad de producción no se ha desarrollado ninguna relación de explotación – a diferencia del obrero cuyo trabajo corresponde a una forma de explotación –, para el campesinado las relaciones de explotación se desarrollan una vez se da la circulación y distribución del excedente expropiado [...]” (RINCÓN, 2018, p. 400-401).

realiza a venda do seu trabalho excedente, esse mesmo sujeito, está submetido a relações de exploração na qual parte do seu trabalho escapa na forma de produtos.

Conforme o Gráfico 12, com dados de pesquisa de campo (2018), 84% dos entrevistados destinam a sua produção para o atravessador, especialmente, na cultura do quiabo e da macaxeira. O principal empecilho apresentado pelos entrevistados, para que os assentados realizem a venda direta, é a falta de um transporte próprio. Possuir esse transporte possibilitaria a comercialização direta pelos produtores nas feiras livres de Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Nossa Senhora da Glória e Itabaiana, reduzindo, dessa forma, o monopólio da circulação dominada pelo capital, personificado na figura do atravessador.

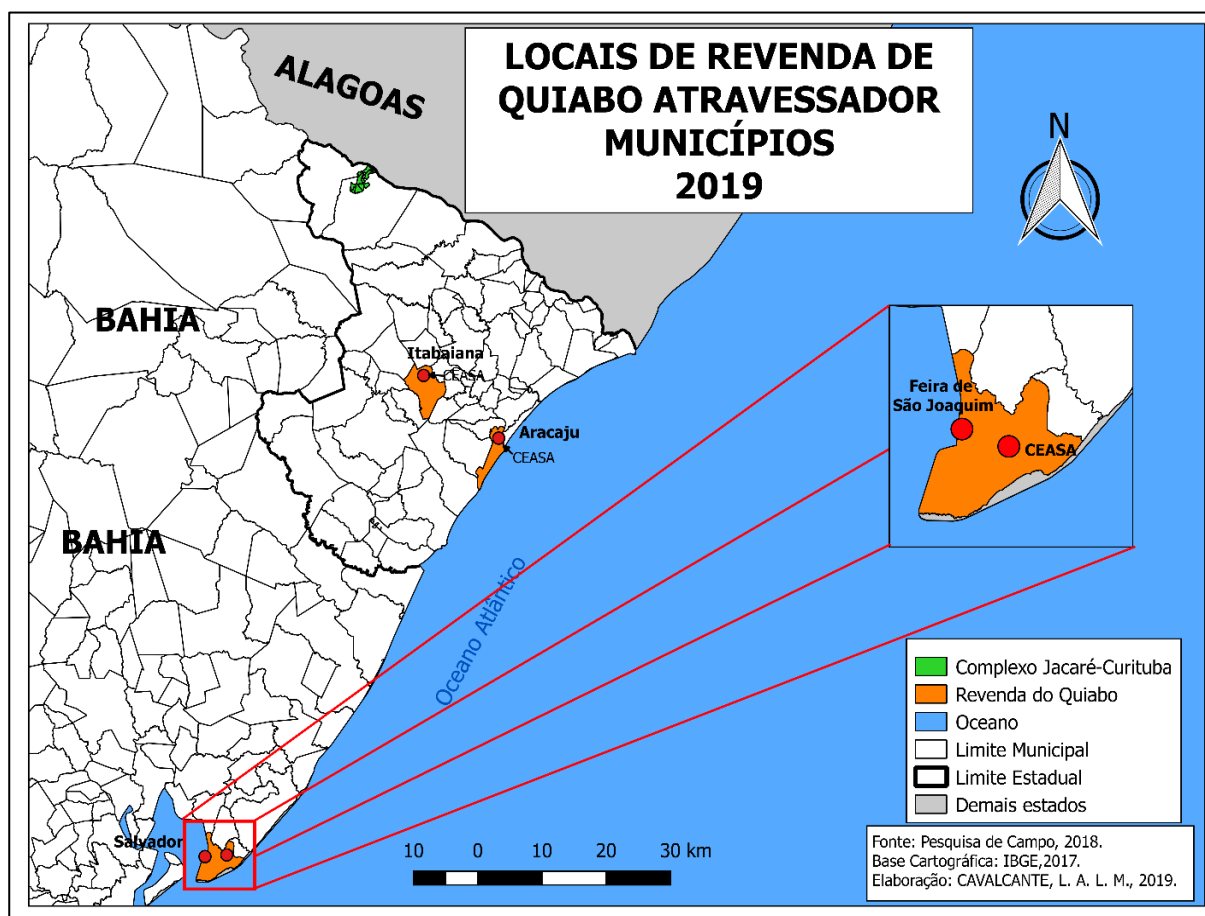
Gráfico 11 - Destinação da venda dos produtos entre os entrevistados



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.
Elaboração: CAVALCANTE, 2019.

Segundo informações colhidas em pesquisa de campo (2018), a comercialização do atravessador de quiabo consiste no seguinte: três vezes por semana (terça-feira, quinta-feira e domingo), a produção de quiabo é recolhida no Jacaré-Curituba, organizada em sacos de, aproximadamente, 30 kg cada, e, em seguida, o atravessador revende os quiabos no atacado, como pode ser visto na Figura 23, nas cidades de Itabaiana (CEASA), Aracaju (CEASA) e Salvador (CEASA e Feira de São Joaquim).

Figura 23 - Locais de revenda de quiabo pelo atravessador



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.
Elaboração: CAVALCANTE, 2019.

O pagamento ocorre semanalmente aos sábados. De acordo com 84% dos entrevistados, o preço dos produtos não é definido antecipadamente; para 13% deles, o preço é definido previamente; e 3% afirmam que só às vezes isso ocorre. Sendo assim, o atravessador somente informa o preço pago no ato do pagamento. Os entrevistados afirmam, ainda, que uma das vantagens do quiabo é a regularidade do pagamento, que já ajuda a realizar a feira semanalmente e comprar o que não é produzido no lote produtivo.

De acordo com informações colhidas em pesquisa de campo (2018), o preço médio pago pelo atravessador aos assentados durante todo o ano é de R\$ 0,50/kg. Entretanto, segundo dados obtidos dos preços de revenda do quiabo no CEASA de Salvador (CONAB, 2018) e no CEASA de Aracaju (EMDAGRO, 2018), o preço médio do quiabo no atacado em Salvador, em 2018, foi R\$ 3,34/kg, enquanto que o preço em Aracaju foi de R\$ 2,52/kg. Os preços de venda são respectivamente, 568% e 404% maiores que o preço pago aos camponeses no Jacaré-Curituba.

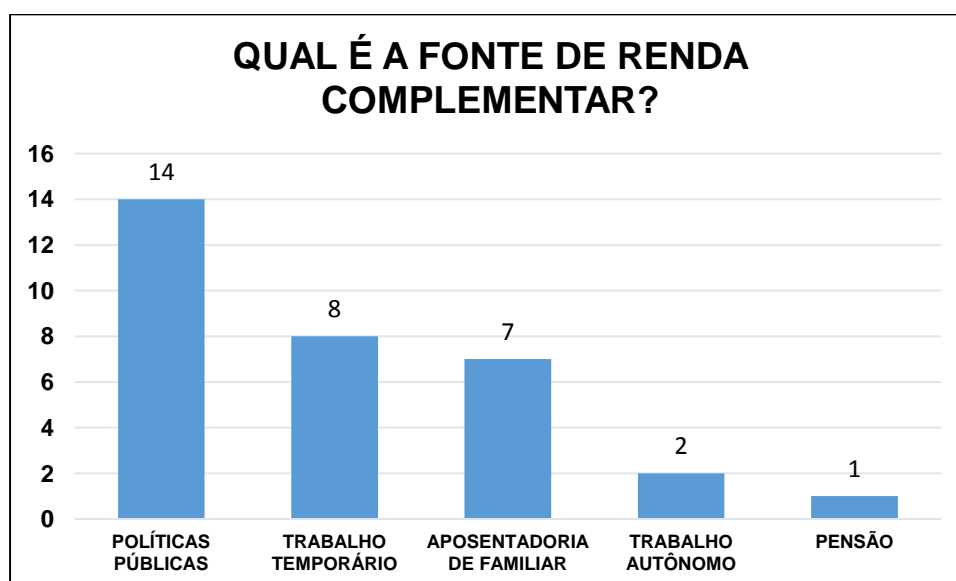
Do total produzido e comercializado, o camponês só recebe de volta o equivalente a 3,34% do quiabo vendido no CEASA de Salvador, e a 19,84%, quando a venda é realizada no CEASA de Aracaju, sujeitando a renda e o trabalho camponês ao capital.

A sujeição da renda da terra camponesa fica evidente a partir da análise da apropriação do mais-produto pelo atravessador, que, para aumentar ainda mais a extração do mais-valor, passa a vender as sementes de quiabo para grande parte dos assentados, deduzindo o preço das sementes da produção comprada. Nesse sentido, concordamos com Oliveira Jr. (2012, p. 206) ao afirmar que “um mecanismo de apropriação leva a outro, fecha-se um ciclo de apropriação da renda camponesa cuja consequência é a maior dependência ao mercado”.

Passa a ocorrer na unidade de produção camponesa a intensificação do trabalho dentro da família. Por meio de diferentes formas, o camponês busca se recriar mediante a complementação da renda. Pela intensa extração da renda da terra camponesa, torna-se cada vez mais necessária a obtenção do dinheiro, mesmo que para isso sejam realizados trabalhos temporários, principalmente como diaristas nos lotes do Projeto Califórnia.

Conforme podemos observar no Gráfico 13, apresentado a seguir, a partir de pesquisa de campo (2018), aproximadamente 1/3 dos entrevistados trabalham fora do lote produtivo em trabalhos temporários em outras propriedades para completar a renda, em especial no Projeto Califórnia, colhendo frutas (acerola, goiaba) e quiabo.

Gráfico 12 - Rendas complementares dos camponeses



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.
Elaboração: CAVALCANTE, 2019.

Do total de 30 entrevistados que complementam a renda familiar, 60% complementam exclusivamente por meio de políticas públicas e de seguridade social (aposentadoria própria ou de familiares, assim como pensão). Cerca de 46% do total de entrevistados dependem de políticas públicas de âmbito nacional, principalmente do Bolsa Família. Além disso, 1/3 dos camponeses realiza trabalho temporário ou autônomo.

A expansão das relações capitalistas no espaço agrário vem acarretando a perda da condição autônoma da pequena produção camponesa, baseada no trabalho familiar, o que vem levando a terra a se tornar uma mercadoria, uma terra de negócio. Nesse sentido, o modelo do empreendedorismo rural, como já analisamos no Capítulo 2, no Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba expõe a contradição em relação à lógica da pequena produção camponesa, ao não conseguir atender à demanda necessária à permanência da família camponesa, resultando, inclusive, na mobilidade dos jovens para outras localidades.

4.4.3 Resistir para existir: a mobilidade dos jovens camponeses

O desenvolvimento no capitalismo pressupõe algumas condições históricas. No modo de produção capitalista, o trabalho se constitui como livre. Os meios de produção, que pertenciam aos trabalhadores, são usurpados pela classe dominante. A classe trabalhadora passa a precisar vender sua força de trabalho para conseguir sobreviver.

A liberdade do proletário é condicionada pela venda da sua capacidade produtiva física e intelectual, por meio do assalariamento ao capital. A mobilidade do trabalho é resultado direto do processo de retirada dos meios de produção dos trabalhadores. Sendo assim, o processo de expropriação dos meios de produção da classe trabalhadora está inscrito na acumulação capitalista que

Sendo assim, o processo de exclusão das classes menos abastadas está inscrito na acumulação capitalista, que “produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (MARX, 2013, p. 857).

Esses trabalhadores supérfluos constituem o exército industrial de reserva, que exerce grande pressão no rebaixamento dos salários, funcionando como uma garantia dos níveis de exploração do trabalho. Conforme Marx (2013), esse excedente populacional é funcional à acumulação do sistema capitalista, tendo em vista que a superpopulação torna-se uma alavanca da acumulação capitalista, assim como uma condição histórica de existência do sistema de produção de mercadorias.

De acordo com Gaudemar (1977), a força de trabalho é “[...] uma mercadoria duplamente particular: não só o seu uso produtivo cria um valor superior ao seu valor de troca, mas também se apresenta ela própria no mercado, como única mercadoria ‘livre’ de se deslocar [...]” (GAUDEMAR, 1977, p. 201). A força de trabalho livre é um pressuposto para que ocorra a reprodução do capital, sendo livre em um duplo sentido:

[...] ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho (MARX, 2013, p. 314).

A mobilidade do trabalho no P.A. Jacaré-Curituba é expressão clara do processo de expansão do capital no espaço agrário por intermédio da intensificação das relações capitalistas. Ao longo da nossa pesquisa, observamos que no modelo de modernização do campo — e, em especial, nos perímetros irrigados — para os camponeses são apresentadas as mesmas lógicas de produção dos grandes agricultores. Nesse sentido, essa lógica perversa, mascarada pela ideologia do empreendedorismo, apontou para a possibilidade de o camponês permanecer na unidade de produção familiar, reduzindo o dispêndio de força de trabalho pela mecanização. Entretanto, tendo em vista as contradições subjacentes à lógica de acumulação do capital, o camponês teve seu trabalho e sua terra subordinados à lógica do capital, provocando uma intensa mobilidade do trabalho que abrange um grande número da juventude do campo.

A maior parte dos jovens camponeses, filhas e filhos de assentados, tornam-se móveis, migrando para outros estados do país a fim de realizar atividades temporárias (como a colheita de cana-de-açúcar em São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás) e para cidades do Centro-Oeste, trabalhando no comércio no Mato Grosso e no Mato Grosso

do Sul, bem como na construção civil em Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Em seu estudo, Conceição (2007) apresentou, há mais de uma década, que a maior parte dos jovens entrevistados, em sua pesquisa de campo, realizava trabalhos temporários durante a colheita da safra de grandes monocultivos, principalmente com destaque para a citricultura, no estado de São Paulo. Além disso, a autora destacou que a não exigência de mão de obra qualificada e a contínua oferta de trabalho eram elementos determinantes para a preferência dos jovens pelos locais de trabalho. É o que podemos observar nesta fala do assentado J. A.: *“Antigamente se procurava Queiroz Galvão, Odebrecht, iam para outros estados. Tem também os que chegaram da colheita de laranja, em Goiás. Tem muitos que não têm leitura e tem que procurar essas coisas, colheita, outros lugares pra ir”* (J.A., 52 anos).

Como evidencia o relato do assentado, a baixa qualificação da força de trabalho permanece corroborando com a análise de Conceição (2007). Apesar de Conceição (2007) analisar áreas distintas da presente pesquisa, ambas fazem parte da mesma estrutura social de expropriação camponesa, que de diversas formas são definidas pelas determinações do mercado que tornam o trabalhador cada vez mais supérfluo.

Além do trabalho temporário em colheitas na região Sudeste e Centro-Oeste, havia grande número de oferta de trabalho na construção civil. Essa mobilidade dos trabalhadores vem intensificando o esvaziamento da força de trabalho no assentamento — o que pudemos observar quando realizamos a aplicação dos questionários, pois a maior parte dos entrevistados era idosa e possuía netos e/ou filhos realizando trabalhos temporários, reduzindo, dessa forma, a força de trabalho na unidade de produção camponesa. Na fala observa-se a preocupação com a situação dos jovens:

Só vive saindo jovem. Os que casaram agora há pouco têm saído pra firma. Sempre que vão, vão pra Mato Grosso, São Paulo. O trabalho daqui é de roça. Sempre saem pra trabalhar, aqui não tem condição de construir casa, o camarada tem que sair. Saem de 6 a 9 mês e volta. (M.J., 66 anos).

Quando questionados sobre quando se iniciou o processo de saída dos jovens, a maior parte dos assentados entrevistados afirmou ocorrer desde o início do assentamento em 1997. Além disso, há casos isolados em que filhos de assentados que estão trabalhando há mais de 3 anos, de acordo com a entrevistada:

Tem 3 irmãos meus que querem sair, tem um rapaz filho do vizinho que tem 3 ou 4 anos que trabalha fora. Tem outros 3 jovens, ali perto da casa de mãe que foram pra São Paulo. Tem muitos que sai pra trabalhar lá. (D., 38 anos).

O jovem camponês passou a ser móvel, contraditoriamente, para que a unidade de produção familiar resista ao avanço das relações capitalistas no espaço agrário. Tendo em vista o balanço do trabalho-consumo na família camponesa, o jovem se vê forçado a tornar-se móvel, para suprir as necessidades imediatas de reprodução da unidade de produção familiar. Nesse sentido a unidade de produção camponesa perde grande parte da sua força de trabalho.

A mobilidade do trabalho reflete o processo de intensificação das relações capitalistas no P.A. Jacaré-Curituba. De acordo com Santana (2018, p. 101) ela se define como

[...] uma mobilidade forçada pela condição de realização do próprio capital, em razão de que consegue transformar a mão de obra humana em mercadoria, na passagem da força de trabalho em lucro para os proprietários dos meios de produção (SANTANA, 2018, p. 101).

Outro aspecto importante que impulsiona a mobilidade do trabalho no P.A. Jacaré-Curituba é a ausência da atuação do Estado, sendo dessa forma funcional ao sistema do capital, pois, conforme Mészáros (2011) o Estado é o complemento perfeito das exigências internas desse sistema de controle sociometabólico antagonicamente estruturado na exploração do trabalho.

O discurso da modernização do campo, ao tempo que reforça o processo da monopolização e da territorialização do capital, acentua a expulsão dos camponeses da unidade de produção familiar, à medida que permite o processo de subsunção do trabalho ao capital. Desprovidos de possibilidades da terra como condição de vida, o Estado, pela coação, impõe um discurso velado da submissão ao capital à medida que favorece a crescente mobilidade do trabalho. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 79).

O Estado propaga o discurso da modernização do campo, que possui como lógica subjacente o aumento da concentração de terras, bem como o aumento dos processos de monopolização e territorialização do capital. Nesse sentido, devido à subsunção do trabalho ao capital, eleva-se a mobilidade do trabalho no P.A. Jacaré-Curituba.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Escravos e senhores. Nobres e servos. Patrões e empregados. Técnicos e operários. Nada distingue mais o homem dos animais do que a divisão de trabalho, nossa grande força e também a fonte de nossas fraquezas.”
(LEMINSKI, 1984, p. 98).

O desenvolvimento da nossa pesquisa permitiu concluir que, o modelo do empreendedorismo rural constitui-se estratégia de subordinação da terra e do trabalho camponês ao capital, no Projeto de Assentamento Jacaré-Curitiba/SE. Constatou-se que o modelo do empreendedorismo rural no redferente Assentamento, contradiz a lógica da pequena produção camponesa, de base familiar, da terra, como condição autônoma de vida, passando a considerar a terra como mercadoria. Dessa forma, o capital explora a força de trabalho camponesa monopolizando o território, sem necessariamente territorializar-se. Há nesse processo o controle da circulação de mercadorias produzidas pelos camponeses.

O discurso do empreendedorismo rural apresentado como única possibilidade de inserção do camponês no campo, é ideológico, e se estabelece na subordinação do camponês ao capital, via a apropriação da renda da terra e a subordinação do trabalho, por meio do processo da subsunção da terra ao capital.

Ao apresentar-se como única alternativa de desenvolvimento no campo, o discurso do empreendedorismo rural objetiva mascarar o modelo do agronegócio como viabilizador da expansão capitalista no campo. Isso fica mais evidente quando compreendemos que no modelo do agronegócio predominam grandes extensões de terras, notadamente marcadas pela expropriação de uma massa de camponeses que são excluídos.

O discurso do empreendedorismo rural é falacioso, na medida em que, apresenta a produção dos camponeses como autônoma em relação ao mercado. Ao tempo que se constitui um signo ideológico, que interliga a realidade material dos camponeses com a ideologia, pautada no modelo do agronegócio, que se materializa como expressão da expansão do capital no espaço agrário.

O caráter apologético do discurso do empreendedorismo rural busca naturalizar as contradições do sistema sociometabólico do capital. E justamente por seu caráter apologético, o modelo do empreendedorismo rural utiliza a lógica da reprodução do capital no espaço agrário via o modelo do agronegócio.

Compreendemos que o discurso e a ideologia estão inerentemente relacionados. Na análise de Bakhtin (2010), os signos ideológicos constituem-se como elos da consciência individual e da ideologia. Nesse sentido, o discurso se encontra em constante movimento e modificação, sendo, por isso, social e polifônico, na medida em que não se caracteriza como produto já acabado, mas sendo produzido de modo interindividual, pelas múltiplas vozes presentes no discurso. Assim, a classe dominante expressa as suas necessidades como universais. Por meio da ideologia o empreendedorismo rural é apresentado como expressão das necessidades da (re)produção da unidade de produção camponesa, quando na realidade inversamente expressa as necessidades da acumulação capitalista.

Como observado no Capítulo III da nossa Dissertação, o discurso do empreendedorismo rural sinaliza a produção agrícola, enquanto autônoma, de igual capacidade de competição no mercado com o agronegócio. Nessa direção, o resultado da nossa pesquisa no Assentamento Jacaré-Curituba contraditoriamente indicou que 84% dos camponeses do Assentamento vendem o resultado da sua produção ao atravessador, e não produzem nem o essencial para a alimentação familiar.

A estratégia de subordinar a renda da terra e do trabalho camponês, ao capital, permite que haja a reprodução da unidade de produção camponesa, entretanto, com esse processo ocorre a piora das condições subjetivas e objetivas do trabalho camponês.

A produção de *commodities* como o milho é privilegiada, em detrimento da redução da produção de alimentos para o autoconsumo. Essa subordinação é mediada pelo Estado, que, de acordo com Mészáros (2011), é o complemento perfeito para as demandas internas do sistema do capital. O Estado, por meio de políticas públicas de reforma agrária, sob as diretrizes das instituições financeiras, como o Banco Mundial e o FMI, incentiva a expansão das relações capitalistas no espaço agrário, com a criação de programas de crédito agrário, tais como o PRONAF.

O Estado legitima a reprodução do capital no espaço agrário, mediante a difusão da lógica da reprodução capitalista, através do amplo uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos, assim como, pela mecanização das atividades agropecuárias. Os agrotóxicos mais utilizados pelos camponeses, Glifosato e o Metomil, também são, respectivamente, o 1º e 9º agrotóxicos mais comercializados no Brasil. Destaca-se também que as principais transnacionais produzem não só agrotóxicos, mas também as demais partes do pacote da “revolução verde”, como por exemplo: sementes transgênicas, fertilizantes químicos, etc.

O Estado vem propagando o discurso da modernização do campo, através da defesa do empreendedorismo rural, fundamentado na lógica dissimulada do crescimento da concentração fundiária, assim como do aumento dos processos de monopolização da terra, no nosso caso específico.

A modernização do campo representa uma expansão do capital no espaço agrário, no interesse do lucro, necessitando para isso, expropriar os trabalhadores dos meios de produção. Via a renda pré-capitalista camponesa, o capital subordina não só o trabalho camponês, como também a terra às suas demandas.

A apropriação da renda da terra e sua metamorfose em capital pressupõe a subordinação do trabalho na unidade de produção camponesa, extraindo dessa relação o mais-valor produzido pelo camponês. Assim, o processo de monopolização do território impõe a redução dos cultivos para o autoconsumo e a constituição de monoculturas dentro da unidade de produção camponesa.

A monopolização do território força a utilização de insumos agrícolas industrializados, como parte do processo de expansão do capital no campo, dessa forma o capital financeiro constitui-se parcela hegemônica extrator de mais-valor por meio dos juros, tendo como principal exemplo no campo o PRONAF.

Os entrevistados, em sua quase totalidade têm consciência da subordinação da renda da terra ao capital. Isso fica evidente na fala de um dos assentados entrevistado como já referenciada anteriormente, em pesquisa de campo (2018) ao afirmar que: “A única lavoura que existe no Perímetro Irrigado Jacaré-Curituba e no Projeto Califórnia que **não tem preço, não tem valor especificado** para os agricultores é o quiabo” (Agricultor A., Agrovila São Sebastião, grifo nosso).

É importante também salientar, que, com o avanço das relações capitalistas no espaço agrário, vem ocorrendo a mobilidade do trabalho, em especial dos jovens camponeses, para complementar a renda da terra.

Concluiu-se então que, o modelo do empreendedorismo rural não tem atendido à demanda necessária para a permanência da família camponesa, resultando, inclusive, na mobilidade dos jovens para outras localidades.

O capital articula dessa forma, várias estratégias para extrair a renda camponesa, dentre elas, nota-se o discurso do empreendedorismo rural, o qual tenta aproximar, a partir dos ideólogos do agronegócio, o camponês à lógica da racionalização e controle dos custos para serem administradas como “empresas rurais”. Para ser um “empreendedor rural” são requeridas competências empresariais, o que acaba por excluir parcela significativa dos camponeses.

Outra estratégia de dominação do capital associada ao discurso do empreendedorismo é a busca pela autonomia dos camponeses em relação ao Estado, em associação com instituições de crédito multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI. Essas associações são definidas para excluir o camponês sem-terra, considerando-o um empecilho ao processo de desenvolvimento capitalista.

Para manter-se na terra, como processo de resistência, de diversas formas, o camponês procura recriar-se pela complementação da renda. A intensa extração da renda da terra camponesa torna-se cada vez mais indispensável a obtenção do dinheiro para sua sobrevivência, mesmo que para isso sejam realizados trabalhos temporários, principalmente como diaristas nos lotes do Projeto Califórnia. Mais da metade dos assentados complementam a renda familiar (60%) exclusivamente por meio de políticas públicas e da seguridade social (aposentadoria própria e de familiares ou pensão). Além de que, 45% dependem de políticas públicas principalmente do Bolsa Família.

Constatou-se que o modelo do empreendedorismo rural no Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba contradiz a lógica da pequena produção camponesa, de base familiar, da terra, como condição autônoma de vida, passando a considerá-la como mercadoria. O discurso da inclusão como camponês, via o empreendedorismo rural, é ideológico e se estabelece para a sua subordinação ao capital, via a

apropriação da renda da terra camponesa, e a subordinação do trabalho, por meio do processo da subsunção da terra ao capital.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, Campinas: Unicamp, 1992.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, Campinas: Unicamp, 1998.
- ABRAMOVAY, R. Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte. *In*: FÓRUM INTERNACIONAL TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA, 1., 2003, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: IICA, 2003. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/developper-os-territorios-fortalecendo-o-empreendedorismo-de-pequeno-porte/>. Acesso em: 20 out. 2016.
- ALENTEJANO, Paulo; ROCHA-LEÃO, Otávio M. Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**. n. 84, São Paulo, Julho, p. 51-68, 2006.
- ALMEIDA, K. K. O. **A funcionalidade do empreendedorismo para o sistema do capital na contemporaneidade**. 2016. 154 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.
- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- AMORIM, L. O. do. **Plantando semente crioula, colhendo agroecologia: a importância da agrobiodiversidade no fortalecimento da agricultura camponesa no Alto Sertão Sergipano**. 140 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem do Nordeste**. 8 ed. Cortez: São Paulo, 2011.
- ARAÚJO, G. F. **A trajetória da SUDENE, suas (re)invenções, na condução do projeto de desenvolvimento regional**. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.
- BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BANCO MUNDIAL. **Banco Mundial: oportunidades para empresas portuguesas**. Nota informativa. Washington: Grupo Banco Mundial, s.d. Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/839221481583649084/Business-Opportunities-Portuguese.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2018.
- BASU, D. Marx's analysis of ground-rent: theory, examples and applications. **UMASS Amherst Economics Working Papers**, apr. 2018. Disponível em: https://scholarworks.umass.edu/econ_workingpaper/241/. Acesso em: 10 fev. 2019.
- BAUM HEDLUND ARISTEI GOLDMAN — BHAG. **Where is Glyphosate Banned?** Los Angeles, EUA, 2019. Disponível em: <https://www.baumhedlundlaw.com/toxic-tort-law/monsanto-roundup-lawsuit/where-is-glyphosate-banned/>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- BOMBARDI, L. M. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. *In*: MERLINO, T.; MENDONÇA, M. L. (org.). **Direitos Humanos no Brasil 2012: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo:

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012. p. 75-85. Disponível em: <http://www.social.org.br/index.php/relatorios/relatorios-portugues/153-direitos-humanos-no-brasil-201216.html>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Dataluta**, v. 45, p. 1-21, 2011. Disponível em: docs.fct.unesp.br/grupos/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf. Acesso em: 11 fev. 2019.

BRANCO, A. L. O. C. **A produção de soja no Brasil**: uma análise econométrica no período de 1994-2008. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) — Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008.

BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm. Acesso em: 7 dez. 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, DF: Senado Federal, 1993.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de Julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. Brasília, DF: Senado Federal, 2017.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Relatório de auditoria anual de contas**. Brasília, DF: CGU, 2007. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/relatorios-antigos/ra208020>. Acesso em: 28 dez. 2018.

BRASIL. **Ação Civil Pública n. 1.35.000.000483/2017-28, de 14/11/17**. Proposta pelo MPF contra o INCRA, CODEVASF e o Estado de Sergipe, que trata do iminente risco de colapso do sistema de irrigação do Assentamento Jacaré-Curituba (Canindé do São Francisco-SE e Poço Redondo-SE) onde vivem da produção irrigada mais de 600 (seiscentas) famílias sergipanas. Brasil, 2017. Disponível em: www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/docs/acp-sistema-de-irrigacao-e-defesa-de-600-familias-sergipanas.pdf. Acesso em: 2 mar. 2019.

BRASILEIRO, J. T. A mistificação em seu limite último: a fórmula trinitária. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 23., 2018, Niterói. **Anais** [...]. Niterói: SEP, 2018. Disponível em: <https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%201/15.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

CALIGARIS, G.; PÉREZ TRENTA, N. Capital y renta diferencial de tipo II: una revisión crítica de la historia de las interpretaciones marxistas. **Economía: Teoría y Práctica**, n. 47, p. 217-248, 2017. Disponível em: www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0188-33802017000200217&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 fev. 2019.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza no Brasil: o caso de Cruz Alta - RS. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CAMPOS, C. S. S. Campesinato autônomo: uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, p. 146-162, set. 2006.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, H. M. de. **Plano de Sustentabilidade Mínima do Assentamento Jacaré-Curitiba de 1999 a 2002**. Aracaju: INCRA/SR-23; IICA, 1999.

CARVALHO, H. M. (org.). **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Curitiba, 2004. Mimeo.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. *In*: CARVALHO, H. M. de. (org.). **Chayanov e o Campesinato**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CINTRA, M. C. B. O MST em Sergipe: história e luta. **Geonordeste**, ano IX, n. 1, p. 7-45, 1999.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO DE SERGIPE — COHIDRO. **Cohidro dá suporte a Perímetro da Codevasf em Canindé**. Aracaju: COHIDRO, 2015. Disponível em: <https://cohidro.se.gov.br/?p=5642>. Acesso em: 21 dez. 2018.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA — CODEVASF. **Histórico da Irrigação no Brasil**. Brasília: CODEVASF, 29 mar. 2010. Disponível em: http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes/irrigacao/historico-da-irrigacao-no-brasil/. Acesso em: 27 dez. 2018.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO — CONAB. **Média dos preços mensal de quiabo**: CEASA BA. Brasília: CONAB, 2018.

CONCEIÇÃO, A. L. **A questão camponesa**: o olhar sob o signo dialético. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1991.

CONCEIÇÃO, A. L. O novo e o velho: os “resíduos” da produção familiar camponesa. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 1., 2003, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2003.

CONCEIÇÃO, A. L. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. **Revista Eisforia**, v. 2, p. 79-91, 2004.

CONCEIÇÃO, A. L. A geografia do espaço da miséria. **Scientia Plena**, São Cristóvão, v. 1, n. 6, p. 166-170, 2005.

CONCEIÇÃO, A. L. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. **OKARA**: Geografia em Debate, v. 1, n. 1, p. 77-100, 2007. Disponível em:

www.periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/1247/0 Acesso em: 10 fev. 2015.

CONCEIÇÃO, A. L. Estado, políticas públicas e o reordenamento social e territorial do trabalho. *In*: ANDRADE, E. S.; SILVA, F. P. S. da. (org.). **Estado e políticas públicas**: a construção do conselho neoliberal. Salvador: Eduneb, 2012.

CONCEIÇÃO, A. L. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. **MERIDIANO – Revista de Geografia**, v. 1, p. 81-104, 2013.

CONCEIÇÃO, A. L. A natureza social do discurso geográfico. **Terra Livre**, n. 39, p. 19-36, 2014.

COSTA, A. B. da. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. **Cadernos IHU idéias**, v. 4, n. 47, p. 1-16, 2006. Disponível em: http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_7471schumpeteb_pob_costa_pdf.pdf. Acesso em: 30 mar. 2018.

COSTA, A. M. *et al.* Perfil do agricultor no perímetro irrigado Califórnia-SE. *In*: NETTO, A. O. A.; SANTANA, N. R. F. (org.). **Contexto socioambiental das águas do Rio São Francisco**. São Cristóvão: UFS, 2015. p. 279-293.

COSTA, K. S. **Trabalho e ideologia**: o discurso da autonomia e da liberdade no beneficiamento da castanha de caju. 2018. 198 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

DANTAS, Gilson. Prefácio. *IN*: **O método em Karl Marx**. DANTAS, Gilson; TONELO, Iuri. (Orgs.) 1ª ed. São Paulo: Edições ISKRA, 2016.

DELGADO, G. C. A. A questão agrária no Brasil (1950-2003). *In*: JACCOUD, L. (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90.

DINIZ, J. A. F. **O Sub-Sistema Regional de Aracaju**. Recife: SUDENE, 1987.

DUARTE, E. E. C.; POLA, K. D. Trabalho em Marx e serviço social. **Serviço Social em Revista**, v. 12, n. 1, p. 179-201, 2009.

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE — EMDAGRO. **Preços médios de atacado – CEASA – Consolidação Anual – janeiro a dezembro**. Aracaju: Emdagro, 2018.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoní. **Conflitos Territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS STATISTICAL DATABASE — FAOSTAT. Roma: FAOSTAT, 2016. Disponível em: <http://faostat3.fao.org/download/R/RP/E>. Acesso em: 23 mar. 2019.

GAUDEMAR, J. P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **As duas “caras” do PRONAF**: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/376.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2017.

GRIGORI, P. Governo liberou registros de agrotóxicos altamente tóxicos. **Repórter Brasil**, 18 jan. 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/01/governo-liberou-registros-de-agrotoxicos-altamente-toxicos/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

GOMES, Horieste. **Reflexões Sobre Teoria e Crítica em Geografia**. CEGRAF/UFG. Goiânia, 1991.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IMPÉRIO DO BRASIL. **Lei nº 601**, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 7 dez. 2017.

INFONET. **João Alves ampliará áreas irrigadas no sertão sergipano**. 2004. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/noticias/politica//ler.asp?id=26376>. Acesso em: 24 abril 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995/96.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS — IBAMA. **Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto nº 4.074/2002**. Brasília: IBAMA, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS — IBAMA. **Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto nº 4.074/2002**. Brasília: IBAMA, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA. **Instrução Normativa/Nº 39**. 2007. Disponível em: http://incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_normativa/IN39_110607.pdf. Acesso em: 23 ago. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA. **Plano de Consolidação dos Projetos de Assentamento Jacaré-Curituba**. INCRA, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA. **Nova metodologia reduz tempo de consolidação de assentamentos**. Brasília: INCRA; MDA, 2012. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/nova-metodologia-reduz-tempo-de-consolidacao-de-assentamentos>. Acesso em: 20 dez. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA. **Estatísticas Cadastrais**. Brasília: INCRA; MDA; SNCR, 2013a.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA. **Índices básicos de 2013**. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Brasília: INCRA, 2013b.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA. **Relatório/Listagem de Assentamentos Rurais de Sergipe**. Aracaju: INCRA-SR23/SE, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório de Assentamentos Rurais de Sergipe**. Aracaju, INCRA-SR23/SE, 16/05/2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA. **Relatório de Assentamentos Rurais de Sergipe**. Aracaju, INCRA-SR23/SE, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA. **Relatório de Assentamentos Rurais de Sergipe**. Aracaju: INCRA-SR23/SE, 2018.

INTERNATIONAL AGENCY FOR RESEARCH ON CANCER — IARC. Glyphosate. *In*: INTERNATIONAL AGENCY FOR RESEARCH ON CANCER — IARC. **IARC Monographs**. Some Organophosphate Insecticides and Herbicides, volume 112. Lyon: IARC, 2015. Disponível em: <https://monographs.iarc.fr/wp-content/uploads/2018/06/mono112-10.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Brasília, DF: Instituto Teotônio Villela, 1998.

LEMINSKI, P. Corpo não mente. **Revista Corpo a Corpo**, p. 97-98, 1987. Disponível em: <http://www.elsonfroes.com.br/kamiquase/ensaioPL3.htm>. Acesso em: 25 abril 2019.

LIMA, L. G. **Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no alto sertão sergipano: o (des)maskamento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante**. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

LISBOA, J. B. de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

LOPES, E. **Discurso, texto e significação: uma teoria de interpretante**. São Paulo: Cultrix; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

LOPES, E. S. A. *et. al.* Um olhar sobre os assentamentos rurais de Sergipe. *In*: MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (org.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS; CPDA, 1999. p. 161-196.

LOPES, E. S. A. **História dos movimentos sociais no campo em Sergipe: uma abordagem preliminar**. Brasília: Fundação Joaquim Nabuco, 2014. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/ultimas-noticias/192-observanordeste/observanordeste/2181-historia-dos-movimentos-sociais-no-campo-em-sergipe-uma-abordagem-preliminar>. Acesso em: 20 out. 2018.

LOPES, E. S. A. *et al.* (org). **Distribuição dos Estabelecimentos Agropecuários e Índice de Gini do Estado de Sergipe (1985-1995/96-2006)**. 1. ed. São Cristóvão: UFS, 2015. v. 1. 267 p.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais**. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MARTINS, J. S. **O cativo da Terra**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

MARX, K. **O capital**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

McCLELLAND, D. C. **A sociedade competitiva: realização & progresso social**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

MEDEIROS, L. S. de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. v. 1. (Coleção Brasil Urgente).

MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS. **História das Ligas Camponesas**. Disponível em: http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99. Acesso em: 7 dez. 2017.

MESQUITA, H. A. Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 127-142, jan./jun., 2008. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/xmlui/bitstream/handle/ri/14444/Artigo%20-%20Helena%20Ang%C3%A9lica%20de%20Mesquita%20-%202008.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 6 fev. 2019.

MÉSZÁROS. I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, C. R. S. Sobre fetichismo y mistificación como formas de apariencia: una lectura de la crítica de la economía política de Marx. **Eu.tópias**, v. 11, p. 5-19, 2016. Disponível em: <http://eu-topias.org/sobre-fetichismo-y-mistificacion-como-formas-de-apariencia-una-lectura-de-la-critica-de-la-economia-politica-de-marx/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MORAIS, C. S. de. História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). In: STÉDILE, J. P. (org.) **A questão agrária no brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2002. p. 21-76.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA — MST. **A caminhada do povo que sofre**. 1996. Disponível em: <http://mstsergipe.blogspot.com.br/2013/05/mst-comemora-17-anos-da-conquista-do.html>. Acesso em: 8 dez. 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA — MST. **Sergipe comemora 17 anos da maior ocupação da história do estado**. 2013. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/Sergipe-comemora-17-anos-da-maior-ocupacao-da-historia-do-estado>. Acesso em: 24 ago. 2016.

NADAL, E. F. Crítica de la economía política: una introducción a El Capital de Marx. **Estudios de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas**, Mendoza, v. 10, n. 2, p. 110-112, dic. 2008. Disponible en: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-94902008000200010&lang=pt. Acesso em: 13 fev. 2019.

NOBRE, G. F. **Dilemas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na relação com o estado e a sociedade**: entre a autonomia e a institucionalização – O caso de Sergipe. 240 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA — NERA. Banco de Dados da Luta Pela Terra — DATALUTA. **Relatório Brasil – 2016**. NERA, 2016.

OLIVEIRA Jr., M. P. de. **A sujeição da renda da terra camponesa**. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estud. av.** [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 185-206. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf> Acesso em: 20/09/2015.

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (org.). **O campo no século XXI**: território de vida, luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. **Mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iände, 2016.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura e indústria no Brasil. *In: Boletim Paulista de Geografia*, n. 58, p. 5-64, 2017.

OLIVEIRA, C. Donos de fazenda em Sergipe anunciam um novo massacre. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 21 abr. 1996.

PANIAGO, M. C. S. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. 2. ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PAULANI, L. M. *et al.* Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 3, p. 514-535, 2016. Disponível em: www.rep.org.br/PDF/144-4.PDF Acesso em: 1 jan. 2019.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. de. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PELAEZ, V. M. *et al.* A (des) coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 14, p. 153-178, 2015.

PEREIRA, J. M. M. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão**: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados. 2004. 289 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944 - 2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.

PEREIRA, J. M. M. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do "combate à pobreza". **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 260-282, dez. 2010b. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2010000200260&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 dez. 2018.

RAMOS FILHO, E. S. Os (des)caminhos da estrutura fundiária e reforma agrária em Sergipe (1992-2011). **Boletim Data Luta**, 2012.

RAMOS FILHO, E. S. A Ação do Estado na Inserção do Agrodiesel em Sergipe: Resistência e Subordinação no Assentamento Jacaré-Curituba. **Geonordeste**, v. 24, n. 2, São Cristóvão, 2013. Disponível em: www.seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/download/1510/1335 Acesso em: 20 set. 2015.

RESENDE, M.; MENDONÇA, M. L. A contra-reforma agrária no Brasil. *In: MARTINS, M. D. (org.). O Banco Mundial e a terra*: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004a. p. 75-79.

RESENDE, M.; MENDONÇA, M. L. Apresentação: as políticas do Banco Mundial são iguais em todo o mundo. *In: MARTINS, M. D. (org.). O Banco Mundial e a terra*: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004b. p. 7-10.

RINCÓN, L. F. Consideraciones teóricas de la cuestión agraria y campesina y la explotación del trabajo campesino por el capital. **Luna Azul**, Caldas, v. 46, n. 46, p.

387-408, 2018. Disponível em: 200.21.104.25/lunazul/downloads/Lunazul46_20.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

ROSSET, P. O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial. *In*: MARTINS, M. D. (org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004. p. 16-24.

SALGADO, S. **Terra**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

SANTANA, M. M. S. **A mobilidade do trabalho em comunidade camponesa do movimento dos pequenos agricultores (MPA) no alto sertão sergipano**. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SANTIAGO, V. Francisco Julião, As Ligas e o Golpe Militar de 1964. *In*: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SANTOS, A. F. A Ação do MST em Sergipe na década de 1990. **Geonordeste**, v. 11, n. 2, p. 19-27, 2000.

SANTOS, J. V. T. dos. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 109-117, 1981. Disponível em: <http://revistas.fee.tcche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/136/442>. Acesso em: 20 set. 2015.

SANTOS, L. L. **Mobilidade do trabalho na fronteira do município de Canindé de São Francisco: a estratégia de formação e degradação do espaço**. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

SANTOS, M. E. L. **A mística nos acampamentos dos trabalhadores rurais Sem-Terra como processo de territorialização**. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.

SANTOS, M. M. **O Sertão Sergipano do São Francisco e os movimentos sociais no campo**. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999.

SANTOS, R. M. **Se planta e colhe alimentos neste Sertão: resistência e permanência da autonomia camponesa e as estratégias do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) nas contradições do projeto de Soberania alimentar**. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SCHNEIDER, S. **A dinâmica das atividades não agrícolas no novo rural brasileiro: elementos teóricos para a análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar**. 1998. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/iisemina/sergio.htm>. Acesso em: 6 jan. 2007.

SCHNEIDER, S. Pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil – definições conceituais e elementos políticos. *In*: CARVALHO, D. M. de; ALCANTARA, F. V. de; COSTA, J. E. da. (org.). **Experiências e reflexões sobre o desenvolvimento rural e regional: realidades do nordeste brasileiro**. Aracaju: EDISE, 2014. p. 15-63.

SCHUMPETER, J. A. Der unternehmer. *In*: ELSTER, L. *et al.* (org.). **Handwörterbuch der staatswissenschaften**. 4 ed. Jena, 1928.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DE SERGIPE — SEINFRA. **Projeto Jacaré-Curituba**: Apresentação do projeto às comunidades beneficiárias, 27 slides. Aracaju: SEINFRA, 2005.

SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DE SERGIPE — SEINFRA. **Projeto executivo de irrigação Jacaré-Curituba**: relatório final – revisão 01 - RTE-05 - volume 1 - texto e anexos. Aracaju: SEINFRA, abril 2006.

SERGIO, M. M. S. **Movimentos sociais**: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

SHANIN, T. **La clase incomoda**: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925). Madrid: Alianza, 1983.

SILVA, F. C. T. da. **Camponeses e criadores na formação social da miséria – Porto da Folha no Sertão do São Francisco (1820-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1981.

SILVA, J. D. S. **A trama faustiana do capital financeiro na captura da unidade de produção familiar**. 2014. 115 f. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2 – A Pesquisa Científica. IN: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.) **Métodos de Pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 04/07/2015.

SILVEIRA, F. G. (org.). **Plano de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Sergipano**. Aracaju: CECAC; INCRA, 2006.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUSA, J. M. M. de. **Do acampamento ao assentamento**: uma análise da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

SOUSA, M. A. de; FONTES, C. S. Desenvolvimento rural no Brasil: uma história de contradições. In: CARVALHO, D. M. de; ALCANTARA, F. V. de; COSTA, J. E. da. (org.). **Experiências e reflexões sobre o desenvolvimento rural e regional**: realidades do nordeste brasileiro. Aracaju: EDISE, 2014. p. 238-262.

SOUSA, R. Á. D. de. O agro-hidronegócio no Vale do São Francisco: território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SOUZA, S. T. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro**: camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

TANEZINI, T. C. Z. **Territórios em conflito no Alto Sertão Sergipano**. 582 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TOMEI, P. A.; LIMA, D. A. O empreendedor rural e a inovação no contexto brasileiro. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO*, 11., 2012, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.inovarse.org/filebrowser/download/7930>. Acesso em: 21 set. 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2009.

TROTSKY, L. **História da revolução russa**. São Paulo: Sundermman, 2007.

VALENTIM, E. C. R. B.; PERUZZO, J. F. A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capital. **Temporalis**, Brasília, v. 17, n. 34, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17914>. Acesso em: 12 ago. 2018.

VASCONCELOS, Y. Agrotóxicos na berlinda. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 271, set. 2018. Capa. Disponível em: revistapesquisa.fapesp.br/2018/09/18/agrotoxicos-na-berlinda/. Acesso em: 11 jan. 2019.

VEIGA, J. E. da. Empreendedorismo e desenvolvimento no Brasil rural. **UNIMONTES Científica**, Montes Claros, v. 7, p. 13-45, jul./dez. 2005. Disponível em: www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/Variacoes_espaciais_de_empreendedorismo_no_Brasil_rural.pdf. Acesso em: 24 set. 2016.

VEIGA, J. E. da. **Variações espaciais do empreendedorismo no Brasil rural**. s.d. Disponível em: http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/Variacoes_espaciais_de_empreendedorismo_no_Brasil_rural.pdf. Acesso em: 25 set. 2016.

VELTMEYER, H.; PETRAS, J. Camponeses numa era de globalização neoliberal: América latina em movimento. *In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.)*. **Campe sinato e território em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VERGÉS, A. B. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra UNESCO de Educação do Campo; Desenvolvimento Rural, 2011.

VILAS BOAS, L. G. **Segurança alimentar e relações capitalistas no campo e na cidade: o exemplo de Nepomuceno - MG**. 232 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

WILLIAMSON, J. Reformas políticas na América Latina na década de 80. **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 1, p. 43-49, jan./mar. 1992.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Título Da Dissertação: **De Camponês a “Empresário Rural”: O
Assentamento Jacaré-Curituba**

MESTRANDO: **Lucas De Andrade Lira Miranda Cavalcante**

ORIENTADORA: **Prof^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição**

Questionário para pesquisa de campo

Data: __/__/____

1. Identificação do(a) Entrevistado(a):

1.1. Nome: _____

1.2. Sexo (☐) M (☐) F

1.3. Município/Agrovia em que reside: _____

1.4. Possui Filhos? (☐) Sim (☐) Não

1.4.1. Se sim, quantos? _____

1.5. Estado Civil: (☐) Solteiro(a) (☐) Casado(a) (☐) Outro: Qual? _____

1.6. É natural desta localidade? (☐) Sim (☐) Não

1.6.1. Se não, onde nasceu?

1.6.1.1. Município: _____

1.6.1.2. Estado: _____

1.7. Há quanto tempo reside aqui? _____

1.8. Que atividade exercia antes de ser assentado? _____

1.9. Trabalha fora do lote produtivo? (☐) Sim (☐) Não

1.9.1. Se sim, onde trabalha? _____

1.9.2. Trabalha em que profissão? _____

2. Sobre a produção:

2.1. No lote produtivo, você produz quais cultivos?

Mandioca	Quiabo	Banana	Acerola	Goiaba
()	()	()	()	()
Milho	Alface	Maracujá	Girassol	Outros
()	()	()	()	()

2.2 Se outros, quais? _____

2.3 Possui criação de animais? () Sim () Não

2.3.1 Se sim, que animais?

2.3.1.1 () Bovinos () Caprinos () Ovinos () Galináceos () Outros.

2.3.1.1.1 Se outros, quais?

2.3.1.2 Quantos animais? _____

2.4 Quem trabalha no lote? _____

2.5 A produção na maior parte é para:

2.5.1 () Consumo da família;

2.5.2 () Consumo da família e vende o excedente (o que sobra);

2.5.3 () Atender ao mercado (indústria, agroindústria, supermercado, atravessador);

2.5.4 () Agroindústria do assentamento;

2.5.5 () Outro: _____

2.5.5.1 Se vende, para onde vende:

2.5.5.1.1 () Feira Local Local: _____

2.5.5.1.2 () CEASA Local: _____

2.5.5.1.3 () Feira Regional Local: _____

2.5.5.1.4 () Supermercado Local: _____

2.5.5.1.5 () Atravessador Local: _____

2.5.5.1.6 () Outro Local: _____

2.5.5.1.7 Quais são os principais compradores? _____

—

2.5.5.1.8 O preço é combinado previamente? () Sim () Não

2.5.5.1.8.1 Se não, quando é? _____

2.6 Porque motivo foram escolhidos esses cultivos? _____

2.7 No lote produtivo, os cultivos são feitos para atender o mercado? () Sim () Não

2.7.1 Se sim, por que iniciou o plantio para atender ao mercado? _____

2.8 Utiliza agrotóxico? () Sim () Não

2.8.1 Se sim, quais? _____

2.8.2 Porquê? _____

2.9 Utiliza sementes transgênicas? () Sim () Não

2.9.1 Se _____ sim, _____ quais?

2.10 Utiliza mecanização(Trator)? () Sim () Não

2.11 Se sim, qual?

2.12 De que forma: () Aluguel () Parceria () Uso Coletivo () Emprestada

() Outro. Qual? _____

2.12.1 Se sim, a mecanização melhorou o trabalho? () Sim () Não

2.13 Consegue plantar o suficiente para alimentar toda a família? () Sim () Não

2.13.1 Se não, o que precisa comprar? _____

2.13.1.1 Onde compra? _____

2.14 Há contratação de trabalhadores? () Sim () Não

2.14.1 Se sim, qual é o tipo de contrato? _____

2.14.2 () Temporário () Permanente () Diária () Semanal () Mensal () Parceria

2.14.3 Quantos trabalhadores? _____

2.14.4 Valor pago? _____

2.15 Utiliza irrigação? () Sim () Não

2.15.1 Se sim, que tipo? _____

2.15.1.1 Com qual frequência? _____

2.15.1.2 Como é feito o rodízio? _____

2.16 Atualmente calcula quanto gasta para produzir no lote produtivo? () Sim () Não

2.16.1 Se sim, qual o custo da produção? _____

2.16.2 Atualmente calcula quanto ganha após vender a produção? () Sim () Não

2.16.3 Se sim, qual é total do custo? _____

2.17 Para produzir recorreu a empréstimos? () Sim () Não

2.17.1 Qual o valor? _____

2.17.2 () Financiamento Bancário () Outros Financiamentos

2.17.3 Possui empréstimo ou linha de crédito de algum desses programas?

2.17.4 () PRONAF () FUNDO DE AVAL () Outros – Qual? _____

2.17.5 Sabe quanto pagou com juros e taxas de serviço? () Sim () Não

2.17.6 Se _____ sim, _____ qual _____ o _____ valor?

2.18 A renda obtida com o cultivo da terra é suficiente para a manutenção familiar?
() Sim () Não

2.18.1 Se Não, como complementa a renda?

() Aposentadoria Própria () Trabalha em outras propriedades ()
Políticas Públicas (Bolsa Família e outros); () Pensão () Comércio de
Animais

() Outros – Qual? _____

2.18.2 Se trabalha fora, há quanto tempo trabalha? E quem da família trabalha?

2.18.3 Se tem filhos, os filhos permanecem no campo? () Sim () Não

2.18.3.1 Estudam? () Sim () Não

2.18.3.2 Tem lotes próprios? () Sim () Não

2.18.3.3 Querem permanecer no campo? () Sim () Não

2.18.3.3.1 Por quê?

2.18.4 Obs.: _____

ANEXO

ANEXO 24 – Panfleto do Projeto “Sertão Empreendedor: um novo tempo para o semiárido”



O SENAR

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, SENAR, é a maior escola aberta do Brasil. Capacita homens e mulheres, acompanha e evolui no trabalho que desenvolve para atender o mercado de trabalho carente de mão de obra atualizada e especializada.

Presente em todos os estados e no Distrito Federal, oferece cursos de formação profissional em mais de 170 ocupações do campo. Todos de graça. Além de levar ações de promoção social aos produtores, trabalhadores rurais e suas famílias.

Integrante do Sistema CNA Brasil, o SENAR também desenvolve projetos voltados ao fortalecimento da produção agropecuária e a preservação ambiental, em parceria com outras instituições.

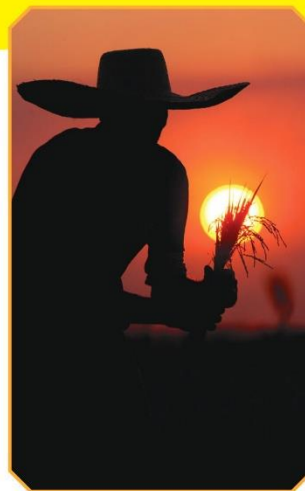


O SEMIÁRIDO

- 1.135 municípios distribuídos por 9 estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e norte de Minas Gerais);
- 11,5% do território nacional e mais da metade da área do Nordeste;
- 22,5 milhões de pessoas (sendo 14 milhões na zona urbana e 8,5 milhões na zona rural);
- Cerca de 1,7 milhão de estabelecimentos rurais;
- 800 mm de precipitação anual máxima.

O PROGRAMA E SEUS OBJETIVOS

É com a determinação de estimular o espírito empreendedor e elevar a qualidade de vida da população do semiárido brasileiro, que o SENAR criou o “Programa Sertão Empreendedor: Um novo Tempo para o Semiárido” que será desenvolvido em uma ação conjunta com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). O Programa visa promover a competitividade e sustentabilidade dos empreendimentos rurais no semiárido brasileiro através do fomento à inovação, ao empreendedorismo e a difusão das tecnologias sociais, de produção, gestão e boas práticas de convivência com o semiárido.



PÚBLICO

Empreendedores rurais, incluindo seus familiares e colaboradores.

FOCO ESTRATÉGICO

- Contribuir para formação profissional rural e qualificação profissional com assistência técnica;
- Difusão de tecnologias de gestão e de boas práticas de convivência com o semiárido brasileiro;
- Implantação de Unidades de Referências (URs) com efeito multiplicador;
- Fomento ao empreendedorismo e estímulo e/ou fortalecimento do associativismo e cooperativismo;
- Fortalecimento da governança local;
- Melhoria de gestão e aumento de produtividade e rentabilidade dos empreendimentos rurais;
- Implantação de ações regionalizadas para o semiárido com fortalecimento das cadeias produtivas priorizadas com foco no mercado privado, em especial, e no governamental;
- Controle, acompanhamento e avaliação das ações;
- Respeito ao “saber popular” e preservação do Bioma Caatinga.

PREMISSAS FUNDAMENTAIS

- Empreendedores rurais adeptos à implantação de tecnologias de gestão e de boas práticas de convivência com o semiárido;
- Técnicos/consultores de campo disponíveis no mercado de trabalho;
- Unidades de Referências (URs) implantadas e disponíveis para visitação;
- Estabilidade econômica do país.

LINHAS GERAIS DE AÇÃO

Formação Profissional Rural – ações de capacitações para empreendedores rurais, seus familiares e colaboradores visando à adoção de tecnologias relacionadas à reserva estratégica de água e alimentação animal, cadeias produtivas priorizadas, bem como ao manejo sustentável do solo e dos recursos florestais da caatinga.

Difusão Tecnológica – parcerias com instituições científicas e tecnológicas para capacitações de técnicos e instrutores, além de identificação, seleção e disseminação de pesquisas e tecnologias existentes de convivência e desenvolvimento produtivo no semiárido, integradas à assistência técnica continuada.

Empreendedorismo e Gestão – capacitações e consultorias de incentivo à cultura do empreendedorismo com ênfase na agregação de valor aos produtos típicos da região e na disseminação de alternativas inovadoras de geração de renda. Serão fomentadas ainda ações de melhoria da gestão dos empreendimentos rurais visando ao aumento da produtividade e da rentabilidade da propriedade.

Associativismo e Cooperativismo – fomento e fortalecimento da participação coletiva, por meio do incentivo e apoio a criação de associações e cooperativas.

Disseminação dos Conhecimentos – elaboração de conteúdo técnico e produção de material publicitário (livros, cartilhas técnicas, CD, DVD, programas de rádio, mídias em geral, redes sociais, etc) para disseminação das estratégias de desenvolvimento produtivo.

Responsabilidade Sócio-Ambiental – ações voltadas à promoção social dos empreendedores rurais, seus familiares e colaboradores, assim como ao estímulo do uso racional e preservação ambiental dos recursos naturais da caatinga, com inclusão da mudança de atitude de homens e mulheres, visando o despertar para uma nova postura de convivência e desenvolvimento produtivo no semiárido.

TECNOLOGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

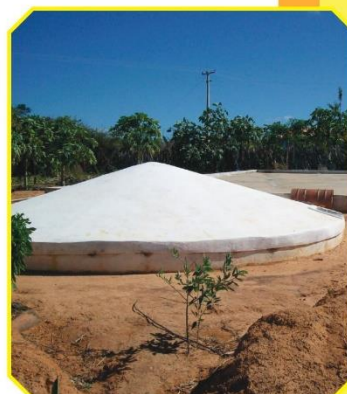
CAPTAÇÃO E CONSERVAÇÃO HÍDRICA

Barragem Subterrânea - Uma das principais e mais importantes tecnologias de captação e armazenamento de água de chuva no interior do solo, no qual se utiliza lona plástica para revestimento da vala escavada. Usada na produção de culturas tradicionais (milho e feijão) e perenes (forrageiras e frutíferas) do Semiárido

Poço amazonas com anéis de cimento - Tecnologia complementar à barragem subterrânea, que consiste em escavação mais profunda e com maior capacidade de armazenamento de água. Desempenha importante função de drenagem e fornecimento de água de qualidade, pois a técnica com anéis de cimento, evita a queda de barreiras dentro do poço e/ou sujeira na água.

Cisterna calçadão - Sistema integrado (calçadão e cisterna) utilizado para captar a água de chuva.

Barreiros de salvação - Reservatório para armazenamento da água de chuva que escoar na superfície do solo, cuja água é utilizada para irrigar culturas nas estiagens prolongadas.



ALTERNATIVAS FORRAGEIRAS

Palma Forrageira em Sistema Adensado – Uma das principais e mais importantes culturas para o semiárido, que no sistema adensado permite o plantio de uma quantidade bem maior de raquetes por unidade de área, e consequentemente a obtenção de altas produtividades.

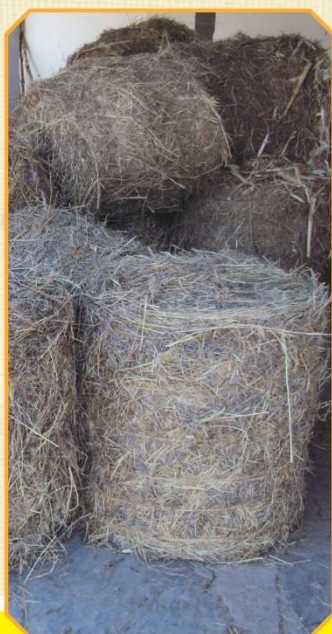
Gramíneas - Capim Bufell, Capim Corrente, Capim Pangola, Capim Andropogon, entre outras.

Leguminosas - Leucena, Gliricídia, Guandu, entre outras.

Fonte Proteica - Mandioca, Porruça, Maniçoba, entre outras.

Fonte Energética - Grão de sorgo, raspa da mandioca, farelos de palma, farelos de melancia, vagem da algaroba, entre outras.

Outras opções - Melancia forrageira, mandacaru, xique-xique, facheiro, macambira, caule de bananeira, caule de mamoeiro, erva-sal, pustumeira, entre outras.



CONSERVAÇÃO DE FORRAGENS

Fenação – Utilização de espécies vegetais desidratadas (geralmente gramíneas e leguminosas) para alimentação do rebanho. A técnica permite manter a palatabilidade e o valor nutritivo dos fenos por períodos mais longos e assim superar fases de estiagem.

Ensilagem – Técnica de armazenamento que utiliza silos verticais ou trincheiras revestidas com plástico para conservação da silagem (mistura da matéria orgânica proveniente da colheita de plantações, usualmente leguminosas ou gramíneas picadas).

Amoniação – Consiste em adicionar amônia às forragens muito fibrosas, às palhadas ou a restos de culturas de modo a melhorar a qualidade da forragem para períodos de estiagens.

FRUTICULTURA

Diversas espécies frutíferas podem ser cultivadas no semiárido brasileiro, destacando-se umbu, caju, cajariana, cajá, maracujá do mato, entre outras. Com agregação de valor, por meio de doces, compotas, etc, a fruticultura se torna uma boa opção para melhoria de renda dos produtores do semiárido.



APICULTURA

Atividade econômica que resulta na produção de mel e outros produtos naturais e saudáveis como a própolis e o pólen, para uso medicinal, como alimento ou para a indústria cosmética.

OUTRAS POTENCIALIDADES EMPREENDEDORAS

Palma Forrageira - fabricação de adesivos, borracha sintética, anticorrosivos, papel, cola para etiquetas e selos, laca natural para tratamento de madeira, fibras para artesanato, corantes, mucilagem, antitranspirante, xampu, condicionador, sabonetes, protetor labial, batom, óleos e produtos medicinais. Na alimentação, pode ser usada para conservas em salmoura, pickles, gelatina, sucos entre outros oriundos de seus brotos e raquetes;

Sistemas Biosalinos - ou sistema de aproveitamento dos rejeitos da dessalinização das águas subterrâneas. Essa tecnologia aproveita os rejeitos produzidos pela potabilização da água de poços salinos nos dessalinizadores para a criação de tilápias-rosa em tanques, para a irrigação de forrageiras tolerante a sais (gênero Atriplex) e para produção de feno destinado à alimentação de caprinos e ovinos durante o período seco.

Turismo ecológico regional, criação de galinha caipira, programas de educação ambiental, energia solar, etc.





O SENAR nos Estados e no Distrito Federal

SENAR ACRE Fone: (68) 3224-1797	SENAR MARANHÃO Fone: (98) 3231-2919	SENAR RIO DE JANEIRO Fone: (21) 3380-9500
SENAR ALAGOAS Fone: (82) 3217-9800	SENAR MINAS GERAIS Fone: (31) 3074-3074	SENAR RIO GRANDE DO NORTE Fone: (84) 3342-0200
SENAR AMAZONAS Fone: (92) 3198-8812	SENAR MATO GROSSO DO SUL Fone: (67) 3320 - 6900	SENAR RONDÔNIA Fone: (69) 3224-1399
SENAR AMAPÁ Fone: (96) 3242-1049	SENAR MATO GROSSO Fone: (65) 3928-4803	SENAR RORAIMA Fone: (95) 3224-7024
SENAR BAHIA Fone: (71) 3415-3100	SENAR PARÁ Fone: (91) 4008-5300	SENAR RIO GRANDE DO SUL Fone: (51) 3215-7500
SENAR CEARÁ Fone: (85) 3535-8000	SENAR PARAÍBA Fone: (83) 3048-6050	SENAR SANTA CATARINA Fone: (48) 3333-0322
SENAR DISTRITO FEDERAL Fone: (61) 3047-5404	SENAR PERNAMBUCO Fone: (81) 3312-8966	SENAR SERGIPE Fone: (79) 3211-3264
SENAR ESPÍRITO SANTO Fone: (27) 3185-9202	SENAR PIAUÍ Fone: (86) 3221-6666	SENAR SÃO PAULO Fone: (11) 3257-1300
SENAR GOIÁS Fone: (62) 3545-2600	SENAR PARANÁ Fone: (41) 2106-0401	SENAR TOCANTINS Fone: (63) 3219-9200

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR
– ADMINISTRAÇÃO CENTRAL –
SGAN 601 – Módulo K, Ed. Antônio Ernesto de Salvo, 1º andar
CEP: 70830-021 – Brasília – Distrito Federal
Telefone: (61) 2109 1300/Fax: (61) 2109 1325

www.senar.org.br